

COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO TOCANTINS

SUREG – TO

RELATÓRIO DE GESTÃO EXERCÍCIO – 2012

(Decisão Normativa/TCU N° 119/2012)





Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Companhia Nacional de Abastecimento – Conab
Superintendência Regional do Tocantins – SUREG/TO

RELATÓRIO DE GESTÃO – EXERCÍCIO 2012

Palmas – 2013



**Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Companhia Nacional de Abastecimento – Conab
Superintendência Regional do Tocantins – SUREG/TO**

Equipe de elaboração do Relatório

- 1. BENEDITO MANUEL DE AGUIAR – GERENTE DE FINANÇAS E ADMINISTRAÇÃO – GEFAD;**
- 2. PAULO ROBERTO BEZERRA – ASSISTENTE ADMINISTRATIVO – SEADE;**
- 3. ELAINE SOARES DE ARAÚJO - ANALISTA DE OPERAÇÕES – GEOSE.**



**Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Companhia Nacional de Abastecimento – Conab
Superintendência Regional do Tocantins – SUREG/TO**

RELATÓRIO DE GESTÃO – EXERCÍCIO 2012

Relatório de Gestão do exercício de 2012 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da IN TCU nº 63 de 1º de setembro de 2010, das DN TCU nº 119 de 18 de janeiro de 2012 e nº 121 de 13 de junho de 2012, da Portaria TCU nº 150 de 3 de julho de 2012 e Portaria CGU nº 133 de 18 de janeiro de 2013.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO

JORGE ALBERTO PORTANOVA MENDES RIBEIRO FILHO

Ministro

COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO – CONAB

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO – CONAD

JOSÉ CARLOS VAZ

Presidente

RUBENS RODRIGUES DOS SANTOS

JOSÉ GERALDO FONTELLES

BOAVENTURA TEODORO LIMA

EDILSON GUIMARÃES

CARLOS CARBONI

Membro

CONSELHO FISCAL – CONFINS

FRANCISCO WAINE MOREIRA

Presidente

RENATO LIMA DE CARVALHO

JOSÉ OTÁVIO MACHADO MENTEN

Membros

DIRETORIA COLEGIADA

RUBENS RODRIGUES DOS SANTOS

Presidente

ROGÉRIO LUIZ ZERAIK ABDALLA

Diretor Administrativo

JOÃO CARLOS BONA GARCIA

Diretor Financeiro

MARCELO DE ARAÚJO MELO

Diretor de Operações e Abastecimento

SILVIO ISOPO PORTO

Diretor de Política Agrícola e Informações

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO TOCANTINS

VILMONDES DE CASTRO MACEDO

Superintendente

BENEDITO MANUEL DE AGUIAR

Gerente Financeiro e Administrativo

WALDIR CÂNDIDO ALVES

Gerente de Operações

BENEDITO MANUEL DE AGUIAR

PAULO ROBERTO BEZERRA

ELAINE SOARES DE OLIVEIRA

Elaboração

Superintendência Regional do Tocantins

Endereço: Quadra 103 Norte, Rua NO-01, Lotes 33 e 35 – PDN CEP: 77.001-016

Fax:(63)3215-2946 – Fone: (63)3218-7407

SUMÁRIO

Lista de Siglas	8
Lista de Quadros	10
Lista de Figuras	11
Introdução	12
1. Informações Básicas	13
1.1 Informações gerais sobre a UJ	13
1.2 Planejamento Estratégico e seus principais Macroprocessos	15
2. Análise Geral do Ambiente de Negócios e de Gestão	22
2.1 Análise sobre o Ambiente de Gestão	22
2.2 Análise sobre o Ambiente de Negócios	23
3. Sustentação de Renda	27
3.1 Instrumentos para Sustentação de Renda	27
3.2 Intervenções Realizadas em 2012	29
3.2.1 Programa de Aquisição de Alimentos – PAA	29
3.2.2 Contratos de Opção de Venda	31
3.2.3 Prêmio para o Escoamento de Produto – PEP (compra)	31
3.2.4 Prêmio Equalizador Pago ao Produtor Rural e/ou sua Cooperativa – PEPRO	31
3.2.5 Programa de Aquisição de Alimentos – PAA	32
3.3 Principais Indicadores de Desempenho	34
4. Promoção do Abastecimento	37
4.1 Vendas dos Estoques Públicos	37
4.1.1 Vendas em Leilões Públicos	37
4.1.2 Venda para Escoamento do Produto – VEP	38
4.2 Venda dos Estoques Públicos	38
4.2.1 Venda em Balcão	38
4.3 Principais Indicadores de Desempenho	40
5. Articulação e Organização do Abastecimento	40
5.1 Programa Brasileiro de Modernização do Mercado Hortigranjeiro – PROHORT	40
5.2 Rede de Fortalecimento do Comércio Familiar de Produtos Básicos – REFAP	40
5.3 Principais Indicadores de Desempenho	41
6. Prestação de Serviços	41
6.1 Serviços de Armazenagem de Produtos Terceiros	41
6.1.1 Receita de Armazenagem de Produto de Terceiros	41
6.2 Leilões de Terceiros	41
6.3 Análise Sobre os Principais Resultados da Prestação dos Serviços de Classificação Agrícolas	41
6.4 Principais Indicadores de Desempenho	42
7. Administração de Estoques Públicos – Armazenagem, Fiscalização e Movimentação	42
7.1 Rede Armazenadora	42
7.1.1 Serviços de Manutenção (Ação Recuperação e Modernização da Rede Própria)	42
7.1.2 Rede Armazenadora Contratada	43

7.2 Fiscalização dos Estoques Públicos	45
7.2.1 Quadro de Fiscais da Regional	46
7.2.2.1 Fiscalização dos Estoques Públicos	46
7.2.2 Número de Ocorrências Registradas nas Fiscalizações Realizadas no Estado	48
7.2.2.2 Perdas	48
7.2.2.3 Desvios	48
7.2.3 Fiscalizações das Operações de Garantia e Sustentação de Renda	48
7.3 Remoção de Produtos	49
7.3.1 Remoção de Produtos dos Estoques Públicos	49
7.4 Principais Indicadores de Desempenho	49
8. Gestão Tecnológica	53
8.1 Informações sobre a Gestão de Tecnologia da Informação (TI) da UJ	53
9. Gestão Estratégica	53
9.1 Análise da Implantação do Plano de Gestão Estratégica da Empresa	53
10. Geração e Difusão de Informações	54
10.1 Levantamento de Safras	54
10.2 Geração e Difusão de Informações da Agropecuária e do Abastecimento Agroalimentar	56
11. Gestão de Pessoas	57
11.1 Alocação de Servidores	57
11.2 Comunicação na Instituição	57
11.3 Clima Organizacional e Ambiente de Trabalho	58
11.4 Ações de Conhecimento e Aprendizagem	58
11.5 Informações sobre Recurso Humanos da Conab	58
11.6 Acúmulo de Cargos, Funções e Empregos Públicos	63
11.7 Previdência Complementar (CIBRIUS)	63
12. Planejamento, Execução e Controle Orçamentário, Patrimonial, Financeiro e Contábil	68
12.1 Programas e Ações do PPA	68
12.2 Restos a Pagar	69
12.3 Demonstrativo de Transferências Recebidas e Realizadas no Exercício	70
12.4 Transferências Mediante Convênio	70
12.5 Demonstrações Contábeis	70
12.6 Composição dos Investimentos da Empresa	88
12.7 Gestão do Patrimônio Imobiliário	88
12.8 Parecer da Auditoria Independente	90
13. Governança e Controles	92
13.1 Controle Interno da UJ	92
13.2 Deliberações do TCU e CGU	93
13.3 Auditoria Interna	93
Resultados e Conclusões	99

Lista de Siglas

ABC	AGÊNCIA BRASILEIRA DE COOPERAÇÃO
AGF	AQUISIÇÃO DO GOVERNO FEDERAL
ANO-SAFRA	INTERVALO DE TEMPO ENTRE O INÍCIO DO PLANTIO À COLHEITA
CDAF	COMRA DIRETA DA AGRICULTURA FAMILIAR
CEASA	CENTRAIS DE ABASTECIMENTO
CFP	COMPANHIA DE FINANCIAMENTO DA PRODUÇÃO
CIBRIUS	INSTITUTO CONAB DE SEGURIDADE SOCIAL
CNAE	CLASSIFICAÇÃO NACIONAL DE ATIVIDADES ECONÔMICAS
CNPB	CADASTRO NACIONAL DE PLANOS DE PREVIDÊNCIA
CNPJ	CADASTRO NACIONAL DE PESSOA FÍSICA
CONAB	COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO
CONTRATO DE OPÇÃO	INSTRUMENTO DE POLÍTICA PÚBLICA PARA O SETOR AGRÍCOLA QUE VISA PROTEGER O PRODUTOR E/OU COOPERATIVA DE EVENTUAIS OSCILAÇÕES DO MERCADO, UMA ESPÉCIE DE SEGURO CONTRA QUEDA DOS PREÇOS
CPF	CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS
CPR-DOAÇÃO	COMPRA ESPECIAL DA AGRICULTURA FAMILIAR
CPR-ESTOQUE	FORMAÇÃO DE ESTOQUE PELA AGRICULTURA FAMILIAR
FOME ZERO	POLÍTICA PÚBLICA QUE VISA A ERRADIÇÃO DA FOME E DA EXCLUSÃO SOCIAL
GEOSAFRAS	PROJETO DE APERFEIÇOAMENTO DA METODOLOGIA DE PREVISÃO DE SAFRAS
ICMS	IMPOSTO SOBRE CIRCULAÇÃO DE MERCADORIAS E SERVIÇOS
INSS	INSTITUTO NACIONAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL
LOA	LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL
MAPA	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
MDA	MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO
MDS	MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME
MOC	MANUAL DE OPERAÇÕES DA CONAB
NOC	MANUAL DE NORMAS DA ORGANIZAÇÃO
PAA	PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS
PEP	PRÊMIO DE ESCOAMENTO DE PRODUTO
PEPRO	PRÊMIO EQUALIZADOR PAGO AO PRODUTOR
PGPM	POLÍTICA DE GARANTIA DE PREÇOS MÍNIMOS
PMTI	PROJETO DE MODERNIZAÇÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO
PNUD	PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO
PPA	PLANO PLURIANUAL
PREÇOS MÍNIMOS	OBJETIVAM REDUZIR A INCERTEZA DOS PRODUTORES QUANTO AOS PREÇOS FUTUROS ESTIMULANDO, ASSIM, A EXPANSÃO DA OFERTA AGRÍCOLA. DURANTE A SAFRA ATUAM COMO UM SEGURO DE PREÇO, GARANTIDO AO PRODUTOR UMA RENDA MÍNIMA PARA SUA PRODUÇÃO, SENDO FIXADOS POR PORTARIA INTERMINISTERIAL, APÓS APROVAÇÃO PELO CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL, E SERVEM DE BASE PARA AS AQUISIÇÕES DO GOVERNO FEDERAL – AGF.
PROHORT	PROGRAMA BRASILEIRO DE MODERNIZAÇÃO DO MERCADO HORTIGRANJEIRO
PRONAF	PROGRAMA NACIONAL DE AGRICULTURA FAMILIAR
REFAP	REDE DE FORTALECIMENTO DO COMÉRCIO FAMILIAR DE PRODUTOS BÁSICOS
SIAFI	SISTEMA INTEGRADO DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA
SICARM	SISTEMA DE CADASTRO NACIONAL DE UNIDADES ARMAZENADORAS
SIGABRASIL	SISTEMA DE INFORMAÇÕES GEOGRÁFICAS DA AGRICULTURA BRASILEIRA
SIMAB	SISTEMA DE INFORMAÇÕES DE MERCADOS DE ABASTECIMENTO DO BRASIL
SIORG	SISTEMA DE INFORMAÇÕES ORGANIZACIONAIS DO GOVERNO FEDERAL
STN	SECRETARIA DO TESOUREIRO NACIONAL
UA	UNIDADE ARMAZENADORA
VENDAS EM BALCÃO	PROGRAMA DO GOVERNO FEDERAL QUE VIABILIZA O ACESSO DOS PEQUENOS CRIADORES E DAS AGROINDÚSTRIAS DE PEQUENO PORTE AOS ESTOQUES PÚBLICOS DE PRODUTOS AGRÍCOLAS, POR MEIO DA VENDA DIRETA, GARANTINDO, DE FORMA CONTÍNUA E SISTEMATIZADA O SUPRIMENTO DE INSUMOS A PREÇOS DE MERCADO.
VEP	VALOR DE ESCOAMENTO DO PRODUTO
X-FAC	SISTEMA DE FATURAMENTO E CONTROLE DE ESTOQUE
SUREG	SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL
GEOSE	GERÊNCIA DE OPERAÇÕES E SUPORTE ESTRATÉGICO
GEFAD	GERÊNCIA DE FINANÇAS E ADMINISTRAÇÃO

GEJUR	GERÊNCIA JURÍDICA
SEGEO	SETOR DE APOIO A LOGISTICA E GESTÃO DA OFERTA
SEOPI	SETOR DE OPERAÇÕES DE PROGRAMAS INSTITUCIONAIS E SOCIAIS DE ABASTECIMENTO
SECOF	SETOR CONTÁBIL E FINANCEIRO
SEADE	SETOR ADMINISTRATIVO, DE DESENVOLVIMENTO E DE RECURSOS HUMANOS
UA ARAGUAÍNA	UNIDADE ARMAZENADORA UA ARAGUAÍNA
UA RIO FORMOSO	UNIDADE ARMAZENADORA UA RIO FORMOSO

Lista de Quadros

Quadro I	Identificação da UJ	14
Quadro II	Principais Clientes do Setor Público	24
Quadro III	Principais Clientes do Setor Privado	25
Quadro IV	Serviços que Geram Receitas Próprias na UJ	27
Quadro V	Aquisições por Meio da CPR – Doação (MDS e MDA)	32
Quadro VI	Aquisições por Meio da CPR – Aquisições por Meio da CPR – Doação Supervisão e Viabilidade	33
Quadro VII	Dez Maiores Operações na CPR – Doação	33
Quadro VIII	Demonstrativo da Comercialização de Vendas em Leilão Público	38
Quadro IX	Dez Maiores Operações de Vendas em Leilão Público	38
Quadro X	Vendas em Balcão	39
Quadro XI	Maior Operação de Venda em Balcão	39
Quadro XII	Demonstrativo Geral das Aquisições e Vendas dos Estoques	40
Quadro XIII	Estoque de Terceiros Armazenados nas Unidades Próprias	41
Quadro XIV	Resultado dos Serviços de Armazenagem	41
Quadro XV	Acompanhamento dos Processos da Rede Armazenadora	43
Quadro XVI	Posição dos Estoques Públicos Armazenados em Unidades Próprias	44
Quadro XVII	Obras Realizadas nas Unidades Armazenadoras	44
Quadro XVIII	Capacidade Estática de Armazenagem x Demanda	45
Quadro XIX	Despesas com Fiscalização de Estoques Públicos	45
Quadro XX	Supervisão Técnica e Agronômica na Unidade UA Formoso	45
Quadro XXI	Fiscais da Regional na Ativa	46
Quadro XXII	Fiscalização dos Estoques Públicos	47
Quadro XXIII	Demonstrativo das Remoções Contratadas	49
Quadro XXIV	Ações de Conhecimento e Aprendizagem	58
Quadro XXV	Força de Trabalho da UJ – Situação Apurada em 31/12	59
Quadro XXVI	Situações que Reduzem a Força de Trabalho da UJ – Situação em 31/12	59
Quadro XXVII	Estrutura de Cargos em Comissão e Funções Gratificadas da UJ	59
Quadro XXVIII	Quantidades de Servidores da UJ for Faixa Etária	59
Quadro XXIX	Quantidade de Servidores da UJ por Nível de Escolaridade	60
Quadro XXX	Composição do Quadro de Estagiários	60
Quadro XXXI	Quadro de Custos de Pessoal no Exercício de Referência e nos dois Anteriores	60
Quadro XXXII	Contratos de Prestação de Serviços de Limpeza e Vigilância Ostensiva	61
Quadro XXXIII	Contratos de Prestação de Serviços com Locação de Mão de Obra	61
Quadro XXXIV	Atos Sujeitos à Comunicação ao TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)	62
Quadro XXXV	Regularidade do Cadastro dos Atos no SISAC	63
Quadro XXXVI	Atuação do OCI Sobre os Atos Submetidos a Registro	63
Quadro XXXVII	Ações Orçamentárias da UJ	68
Quadro XXXVIII	Ações de Outros Órgãos Executados pela UJ	68
Quadro XXXIX	Situação dos Restos a Pagar de Exercícios Anteriores	69
Quadro XL	Balanco Patrimonial	70
Quadro XLI	Demonstração dos Fluxos de Caixa	72
Quadro XLII	Demonstração do Resultado do Exercício	73
Quadro XLIII	Demonstração do Valor Adicionado	74
Quadro XLIV	Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	76
Quadro XLV	Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União	89
Quadro XLVI	Bens Imóveis de Uso Especial de Terceiros	89

Quadro XLVII	Avaliação do Sistema de Controles Internos da UJ	92
Quadro XLVIII	Descrição das Categorias	98

Lista de Figuras

Figura I	Percentual das Recomendações por Ação de Auditoria 2013	97
Figura II	Objeto Auditado	97
Figura III	Quantidade de Recomendações por Tipo	99
Figura IV	Quantidade de Recomendações por Categoria	99
Figura V	Recomendações por Subcategorias	100

Introdução

Este Relatório contempla os atos de gestão praticados pela Superintendência Regional do Tocantins, da Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB, durante o exercício de 2012.

O documento foi elaborado de acordo com a Decisão Normativa do Tribunal de Contas da União – DN TCU nº 119/2012, de 18/01/2012. A Conab atenderá aos itens da Parte C – Informações Customizadas da Conab.

As principais dificuldades encontradas para a realização dos objetivos traçados pela Sureg-TO para o exercício de 2012, decorreram da escassez crônica de recursos humanos no que concerne a quantidade e qualidade no desenvolvimento das atividades pertinentes, assim como das limitações orçamentárias e restrições financeiras, fatores recorrentes em relação a exercícios anteriores.

A seguir estão indicados os itens e subitens requeridos pela Parte C da Decisão Normativa TCU nº 119/2012 e Art. 4º da Decisão Normativa nº 121/2012 que não constam no presente documento, assim como a correspondente justificativa:

Descrição		Justificativa
1. Informações Básicas		
	Nome do auditor independente	Não se aplica à natureza jurídica da UJ
	Descrição e composição da estrutura de governança corporativa	Não se aplica à natureza jurídica da UJ
1.1	Membros do Conselho de Administração, Conselho Fiscal, Diretoria Colegiada, Presidente, Diretor de Operações e Abastecimento, Diretor de Política Agrícola, Diretor Administrativo, Diretor Financeiro, Auditor interno e Ouvidor	Não se aplica à natureza jurídica da UJ
3. Sustentação de Renda		Não há conteúdo a ser declarado, pois não houve demanda na SUREG/TO
4. Promoção do Abastecimento		
4.2	Prêmio para o Escoamento de Produto – PEP (venda)	A Conab não realiza operações de PEP para venda de produtos
5. Articulação e Organização do Abastecimento		Não há conteúdo a declarar, as informações são centralizadas na MATRIZ/DF
6. Prestação de Serviços		
6.2	Leilões de Terceiros	Não se aplica à natureza jurídica da UJ, a informação será apresentado somente no Relatório da Matriz
6.3	Análise sobre os principais resultados da prestação de serviços de classificação de produtos agrícolas	Não há conteúdo a ser declarado no referido exercício
7. Administração dos Estoques Públicos – Armazenagem, Fiscalização e Movimentação		
		Não há conteúdo a ser declarado, pois não houve demandas para tais instrumentos na UJ
11. Gestão de Pessoas		
11.5	Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas	Não se aplica à natureza jurídica da UJ
12. Planejamento, Execução e Controle Orçamentário, Patrimonial, Financeiro e Contábil		
12.6	Composição dos Investimentos da Empresa	Informação centralizada na UJ 135100 (Matriz), será apresentado somente no Relatório da Matriz
13. Governança e Controles		
13.3	Informações de como está estruturada a área de auditoria interna	Informação centralizada na UJ 135100 (Matriz), será apresentado somente no Relatório da Matriz

INFORMAÇÕES CUSTOMIZADAS DA CONAB**1. INFORMAÇÕES BÁSICAS****1.1. Informações gerais sobre a UJ**

Dentro de sua jurisdição, compete à Superintendência Regional do Estado do Tocantins – CNPJ 26.461.699/0197-95, com sede na Quadra 103 Norte Rua NO-01 Lotes 33 e 35 – Plano Diretor Norte – centro – Palmas/TO, e vinculada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento representar a Companhia perante os órgãos Federais, Estaduais e Municipais, mantendo estreita e ativa interação com entidades públicas e privadas ligadas ao agronegócio, objetivando antever soluções para as questões Regionais, como também divulgar as ações e buscar novos negócios. Compete ainda, divulgar, cumprir e fazer cumprir as diretrizes governamentais estratégicas da Companhia e do Governo Federal, as disposições legais e os atos normativos em vigor, bem como, fazer cumprir e executar as diretrizes estabelecidas pelas áreas da Matriz, como também, coordenar e supervisionar as atividades desenvolvidas pelas áreas subordinadas.

A Gerência Jurídica – GEJUR/TO, esta subordinada hierarquicamente à Superintendência Regional e tecnicamente à COJUR da matriz, tendo dentro do seu rol de competências representar a Companhia, em juízo ou fora dele, nos assuntos de sua competência, propor e ajuizar as ações de cobrança e outras, zelar pela uniformidade de entendimentos e observâncias aos critérios e normas adotadas e à legislação competente, analisar e emitir pareceres sobre os processos administrativos, operacionais e licitatórios de aquisição e alienação de bens patrimoniais e contratação de serviços, como também acompanhar no âmbito da Sureg, as ações em que a Companhia seja parte, e outras cujo deslinde seja de seu interesse, em todos os graus de jurisdição, perante as Justiças comum e especializada, e ainda, prestar assistência jurídica nos assuntos de interesse da Companhia e dentro da jurisdição da Regional.

Compete a Gerência de Operações e de Suporte Estratégico – GEOSE, que está subordinada hierarquicamente a Superintendência Regional, por intermédio dos Setores a ela subordinados, Setor de Operações e de Programas Institucionais e Sociais de Abastecimento – SEOPI e o Setor de Apoio à Logística e Gestão da Oferta – SEGEO, desenvolver as atividades relacionadas aos programas de desenvolvimento empresarial e de apoio à logística e gestão da oferta, bem como das operações de estoques públicos e comerciais de produtos agrícolas e seus insumos, e ainda, acompanhar, executar e analisar os programas institucionais e sociais de abastecimento desenvolvidos e executados pelas políticas e programas do Governo Federal.

Subordinada hierarquicamente à Superintendência Regional, compete à Gerência de Finanças e Administração – GEFAD, por intermédio do Setor Administrativo, de Desenvolvimento e de Recursos Humanos – SEADE e do Setor Contábil e Financeiro – SECOF, a promoção e execução de todas as atividades relacionadas com a administração de recursos humanos, materiais, patrimoniais, seguro, desenvolvimento e capacitação de pessoal e modernização administrativa, bem como, as atividades relacionadas aos serviços de telecomunicações, de documentação e de serviços gerais, e ainda, toda a execução e controle das atividades contábeis, tributárias, fiscais, orçamentárias e financeiras da Superintendência Regional, de acordo com as normas adotadas pela Companhia e às legislações competentes.

A Unidade Armazenadora – UA, que está subordinada hierarquicamente à Superintendência Regional e funcionalmente à Gerência de Operações e de Suporte Estratégico – GEOSE e a Gerência de Finanças e Administração – GEFAD, compete o desenvolvimento das atividades relacionadas ao recebimento, classificação, conferência, processamento, conservação e expedição dos produtos armazenados pela Companhia e por terceiros; prestar o apoio necessário à realização das atividades desenvolvidas pela Superintendência Regional, junto aos órgãos e representações Federais, Estaduais e Municipais, como também nas atividades de cadastramento de clientes e de armazéns, coleta de preços de produtos e insumos agrícolas e manter contatos sistemáticos, sob a orientação da SUREG e das Gerências de Áreas, com todo o segmento agrícola da região, com a finalidade de obter informações agropecuárias e subsidiar as decisões, compete

ainda, cumprir e fazer cumprir as metas operacionais e financeiras fixadas pela Matriz.

Esta ainda, sob a competência da Superintendência Regional, a execução e o cumprimento de todas as diretrizes e normas estabelecidas pela Presidência, Diretorias e Superintendências de Área da Matriz, no âmbito de sua jurisdição.

Quadro I – Identificação da UJ

Poder e Órgão de vinculação			
Poder: EXECUTIVO			
Órgão de Vinculação: MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO – MAPA		Código SIORG: 14	
Identificação da Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa: COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO Superintendência Regional de Tocantins – SUREG/TO			
Denominação abreviada: SUREG/TO			
Código SIORG: 087241	Código LOA: não se aplica	Código SIAFI: 135337	
Situação: EM FUNCIONAMENTO			
Natureza Jurídica: EMPRESA PÚBLICA			
Principal Atividade: Administração Pública em Geral		Código CNAE: 84.11-6-00	
Telefones/Fax de contato:	(63)3218-7408	(63)3215-2962	
Endereço Eletrônico: to.sureg@conab.gov.br			
Página da Internet: www.conab.gov.br			
Endereço Postal: Quadra 103 Norte, Rua NO-01, Lotes 33 e 35 – PDN – Centro – Palmas			
Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada			
Decreto nº 6.407, de 25/03/2008			
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada			
Legislação de Armazenagem: Decreto nº 1.102, de 21/11/1903; Decreto nº 3.855, de 03/07/2001 e Lei nº 9.973, de 29/05/2000.			
Manuais e publicações relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada			
MOC – Manual de Operações, NOC – Normas da Organização, Regulamento de Pessoal e Regimento Interno			
Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código	UG	Nome	
22211	135337	Sede SUREG Tocantins	
22211	135338	Unidade Estoque Estratégico Tocantins	
22211	135339	Unidade PGPM Tocantins	
22211	135340	Unidade Armazenadora de Araguaína	
22211	135417	Unidade Armazenadora Rio Formoso	

22211	135444	Unidade Mercado de Opções Tocantins
22211	135560	Programa de Aquisição de Alimentos – PAA

Com sede em Palmas, a SUREG/TO está subordinada hierarquicamente à Presidência da Conab e funcionalmente às respectivas Diretorias. No âmbito de sua jurisdição, tem as seguintes competências regimentais:

- I. Representar a Companhia perante os órgãos federais, estaduais e municipais;
- II. Manter estreita e ativa interação com entidades públicas e privadas ligadas ao agronegócio, objetivando antever soluções para questões regionais, divulgar as ações da Companhia e buscar novos negócios;
- III. Divulgar, cumprir e fazer cumprir as diretrizes governamentais estratégicas da Companhia, as disposições legais e os atos normativos em vigor;
- IV. Coordenar e supervisionar as atividades desenvolvidas pelas áreas subordinadas;
- V. Constituir grupos de trabalho, comissões de licitação, de sindicância, de inventário de mercadorias e outros similares de interesse da Companhia.

Sua estrutura orgânica, composta por unidades administrativas e operacionais, está disciplinada no Estatuto Social e regulamentada no Regimento Interno aprovado pelo Conselho de Administração.

Nome e Período de Gestão dos Principais Responsáveis
<p>Superintendência Regional do Estado do Tocantins</p> <p>Superintendente: Vilmondes de Castro Macedo (02/03/2003 a 31/12/2012)</p> <p>Gerentes de Área</p> <p>GERÊNCIA DE OPERAÇÕES E SUPORTE ESTRATÉGICO – GEOSE Gerente: Waldir Cândido Alves (02/03/2003 a 31/12/2012)</p> <p>GERÊNCIA DE FINANÇAS E ADMINISTRAÇÃO – GEFAD Gerente: Benedito Manuel de Aguiar (03/10/2007 a 31/12/2012)</p> <p>Gerentes das Unidades Armazenadoras</p> <p>UA RIO ARAGUAÍNA Gerente: Luís Mourão da Silva (29/10/2003 a 31/12/2012)</p> <p>UA RIO FORMOSO Gerente: José Romer Câmara dos Santos (03/10/2000 a 31/12/2012)</p>

1.2. Planejamento Estratégico e seus principais Macroprocessos

O Planejamento Estratégico da Conab, concebido em 2003, objetivou capacitar a Companhia para novos desafios, no sentido de atender as demandas do governo federal à época. Foi utilizada a metodologia do Balanced Scorecard – BSC para o seu desenvolvimento, que ocorreu de forma compartilhada, envolvendo equipes de líderes da Matriz (Diretoria Colegiada, Superintendentes e Coordenadores de áreas da Presidência) e das Regionais (10 Superintendentes Regionais), além de alguns gerentes, assessores e técnicos, que compuseram as equipes de Desenvolvimento e Multiplicadores durante o processo de implantação.

Os principais produtos gerados foram o Mapa Estratégico Corporativo, a nova declaração de missão e visão e a proposta de valor aos diferentes públicos-alvo da Companhia.

Estruturado em cinco perspectivas – excelência organizacional interna, integração,

financeira, processos internos e sociedade, as quais englobam um conjunto de objetivos estratégicos que retratam os principais desafios a serem enfrentados pela organização no alcance de sua visão de futuro e no cumprimento de sua missão institucional, esse Mapa buscou traduzir a estratégia organizacional, assim como criar um referencial comum e de fácil compreensão para unidades e servidores.

Aprovado o planejamento em 2004, nos dois anos subsequentes houve um esforço para implementação das estratégias definidas para o horizonte de cinco anos (2005 a 2008), com a definição de metas, apuração de indicadores, monitoramento de resultados, designação de responsáveis por projetos e reuniões de análises estratégicas com as lideranças da Conab.

No entanto, a partir de 2007, com a mudança na alta direção, o planejamento estratégico foi descontinuado, assim como foram desconstituídos os grupos formados para seu acompanhamento.

Por força do Acórdão da 2.^a Câmara do TCU, n.º835/2011, alertando a Companhia sobre a necessidade de retomada do planejamento estratégico, em virtude dos riscos de gestão decorrentes da falta de utilização desse instrumento, foi criado, em 2011, grupo de trabalho com a finalidade de resgatar o processo de planejamento. Dentre as recomendações apresentadas pelo grupo, foi proposta a criação de uma unidade orgânica específica para a elaboração e execução do planejamento estratégico, vinculada administrativamente à Presidência e hierarquicamente ao Conad, além da contratação de uma consultoria visando auxiliar a Conab na retomada e sistematização de processos internos ao planejamento estratégico.

Novo grupo de trabalho foi constituído em 2012, o qual ficou encarregado de validar os objetivos estratégicos, metas e projetos que permitiriam alinhar a gestão ao cumprimento da missão institucional. Como resultado, foram atualizados os objetivos e indicadores constantes do Mapa Estratégico. No entanto, embora avaliados pela Diretoria, os indicadores não chegaram a ser apurados nesse exercício, por necessitarem de ferramenta específica para seu monitoramento, não disponível em versão atualizada, e dependente de aprimoramento a ser efetuado com os produtos decorrentes da licitação a ser encaminhada.

Paralelamente, deu-se início à elaboração do Termo de Referência para contratação de empresa especializada no tema. A vencedora do certame responderá pela implantação e operação assistida da unidade de apoio à gestão integrada da estratégia. Além dos produtos previstos, espera-se que, com o apoio de consultoria especializada, haja a transferência de conhecimento, por meio de capacitações e operações realizadas no próprio ambiente de trabalho, de forma a elevar o nível de maturidade em gestão e governança na Conab e facilitar o seu desdobramento para as Superintendências Regionais.

Macroprocesso de Sustentação de Renda

Este macroprocesso retrata o atendimento aos produtores e tem seu início demarcado pela identificação da necessidade de intervenção no mercado com o objetivo de manutenção da renda do setor. Para tanto, podem ser utilizados os instrumentos definidos no âmbito da Política de Garantia de Preços Mínimos – PGPM ou do Programa de Aquisição de Alimentos – PAA. Sua execução exige constante monitoramento das condições existentes no mercado agrícola, remetendo à necessidade de alinhamento entre as diferentes instâncias de decisão, tanto internas quanto externas, envolvendo o planejamento e a decisão da intervenção.

Público-alvo: produtores rurais, cooperativa de produtores e associações e grupos formais ou informais de produtores.

Família de Produtos e Serviços: contempla instrumentos ligados à Formação de Estoque pela Agricultura Familiar – CPR Estoque, Compra da Agricultura Familiar com Doação Simultânea – CPR Doação e a Política de Garantia de Preços Mínimos da Sócio Biodiversidade – PGPM/Bio. São os principais programas e/ou políticas, onde ocorre intervenção por parte da CONAB/TO fomentando a comercialização e a sustentação de preços.

Para visualizar o macroprocesso, acesse o link:

<http://www.conab.gov.br/OlalaCMS/uploads/arquivos/9b925ccef30179a929a8e60c1ca468a.pdf>

AGF: No exercício de 2012, dada as circunstâncias de produção e mercado, onde os preços praticados para todas as culturas, mas principalmente para a cultura do arroz, que na região Sul do Estado se destaca como a região de maior produção, e por estar mais bem estruturada, tanto para cultivo irrigado, como para processamento, armazenamento e comercialização, situaram acima dos preços praticados na Política de Preços Mínimos do Governo Federal – PGPM. Nesse sentido, não houve a necessidade de intervenção do governo, com Aquisições através de AGF e/ou outros instrumentos de intervenção, para atendimento nenhuma cadeia de produção da safra de verão e/ou safrinha.

Destaca-se ainda, que nas últimas safras, precisamente, há mais de 10 anos, apesar de apresentar resultados crescentes, o destaque tem sido a cultura de soja, que passa dos 60 % da produção total do Estado, e embora não tenha intervenção governamental para esta cultura, os preços e as condições de negócios têm favorecido o seu crescimento em todas as Regiões do Estado, em contrapartida as demais culturas como o arroz e milho têm mantido e/ou sofrido reduções em suas áreas de plantio.

Para as demais culturas, como feijão, algodão, amendoim, e sorgo a produção do Estado é insuficiente para cobrir a demanda, e além desta pequena produção, os preços mínimos do governo estão bem abaixo dos praticados no mercado, portanto, da mesma forma, não houve intervenção do Governo com nenhum dos instrumentos da PGPM – Política de Garantia de Preços Mínimos PGPM.

Contrato de Opção: possibilita ao Governo Federal fazer aquisições de produtos de modo seletivo, ou seja, escolhendo a região e o tipo de produto que quer comprar, beneficiando produtores rurais e cooperativos de produtores cadastrados em uma Bolsa credenciada, e que não estejam inadimplentes com a Companhia. Contempla todos os produtos definidos pela PGPM, sendo os contratos lançados por decisão das autoridades governamentais, em função das condições de comercialização de cada produto. Tem como objetivo proteger o produtor/cooperativa contra os riscos de queda nos preços de seu produto, já que o contrato é lançado preferencialmente no período de sua colheita e seu vencimento ocorre na respectiva entressafra. Objetiva também melhorar a execução das políticas oficiais de sustentação e regulação dos preços agrícolas no mercado interno.

Ocorrendo na modalidade de venda, dá ao beneficiário o direito – mas não a obrigação – de vender seu produto para o Governo, numa data futura, a um preço previamente fixado. O acesso ao contrato se dá por meio de Leilões, onde todas as Bolsas credenciadas (de Cereais, de Mercadorias e/ou de Futuros) ficam simultaneamente interligadas.

O exercício da Opção de Venda, pelo produtor ou cooperativa, é interessante quando o preço de exercício situar-se acima da expectativa de mercado para a época de vencimento do contrato.

Nesta modalidade, a Superintendência Regional do Tocantins, participou como destinatária de produtos, nas unidades de armazenamento de Formoso do Araguaia 9UA/FORMOSO) e UA/ARAGUAINA no município de Araguaína – TO, recebendo milho em grãos, oriundo do Estado do Mato Grosso – MT, para atender ao Programa de Vendas em Balcão.

PAA – PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS

A Superintendência Regional do Tocantins – SUREG-TO, durante o exercício de 2012, participou ativamente na execução e fortalecimento do referido programa, especificamente no Instrumento da Compra com doação simultânea, por ser o instrumento mais adequado à situação do Estado que possui um grande número de Associações de produtores familiares em assentados da reforma agrária, do crédito fundiário, atingidos por barragens, indígenas, extrativistas e quilombolas, e neste sentido, atuou na manutenção e renovação dos projetos anteriores, ou seja, remanescentes de 2011 e/ou na busca de ampliação do programa com o incremento de novos projetos, sobretudo das regiões mais carentes e distantes do apoio da Sede da Superintendência.

Para tanto, ampliamos a nossa participação em eventos e na parceria com os demais órgãos

dos governos estadual e municipal, divulgando e treinando pessoas na elaboração dos projetos.

Em razão do reduzido quadro de empregado para desenvolver todas as etapas, principalmente no deslocamento para articulação, divulgação e montagem propriamente dita dos projetos, temos adotado como conduta, trazer os interessados à Sede da SUREG-TO, onde lhes prestamos todas as informações e treinamento nos instrumentos de acesso e na ferramenta PAA – Net que muito tem contribuído na execução.

Dada a relevância do Programa para o combate à insegurança alimentar, aumento da produção, acesso à renda, inclusão social e tantos outros benefícios já conquistados, necessário se faz dar melhores condições às Superintendências Regionais, que se traduzem em pessoas, ou seja, quadro de pessoal em qualidade e quantidade para a execução das tarefas, e consequente, a criação dos respectivos Setores na Regionais.

Macroprocesso de Promoção do Abastecimento

Este macroprocesso se caracteriza pelo atendimento aos consumidores, desde comerciantes, agroindústrias ou pequenos criadores. Assim como no macroprocesso anterior seu início também é demarcado pela identificação da necessidade de uma intervenção por meio de vendas ou pela concessão de subvenção econômica, objetivando o escoamento de produtos das zonas de produção para áreas desabastecidas. Possui forte interface com o macroprocesso de Geração e Disseminação de Informações e Conhecimento, buscando identificar o momento e a intensidade das intervenções.

Público-alvo: consumidor/adquirente, diretamente ou indiretamente por meio atacadistas, agroindústria de transformação, pequenos criadores e agroindústria de pequeno porte, cooperativas de consumo, exportadores, varejistas.

Família de Produtos e Serviços: contempla instrumentos e serviços ligados à venda e a subvenção, tais como Vendas de Produtos com o sem subvenção, Venda Balcão, VEP, PEP. No exercício de 2012, ocorreram operações de Venda de Produtos de Estoques Públicos – VEP, cujo o arrematante é do segmento de avicultura, outra atividade executada a nível desta Regional é o Programa Vendas em Balcão que é a venda do milho oriundo dos estoques públicos a preços acessíveis aos pequenos criadores cadastrados no programa.

Para visualizar o macroprocesso, acesse o link:

<http://www.conab.gov.br/OlalaCMS/uploads/arquivos/3cc58c3d7116d2eab5cc03f3a268e08b..pdf>

No exercício de 2012, não houve operações de Valor de Escoamento do Produto (VEP), no âmbito da Superintendência Regional do Tocantins.

Vendas em Leilão Público: A Superintendência Regional no Tocantins, no exercício de 2012, comercializou através de leilão público, o subproduto denominado de briquete, oriundo de estoques do PAA – Programa de Aquisição de Alimentos.

Este subproduto é utilizado como combustível na queima em fornalhas de panificadoras, secadores de arroz, cerâmicas e outros processos que usam o calor para cozimento e secagem, em substituição a lenha, óleo diesel e outros combustíveis fósseis. Trata-se de um combustível ecologicamente correto e sustentável, que provém do aproveitamento da casca do arroz, que é obtido do resultado do beneficiamento de arroz em casca que é fabricado na Unidade de Armazenamento da CONAB em Formoso do Araguaia - TO.

A comercialização foi colocada em prática, uma vez que foi determinado pela Direção da CONAB o aceleração do beneficiamento de arroz em casca da safra 2006/2007 que estava armazenada naquela unidade com o objetivo de atender as famílias em situação de calamidade em função da seca na Região Nordeste do país. Com esse aceleração, gerou-se uma grande quantidade de casca e, conseqüentemente, uma grande quantidade de briquetes, acima do necessário ao consumo próprio nas fornalhas da unidade, e o volume gerado ocupou os espaços destinado ao produto principal (arroz beneficiado). Além da ocupação dos espaços, estávamos em pleno período

chuvoso e esta situação comprometia a qualidade do produto e a segurança do armazém, e nesta situação, quando o Governo dispõe de estoques públicos e quando há a necessidade abrir espaços nas unidades armazenadoras para o recebimento de novos produtos, e de acordo com os normativos, emprega-se a venda em leilões públicos conforme o Regulamento para Operacionalização da Venda de Produtos Agropecuários dos Estoques Públicos nº 004/04, publicado no Diário Oficial da União na sua edição de 30/12/2004 e aos Avisos específicos.

➤ **Vendas em Balcão:** programa que objetiva garantir, de forma contínua e sistematizada o suprimento regular de insumos por meio da disponibilização de estoques oficiais a preços de mercado e compatíveis com os praticados em pregões públicos.

Trata-se de um programa destinado aos pequenos criadores rurais e agroindústrias de pequeno porte, voltado à comercialização de produtos agrícolas, e que permite o acesso dos beneficiários aos estoques governamentais, por meio de venda direta, tendo em vista que essa clientela dificilmente teria condições de participar de leilões públicos.

A Superintendência Regional do Tocantins, durante o exercício de 2012, atuou de forma ativa na execução do programa vendas em balcão, nas duas unidades de sua jurisdição: UA/FORMOSO e UA/ARAGUAÍNA, atendendo aos municípios de Formoso do Araguaia e municípios vizinhos e município de Araguaína, municípios vizinhos e municípios do Sul do Estado do Pará.

Os produtos oferecidos foram: na Unidade de Araguaína: milho em grãos ensacados e na unidade de Formoso do Araguaia: milho, quirera de arroz e farelo de arroz.

A produção de milho no Estado do Tocantins é deficitária e exige a intervenção da CONAB no decorrer de todo o ano, mas sobretudo no período de entressafra, sendo o milho em grãos o principal insumo utilizado pelos pequenos criadores na alimentação animal. Na Região Sul, a Unidade da CONAB de Formoso do Araguaia, comercializa também os subprodutos do beneficiamento de arroz, quirera de arroz e farelo de arroz, ambos com boa aceitação.

Macroprocesso de Articulação e Organização do Abastecimento

A Superintendência Regional do Tocantins, no exercício de 2012 participou do processo de fomento e desenvolvimento do setor hortigranjeiro através da CEASA/TO, atualmente subordinada à Diretoria de Segurança Alimentar da SEAGRO – Secretaria de Agricultura do Tocantins, com a disponibilização do PROHORT, considerado pela direção da CEASA/TO, de fundamental importância para as operações realizadas por aquela central, como parâmetro para as cotações de preços no mercado atacadistas instalados naquele estabelecimento.

A SUREG-TO utiliza das informações do PROHORT alimentados pela CEASA-TO para consultas e pesquisas de preços, sobretudo, para instruir os processos e pesquisas de preços da Agricultura Familiar.

Para visualizar o macroprocesso, acesse o link:

<http://www.conab.gov.br/OlalaCMS/uploads/arquivos/61e2ac3b4647a5238a4e45258d6a2d4f.pdf>

Macroprocesso de Atendimento a Parceiros

É um macroprocesso de atendimento às parcerias celebradas com outros órgãos públicos. Tem seu início demarcado pela demanda externa específica e que envolve principalmente ações de complementação alimentar e nutricional, incluindo a Ajuda Humanitária Internacional. Sua execução envolve a celebração de acordos com parceiros devido à necessidade de dotação orçamentária/financeira.

Público-alvo: Parceiros caracterizados por ser do Governo e por contratar os serviços da CONAB, especialmente MAPA, MDS e MDA e órgãos estaduais e municipais.

Família de Produtos e Serviços: Aquisição para programas sociais, entrega de cestas de alimentos, merenda escolar, dentre outros. No exercício de 2012, a CONAB/TO efetuou a entrega de 206.535 kg de alimentos aos acampados da reforma agrária, indígenas e comunidades de terreiro por meio de Termo de Cooperação Técnica CONAB x MDS.

Para visualizar o macroprocesso, acesse o link:

<http://www.conab.gov.br/OlalaCMS/uploads/arquivos/911fb5bec2ab890e01ef8e89fc71e280..pdf>

A Superintendência Regional do Tocantins, durante o exercício de 2012, manteve uma constante articulação com os parceiros da esfera pública e também da sociedade civil, de modo a levar à sociedade, sobretudo às classes menos favorecida do meio rural, as políticas públicas implementadas pelo Governo Federal. Destaca-se como maiores parceiros o Ministério do Desenvolvimento e Combate à Fome – MDS e o Ministério do Desenvolvimento Agrário, a primeira dada a abrangência e importância do PAA – Programa de Aquisição de Alimentos, na formalização dos projetos do instrumento CPR-DOAÇÃO em diversos municípios do Tocantins, e que representou a presença do governo federal na aquisição dos produtos da agricultura familiar, no fomento do aumento da produção, da garantia de compra dos produtos da agricultura familiar, na sustentação dos preços e na suplementação da alimentação das entidades assistenciais como creches, lar de idosos, igrejas, APAES, escolas estaduais e municipais, e outras instituições do Estado do Tocantins. O segundo grande parceiro, o MDA, na destinação dos recursos para a CONAB fazer as aquisições, o controle de qualidade e guarda e conservação de alimentos para doação às populações de grupos específicos como indígenas, assentados, quilombolas, atingidos por barragens, e desta forma garantir a estas populações uma alimentação adequada.

Neste contexto de parcerias, a CONAB-TO mantém uma vasta relação com outros órgãos e entidades, mediante doação de produtos destinados ao atendimento de famílias em condições de insegurança alimentar. No caso específico do Tocantins, o produto arroz beneficiado, cujos estoques são oriundos do PAA – Programa de Aquisição de Alimentos, é doado ao SESC – Mesa Brasil e aos demais estados da federação, para juntar a outros alimentos, e dessa forma atender as populações carentes.

Destaca-se ainda que no exercício de 2012, através da parceria com a Defesa Civil do Governo do Estado da Bahia, a CONAB-TO destinou grandes quantidades de arroz beneficiado, para socorrer as famílias atingidas pela seca que assolou severamente aquele Estado.

A Superintendência Regional mantém ainda, uma forte parceria com as entidades assistenciais do Estado e dos municípios, como as Secretarias de Trabalho e Ação Social e cozinhas comunitárias, destinando o produto arroz beneficiado para abastecer as referidas cozinhas.

A CONAB-TO participa como membro efetivo do Conselho de Desenvolvimento Rural Sustentável – CEDRUS, da Câmara Setorial da Sócio biodiversidade - Cadeia do Babaçu, ambos subordinados à Secretaria Estadual da Agricultura – SEAGRO, participa do GERA – GRUPO DE EXECUÇÃO DA POLÍTICA AGRÍCOLA PARA A REFORMA AGRÁRIA, subordinado ao MDA, e mantém ainda, parcerias diretas com o órgão de Assistência Técnica do Tocantins – RURALTINS, na troca de informações e experiências com o PAA, e na distribuição de alimentos junto ao INCRA, FUNAI, FUNASA, MAB e comunidades quilombolas.

Macroprocesso de Prestação de Serviços

A Superintendência Regional do Tocantins, por meio das suas Unidades Armazenadoras (UA'S) instaladas nos municípios de Araguaína e Formoso do Araguaia oferece serviços de recepção, guarda e conservação de produtos agropecuários ou industrializados e a respectiva expedição exercendo, ainda, o papel de companhia de armazéns-gerais, atuando no mercado de forma supletiva e estratégica.

A SUREG/TO não está habilitada para prestação de serviços de classificação, conforme relação disponível no MOC – TÍTULO 09 – CLASSIFICAÇÃO DE PRODUTOS VEGETAIS – Documento 2 – Entidades Prestadoras de Serviços de Classificação, utilizando para classificação de produtos vegetais a COOVEG – COORDENADORIA DE CLASSIFICAÇÃO VEGETAL, subordinada administrativamente à SECRETARIA DE AGRICULTURA DO ESTADO DO TOCANTINS – SEAGRO, e tecnicamente ao Ministério da Agricultura e Abastecimento – MAPA.

Para visualizar o macroprocesso, acesse o link:

<http://www.conab.gov.br/OlalaCMS/uploads/arquivos/9019b7528a181936db7e88696e7ddef.pdf>

Macroprocesso de Administração de Estoques Públicos

A prestação de serviço essencial da Companhia é voltada para formação e fiscalização dos estoques públicos, bem como, administrar as atividades de armazenamento, movimentação e destinação desses estoques (venda ou doação aos programas sociais), não só nos armazéns próprios, mas principalmente daqueles mantidos nos armazéns privados que são contratados, tendo em conta que a capacidade da Companhia é mínima diante das necessidades de armazenagem demandada pelo Governo Federal.

A SUREG/TO atua direta e indiretamente no armazenamento de produtos agropecuários no estado de Tocantins. De forma direta, mantém uma Rede Armazenadora com 2 unidades destinadas a prestar serviços de armazenamento e correlatos ao público em geral e dar suporte aos programas de abastecimento que a Companhia executa e/ou dos quais participa (beneficiamento, comercialização, distribuição ou formação de estoques estratégicos).

Além de atuar no armazenamento de produtos agropecuários, a SUREG/TO participa na manutenção do Cadastro Nacional das Unidades Armazenadoras, realizando operações de cadastramento e recadastramento, em âmbito regional ou a disposição de outras Superintendências.

As informações sobre a distribuição espacial, tipo de armazéns e sua qualificação, ou seja, equipamentos existentes, capacidade de processamento, de recepção e de expedição de produtos, são fundamentais para o conhecimento da oferta de armazenagem no país.

Dentro do conjunto de armazéns cadastrados, a Conab identifica aqueles com as condições técnicas para abrigar os estoques governamentais, os quais poderão ser credenciados, a depender do interesse dos seus proprietários.

Como forma de prestar apoio logístico aos diversos programas de abastecimento e armazenagem que realiza, a Conab também exerce relevante papel na Movimentação dos Estoques Públicos (remoção), que tem por escopo principal a abertura de espaço em armazéns localizados em zonas de produção (safra novas), além de posicionar estrategicamente esses estoques, abastecer regiões carentes.

Como ação extremamente relevante para a gestão dos estoques, durante todo o ano é realizada Fiscalização dos Estoques Públicos de Produtos Agro alimentares sob sua guarda, procedendo sistematicamente, a avaliação das condições técnico operacionais das Unidades Armazenadoras; o acompanhamento e a avaliação da integridade quantiquantitativa dos estoques, buscando evitar perdas, desvios de produtos e os prejuízos decorrentes. Suas atividades são relacionadas à fiscalização dos estoques governamentais, envolvendo a classificação e o controle de qualidade, assim como a vistoria dos estoques privados e dos programas institucionais e sociais de abastecimento.

Nessa Ação, inclui-se também as fiscalizações especiais do agronegócio, objetivando o acompanhamento da correta aplicação dos instrumentos de apoio a comercialização.

Com a atividade de fiscalização busca-se, proativamente, propiciar maior segurança aos estoques depositados, de forma e aumentar a transparência, a responsabilidade e a eficiência dos procedimentos adotados pelos armazenadores.

Alicerçadas pelo conjunto de informações agropecuárias, as ações empreendidas pela Conab na execução das políticas agrícola e de abastecimento, seja por intermédio de instrumentos de comercialização específicos, seja na operacionalização do programa de aquisição de alimentos da agricultura familiar, ou ainda por meio da implementação de programas sociais e institucionais, contam com o suporte de uma estrutura armazenadora e também com a fiscalização das condições de armazenamento.

Para visualizar o macroprocesso, acesse o link:

<http://www.conab.gov.br/OlalaCMS/uploads/arquivos/5cbedf2a41f1f6ffbd0cea69f1d0f0f.pdf>

Macroprocesso de Geração e Disseminação de Informações e Conhecimentos

A Superintendência Regional do Tocantins, durante o exercício de 2012, participou de forma intensa no cumprimento do cronograma de realização dos levantamentos da safra 2011/2012, disponibilizando seus técnicos para a realização dos referidos levantamentos, buscando as informações junto aos parceiros, como IBGE, produtores rurais, agrônomos, Assistências Técnicas e Extensão Rural, oficiais e privadas, armazenadores, trayding's, revendas de insumos de máquinas e implementos agrícolas, e agentes financeiros, localizados nas regiões produtoras do Estado do Tocantins, com o objetivo de colher dados relativos à definição das áreas plantadas, das condições das lavouras, acompanhar os desenvolvimentos dos plantios e a utilização das tecnologias e influências das condições climáticas das culturas durante toda a safra.

Durante o ano safra a Superintendência Regional do Tocantins, realiza doze pesquisas, sendo seis de campo intercaladas com outras seis realizadas por telefone.

Essas informações são balizadoras do mercado e têm sido exaustivamente utilizadas pelos operadores do agronegócio e pelo governo como suporte na tomada de decisões. As estimativas de safras influenciam diretamente no comportamento dos preços internos e externos dos produtos agrícolas primários e seus derivados.

O conhecimento do volume da produção e da sua distribuição no espaço geográfico propiciam ao governo aprimorar as ações nas políticas públicas para o setor agrícola, possibilitando estabelecer uma melhor logística de atuação nas mais diversas situações. O governo pode ainda planejar com maior segurança as atividades que envolvem os principais elos da cadeia produtiva, sobretudo nos pontos mais vulneráveis onde estão produtores e consumidores.

Para a iniciativa privada, os benefícios permeiam todo o ambiente do agronegócio: setor produtivo, armazenagem, manutenção de estoques, transporte, industrialização, comercialização, exportação e importação. Portanto, ao aperfeiçoar sua forma de atuação nessa área, a Conab tem procurado cumprir seu compromisso de prestar serviços de qualidade na geração e difusão de informações agrícolas.

Para visualizar o macroprocesso, acesse o link:

<http://www.conab.gov.br/OlalaCMS/uploads/arquivos/76e2b5416fca06120e5a75ec9a4558b0..pdf>

2 – Análise Geral do Ambiente de Negócios e de Gestão

2.1 – Análise sobre o Ambiente de Gestão

No decorrer do exercício de 2012, ocorreram avanços consideráveis no que se referiu a estrutura física da Sede da SURREG-TO, deu-se início às obras da sede própria, situada à Avenida Teotônio Segurado, quadra 601 Sul de Palmas – TO, com capacidade e devidamente adequada para abrigar todos os empregados com conforto e segurança. A previsão de entrega definitiva da obra ficou estabelecida para o início de 2013, e desta forma, solucionar o problema crucial de falta de espaço e conforto vividos em anos anteriores.

Cumprindo o cronograma, a obra foi entregue conforme previsto, culminando com a mudança para o novo prédio, no início de abril de 2013, e portanto, solucionado a deficiência na estrutura física.

Entretanto, problemas que se referem a recursos humanos, estão se ampliando, e podem ser determinados pelos fatores de demandas que são crescentes em razão do aumento natural da produção, em todas as operações e em todos os aspectos de volume de controle de documentos de acompanhamento e fiscalização, principalmente com as novas atividades e programas absorvidos pela CONAB, em contrapartida, o quadro de pessoal está envelhecido, desmotivado e sem perspectivas de crescimento.

As Unidades Armazenadoras localizadas em Formoso do Araguaia e Araguaína apresentam sérios problemas de estrutura física, conforme a série de demandas que foram apresentados para as áreas responsáveis, e fazem parte dos projetos de grande porte para manutenção dessas Unidades, mas ainda não concretizados. Identifica-se ainda, que para dar prosseguimento nos projetos propostos, necessário se faz, adequar o quadro de especialistas, visto

que não dispomos de técnicos suficientes para atender a toda a demanda, tais como engenheiros nas suas diversas especialidades de modo a atender aos requisitos legais quando da preparação dos editais de licitação, termos de referência e acompanhamento das obras.

O pequeno contingente de pessoal, tanto da área técnica e operacional, quanto da área administrativa sofrem os reflexos indiretos dessas operações (operacional, contábil e administrativa), resume-se a 47 empregados em efetivo exercício, demonstrando que medidas urgentes de contratação de pessoal, via concurso público, devem ser priorizadas.

Conforme presente no relatório de 2011, repete-se no presente, a situação de adequação das estruturas, sobretudo nas Regionais, tais como ausência de setores específicos que tratam dos assuntos inerentes relacionados às áreas de Pessoal, e como medida urgente para amenizar a situação, sugere-se que o Setor Administrativo – SEADE seja desmembrado, surgindo um que realize as atividades de contratações (licitações e dispensas) e outro de controle na área de pessoal.

Na área operacional, torna-se imprescindível a criação do Setor de Agricultura familiar para ficar condizente com a estrutura da Matriz, e dar condições técnicas e regimentais para se enquadrar e subordinar as atividades.

Fatores de risco e sua gestão no exercício em análise e para os próximos dois exercícios

No decorrer do exercício de 2012, observou-se que dos muitos problemas, principalmente os que se referem a estrutura física e recursos humanos, estão se agravando.

O pequeno contingente de pessoal, tanto da área técnico-operacional, quanto das áreas que sofrem os reflexos indiretos dessas operações (contábil e administrativa), resume-se a 45 empregados em efetivo exercício.

Torna-se premente a necessidade de medidas que busquem a revitalização do quadro de RH da SUREG/TO, tais como, intensificar o treinamento dos atuais empregados, principalmente dos anistiados; contratação de novos empregados; reenquadramento dentro das funções desenvolvidas e um plano de desligamento incentivado, de forma escalonado, contemplando a transferência de conhecimentos para os novos contratados, visando resguardar a cultura e a excelência técnica da organização.

Verificadas as soluções para os problemas estruturais, a inclusão das SUREG's na sugestão dos níveis de investimentos e de custeio – compras de veículos, equipamentos, manutenções, melhorias nas instalações.

Reduzir tais limitações agregaria considerável potencial de ação à SUREG/TO, conduzindo o próximo exercício à produtividade e a melhoria de resultados para a vasta população com a qual está envolvida e/ou para seus beneficiários.

2.2. Análise sobre o Ambiente de Negócios

Principais Clientes por Produtos e Serviços dos Setores Público e Privado

Seguem abaixo, quadros demonstrativos dos principais clientes por produtos e serviços do setor público e privado.

Ressalta-se que na coluna armazenagem dos serviços prestados aos clientes do setor privado, estão embutidos os demais serviços do processamento, tais como: recepção, limpeza e secagem.

Quadro II – Principais Clientes do Setor Público

Principais Clientes do Setor Público

Posição em 31.12.2012

SETOR	ÁREA	CNPJ	PRODUTO	ENTRADA (KG)	SAÍDA (KG)	SALDO (KG)	VINCULAÇÃO DO ESTOQUE	VALOR (R\$)
PÚBLICO	ARMAZENAGEM	CNPJ.: 26.461.699.0226-64	MILHO SAFRA 2008/2009	143.898,90	143.898,90	-	PGPM	-
			FEIJÃO COMUM PRETO	50.000,00		50.000,00	PGPM	92.699,86
			ARROZ EM CASCA	238.021,00		238.021,00	PGPM	183.407,06
			SACARIA DE POLIP. NOVA 100	23.055,00	12.737,00	10.318,00	PGPM	10.079,34
			SACARIA DE POLIP. NOVA 90	880,00	-	880,00	PGPM	1.024,98
			TOTAL:	455.854,90	12.737,00	299.219,00		287.211,24
	ARMAZENAGEM	CNPJ.: 26.461.699.0363-71	PRODUTO	ENTRADA (KG)	SAÍDA (KG)	SALDO (KG)	VINCULAÇÃO DO EST	VALOR (R\$)
			SACARIA DE POLIP. NOVA 100	1.533,00	1.533,00	-	OPÇÕES	-
			SACARIA DE POLIP. NOVA 90	20.000,00	11.450,00	8.550,00	OPÇÕES	8.883,78
			MILHO SAFRA 2008/2008	751.176,88		751.176,88	OPÇÕES	803.138,96
			MILHO SAFRA 2008/2009	1.710.014,00	1.298.407,00	411.607,00	OPÇÕES	308.218,23
	TOTAL:	2.482.723,88	1.298.407,00	1.171.333,88		1.120.240,97		
	ARMAZENAGEM	CNPJ.: 26.461.699.0445-52	PRODUTO	ENTRADA (KG)	SAÍDA (KG)	SALDO (KG)	VINCULAÇÃO DO EST	VALOR (R\$)
			SACARIA DE POLIP. NOVA 100	9.663,00	-	9.663,00	PAA	9.469,74
			SACARIA DE POLIP. USADA 90	2.403,00	-	2.403,00	PAA	2.298,96
			ARROZ CASCA SAFRA 08/09	36.290,00	-	36.290,00	PAA	17.287,13
			ARROZ CASCA SAFRA 09/10	68.689,00	-	68.689,00	PAA	31.933,84
			ARROZ CASCA SAFRA 06/07	1.321.672,70	-	1.321.672,70	PAA	763.465,03
			ARROZ BENEF. 1kg T.5	1.197.280,00	1.168.900,00	28.380,00	PAA	32.347,53
			ARROZ CASCA SAFRA 10/11	90.153,20		90.153,20	PAA	40.439,15
			EMBALAGEM PLASTICA (CAPA FARDO)	97.552,00		97.552,00	PAA	29.439,76
			FARELO DE ARROZ	339.280,00	354.240,00	(14.960,00)	PAA	4.188,84
QUIRERA DE ARROZ			64.300,00	62.030,00	2.270,00	PAA	547,79	
BRIQUETE DA CASCA DE ARROZ			291.950,00	-	291.950,00	PAA	67.148,50	
EMBALAGEM DE POLIETILENO 5KG			81,00	-	81,00	PAA	640,87	
EMBALAGEM DE POLIETILENO 1KG			14.206,00	-	14.206,00	PAA	110.110,71	
ARROZ BENEFICIADO TIPO 2			97.820,00	50.730,00	47.090,00	PAA	77.839,77	
AÇUCAR CRISTAL			19.590,00	10.146,00	9.444,00	PAA	15.539,16	
LEITE DE VACA EM PO			9.782,00	14.491,00	(4.709,00)	PAA	40.026,50	
TOTAL:	3.660.711,90	1.660.537,00	2.000.174,90		1.242.723,28			
ARMAZENAGEM	CNPJ.: 26.461.699.0251-75	PRODUTO	ENTRADA (KG)	SAÍDA (KG)	SALDO (KG)	VINCULAÇÃO DO EST	VALOR (R\$)	
		FARINHA DE MANDIOCA	98.990,00	65.085,00	33.905,00	ESTRATEGICO (MDS)	10.183,68	
		AÇUCAR CRSITAL	46.680,00	21.889,00	24.791,00	ESTRATEGICO (MDS)	50.643,64	
		MACARRÃO ESPAGUETE	34.237,00	19.730,00	14.507,00	ESTRATEGICO (MDS)	30.635,29	
		OLEO DE SOJA	48.926,00	19.880,00	29.046,00	ESTRATEGICO (MDS)	102.176,57	
		FLOCOS DE MILHO	24.455,00	19.730,00	4.725,00	ESTRATEGICO (MDS)	10.110,05	
		FEIJÃO ANÃO CORES TIPO 2	66.033,00	15.121,00	50.912,00	ESTRATEGICO (MDS)	110.871,91	
		ARROZ LONGO FINO BENEFICIADO TIPO 2	104.974,00	7.154,00	97.820,00	ESTRATEGICO (MDS)	185.613,45	
		EMBALAGEM PLASTICA (CAPA FARDO)	1.000,00		1.000,00	ESTRATEGICO (MI)	723,40	
TOTAL:	425.295,00	168.589,00	255.706,00		500.957,99			

Fonte: GEOSE/SEGEO

Quadro III – Principais Clientes do Setor Privado

Principais Clientes do Setor Privado						
Período:	01/01/2012 a 31/12/2012					
Produto	Arroz em Casca safra 2011/2012					
Depositante	Área	CPF/CNPJ	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total	
AGRODIAMANTE	Armazenagem	00.960.253/0002-98	136.220	0,5465	R\$ 74.444,23	
ANTÔNIO LISBOA DA CRUZ NETO	Armazenagem	596.469.261-34	81.690	0,5465	R\$ 44.643,59	
CARMELO PEREIRA GUIMARÃES	Armazenagem	150.150.413-49	262.020	0,5465	R\$ 143.193,93	
EDSON DA SILVA NUNES	Armazenagem	563.046.921-53	94.650	0,5465	R\$ 51.726,23	
ESPÓLIO GUILHERME PRIEB	Armazenagem	044.273.600-25	81.230	0,5465	R\$ 44.392,20	
HORTÊNCIO GOMES DE PAULA	Armazenagem	041.707.501-44	301.810	0,5465	R\$ 164.939,17	
IRENE DO NASCIMENTO E SILVA	Armazenagem	481.668.980-04	2.830	0,5465	R\$ 1.546,60	
JEAN DOUGLAS S. GOMES DE PAULA	Armazenagem	380.492.521-91	316.770	0,5465	R\$ 173.114,81	
JERONIMO ALEXANDRE ALFAIX NATARIO	Armazenagem	273.470.876-00	100.350	0,5465	R\$ 54.841,28	
JOSE MACHADO SOUZA	Armazenagem	233.665.081-91	49.040	0,5465	R\$ 26.800,36	
JOSÉ RICARDO GIRARDI	Armazenagem	045.693.758-71	2.003.050	0,5465	R\$ 1.094.666,83	
LIVIA CRISTINA GIRARDI	Armazenagem	066.138.806-98	716.710	0,5465	R\$ 391.682,02	
LUCIANO MILHOMENS MORAIS	Armazenagem	534.640.361-20	47.870	0,5465	R\$ 26.160,96	
RENATO LUIZ MACARI	Armazenagem	124.034.820-72	193.100	0,5465	R\$ 105.529,15	
ROSEMAR DIVINO PEREIRA	Armazenagem	347.337.361-34	25.120	0,5465	R\$ 13.728,08	
VALDIR GOMES PEREIRA	Armazenagem	380.472.251-20	81.390	0,5465	R\$ 44.479,64	
TOTAL			4.493.850		2.455.889	
Período:	01/01/2012 a 31/12/2013					
Produto	Milho em Grãos safra 11/12					
Depositante		CPF/CNPJ	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total	
DIOGENES DUMASZAK	Armazenagem	766.091.546-00	79.460	0,3483	R\$ 27.675,92	
VIRIATO FERREIRA DE CARVALHO	Armazenagem	038.660.506-82	139.900	0,3483	R\$ 48.727,17	
TOTAL			219.360	0,3483	R\$ 76.403,09	

Demanda por serviços de armazenagem e apoio à comercialização

A Unidade Armazenadora de Araguaína/TO, atende somente com o Programa Vendas em Balcão e com o recebimento de Cestas de Alimentos para atendimento às populações em situação de insegurança alimentar por meio de convênios CONAB x MDS. No exercício de 2012, foram removidos o quantitativo de 700 toneladas de milho a granel para atendimento aos 739 pequenos criadores que acessam os estoques públicos a preços acessíveis.

O Estado do Tocantins, por ser uma região importadora de grãos principalmente o milho para atendimento das cadeias produtivas, existem segmentos como o de avicultura que acessam por meio do Venda de Estoques Públicos(VEP), a compra desta matéria prima a preços acessíveis via corretores e recebem um prêmio após a comprovação do escoamento para a região de destino.

Mapeamento das principais empresas do setor privado que prestam serviços análogos aos da Conab

Nome do Agente Armazenador	CNPJ	Capacidade(ton)
COOPERJAVA – Cooperativa M Rural Vale do Javaé Ltda	02873032000127	80.250
SOALGO - Sociedade de Armazéns Gerais Ltda	02601318000820	60.233
COAPA – Cooperativa Agropecuária de Pedro Afonso	02893830000110	59.740
Agrícola Sete Campos Ltda	07806622000150	48.037
Gargeltins – Gurupi Armazéns Gerais do Tocantins Ltda	26935478000105	45.500
TEGRAN – Terra Grande Armazéns Gerais Ltda	33575549000163	43.874
Fazenda Dois Rios Ltda	07057887000284	39.560
COBRAPE – Companhia Brasileira Agropecuária S/A	02455483000144	36.450
Novaagri Infraestrutura de Armazenagem e Esc. Agrícola	09077252000193	33.823
Lagovale – Cooperativa Agroindustrial do Vale da Lagoa	38140513000170	32.700

A economia no Estado do Tocantins tem como principais atividades o comércio e os serviços, a pecuária e a agricultura.

A atividade pecuária está concentrada em todo o Estado, mas destaca-se com maior intensidade na região do vale do Araguaia e na prática da bovinocultura de corte voltada para o abastecimento interno e, principalmente para exportação.

Na agricultura, apresenta safras crescentes ao longo de mais de 10 anos, e tem como principais destaques a produção de arroz, milho, feijão, algodão, amendoim, sorgo e soja, e no fechamento da safra 2011/2012, apresentou uma produção total de 2.381.000 toneladas, sendo 1.382.000 toneladas de soja, 443.000 de arroz, 448.000 toneladas de milho, 38.000 toneladas de feijão, 22.000 toneladas de algodão, 37 toneladas de sorgo e consiste no maior produtor da Região Norte do país.

Os produtos de negócio de maior influência são as carnes e seus derivados e a produção de soja voltada para a exportação.

Destaca-se ainda a produção de cana-de-açúcar no estado, com uma usina da empresa BUNGE ALIMENTOS, INSTALADA NO MUNICÍPIO DE Pedro Afonso, que na safra 2011/2012, apresentou uma produção de 1.336.000 toneladas de cana, que representou 111.202.000 de litros de álcool.

A CONAB-TO dispõe de 02 (duas) unidades armazenadoras, que são: o complexo armazenador UA/FORMOSO localizado na Região Sul do Estado no município de Formoso do Araguaia, dentro da zona de produção do projeto de irrigação Rio Formoso, com capacidade para armazenar 32.000 toneladas e mais uma usina de beneficiamento de arroz, revitalizada em 2009, com capacidade nominal de 30 toneladas/dia de produção de arroz beneficiado.

Nesta unidade armazena-se os estoques de arroz em casca de terceiros, e arroz do PAA – PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS, em casca e beneficiado, estoque de milho do programa vendas em balcão e subprodutos, farelo de arroz, quirera de arroz e briquetes, resultantes do beneficiamento.

Na Região Norte do Estado, a CONAB dispõe da unidade armazenadora UA/ARAGUAÍNA, com capacidade para 1.200 toneladas e armazena os estoques de milho para atender o programa vendas em balcão e as cestas de alimentos dos grupos específicos: acampados do INCRA, indígenas, atingidos por barragens e quilombolas.

Como empresa pública, a Conab não participa em condições competitivas com o mercado na área em que atua. O objetivo de prestação de serviços de armazenagem para terceiros é

praticamente irrelevante diante da atual capacidade estática disponível na região. O Estado de Tocantins dispõe atualmente de uma oferta de 1.189.494 milhões de toneladas de capacidade estática para armazenamento de grãos (convencional e graneleiro), diante do que a capacidade de armazenamento da Companhia tem uma representatividade inferior a 3%. Assim, entendemos que as unidades de armazenamento da Conab em Tocantins deverão se voltar para estimular o desenvolvimento de aprimoramento tecnológico na área de armazenagem e contribuir com o treinamento de mão de obra especializada, procedendo interação com as universidades e demais órgãos vinculados a produção agrícola.

A CONAB-TO, se insere neste contexto na prestação dos serviços de processamento e armazenamento de estoques de terceiros, principalmente, do produto arroz em casca, na Região Sul do Estado, no beneficiamento de dos estoques de arroz dos estoques oriundos dos programas do Fome Zero, para atendimentos assistenciais, no programa de vendas em balcão para pequenos produtores e na aquisição, controle de qualidade e armazenamento dos alimentos que são distribuídos aos grupos específicos.

Ressalta-se que em razão dos preços de mercado, do produto arroz em casca, tanto para a agricultura comercial com agricultura familiar, encontram-se superiores aos preços mínimos, já há alguns anos, e esta situação de elevação dos preços de mercado, desestimula os pequenos produtores da Região Sul do Estado e impossibilita a atuação da CONAB na intervenção, e conseqüentemente, a não formação de estoques via AGF – Aquisição do Governo Federal, e na Compra Direta da Agricultura Familiar –CDAF, portanto, não ocorreram operações na área sob jurisdição da Conab/Sureg-TO de qualquer dos instrumentos previstos na Política de Garantia de Preços Mínimos- PGPM e no PAA, para os produtos arroz, milho e soja em grãos.

Apesar de desenvolver grande volume de atividades para apoiar a comercialização de produtos agrícolas, a Conab/Sureg-TO gera receitas próprias, somente do processamento e armazenamento de produtos de terceiros, visto que todo o processo de comercialização e de apoio, realização dos leilões para operações de contratos de opção e vendas de produto são centralizados e controlados pelas respectivas áreas de cada instrumento na Matriz.

Como resultado dos incentivos que o Governo Federal oferece aos produtores agrícolas, por meio das ações empreendidas pela Conab, a cada ano, melhora o sistema de produção, a produtividade aumenta a segurança e a confiança dos produtores no apoio institucional do Estado.

Quadro IV – Serviços que Geram Receitas Próprias na UJ

Serviço	Receita	%
Armazenagem de Produtos Agrícolas	268.037,76	100,00
Total de Serviços	268.037,76	100,00

Fonte: Diafi/Sucon

3 – SUSTENTAÇÃO DE RENDA

3.1. Instrumentos para Sustentação de Renda

A Conab responde pela formulação e execução da Política de Garantia de Preços Mínimos – PGPM, que exerce papel relevante nas decisões de plantio do produtor, permitindo a redução das oscilações de preços, típicas do mercado agrícola.

Tal política foi criada para dar suporte ao produtor nas situações em que os preços de mercado caem a níveis que tragam prejuízos para o setor, sem que a sua execução venha monopolizar a comercialização agrícola, ou seja, é necessário dar espaço para que a livre iniciativa continue operando na compra, venda e beneficiamento dos produtos agrícolas, devendo o governo intervir em momentos de reais dificuldades e sair do mercado assim que as condições estiverem recuperadas.

Para a elaboração da proposta de preços mínimos dos produtos que compõem a pauta da PGPM, a Conab leva em conta todos os fatores previstos em legislação específica (Decreto-Lei n.º 79/1966), utilizando como parâmetros os preços observados, os estudos de mercado, as necessidades de consumo e de importação e exportação, os custos de produção e as características socioeconômicas que envolvem cada produto.

A PGPM atua por meio de instrumentos de comercialização como:

➤ **Aquisições do Governo Federal (AGF):** consiste na venda da produção ao governo, mediante aquisição direta, ou seja, compra com pagamento à vista, objetivando garantir preço mínimo ao produtor rural, agricultor familiar e/ou sua cooperativa, a fim de manter o nível de renda dos produtores.

Quando o preço de mercado apresenta-se abaixo do Preço Mínimo fixado para a safra vigente, a operação se realiza, desde que haja repasse de recursos pelo Tesouro Nacional. Os beneficiários interessados em vender sua produção deverão atender aos requisitos de qualidade estabelecidos para os produtos, depositando-os em armazéns credenciados e apresentando a documentação exigida para o cadastramento.

Não ocorreu intervenção governamental para o instrumento AGF – AQUISIÇÃO DO GOVERNO FEDERAL, no âmbito da SUREG/TO, durante o exercício de 2012, tendo em vista que os preços mínimos do governo estão bem abaixo dos praticados no mercado.

➤ **Contrato de Opção:** permite que o Governo Federal faça aquisições de produtos de modo seletivo, ou seja, escolhendo a região e o tipo de produto que deseja comprar, beneficiando produtores rurais e cooperativas de produtores cadastrados em uma Bolsa credenciada, e que não estejam inadimplentes com a Companhia. Contempla todos os produtos definidos pela PGPM, sendo os contratos lançados por decisão das autoridades governamentais, em função das condições de comercialização de cada produto. Seu objetivo é proteger o produtor/cooperativa contra os riscos de queda nos preços de seu produto, já que o contrato é lançado preferencialmente no período de sua colheita e seu vencimento ocorre na respectiva entressafra.

Ocorrendo na modalidade de venda, dá ao beneficiário o direito de vender seu produto para o Governo, numa data futura, a um preço previamente fixado. O acesso ao contrato se dá por meio de Leilões, onde todas as Bolsas credenciadas (de Cereais, de Mercadorias e/ou de Futuros) ficam simultaneamente interligadas.

➤ **Prêmio de Escoamento de Produto (PEP):** é uma subvenção econômica concedida por meio de leilões àqueles que se disponham adquirir o produto indicado pelo Governo Federal, diretamente do produtor rural e/ou sua cooperativa, pelo valor de referência fixado (preço mínimo), promovendo seu escoamento para uma região de consumo previamente estabelecida e seguidas as condições previstas no regulamento.

Esse instrumento pode ser utilizado para complementar o abastecimento em regiões deficitárias a partir de estoques privados.

➤ **Prêmio Equalizador Pago ao Produtor (PEPRO):** subvenção econômica concedida ao produtor rural e/ou sua cooperativa que se disponha a vender seu produto pela diferença entre o Valor de Referência estabelecido pelo Governo Federal e o valor do Prêmio Equalizador arrematado em leilão, obedecida a legislação do ICMS vigente em cada estado da Federação.

Com operação semelhante ao PEP, garante um patamar de preço ao produtor, tanto pode ser o mínimo quanto um outro definido (preço de referência), sendo que a principal diferença é o pagamento do prêmio diretamente ao produtor rural. Esse instrumento, lançado quando o preço de mercado estiver abaixo do preço mínimo, é operacionalizado por intermédio das Bolsas credenciadas e, similarmente ao PEP, desonera o Governo de adquirir o produto, viabilizando o seu escoamento para as regiões consumidoras, de modo a complementar o abastecimento.

3.2 – Intervenções Realizadas em 2012

Especificamente no Estado do Tocantins não houve necessidade de intervenção governamental para manutenção da renda dos produtores agrícolas.

3.2.1 – Programa de Aquisição de Alimentos – PAA

Integrando um conjunto mais abrangente de políticas desenvolvidas pelo Governo Federal, tem se mostrado de grande relevância a operacionalização do Programa de Aquisição de Alimentos – PAA, pela Conab, em parceria com organizações públicas e da sociedade civil, voltadas ao fortalecimento da segurança alimentar e nutricional do país.

O Programa é interministerial, coordenado pelo Grupo Gestor do PAA, e os recursos oriundos dos Ministérios do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e do Desenvolvimento Agrário (MDA), sendo executado pelos governos estaduais e municipais e, em âmbito federal, pela Conab, por meio dos seguintes instrumentos:

- **Compra Direta da Agricultura Familiar – CDAF:** tem como finalidade de garantir, com base nos preços de referência, a compra de produtos agropecuários, em todo o território nacional, de agricultores enquadrados no Pronaf, inclusive Povos e Comunidades Tradicionais qualificados de acordo com o Decreto n.º 6.040, de 7 de fevereiro de 2007 – extrativistas, quilombolas, famílias atingidas por barragens, trabalhadores rurais sem-terra, acampados (definidos de acordo com a Portaria MDA n.º 111, de 20 de novembro de 2003), comunidades indígenas e agricultores familiares em condições especiais (autorizados pela Conab). Os participantes deverão estar organizados preferencialmente em grupos formais (cooperativas ou associações) ou informais. Os produtos amparados são: arroz, castanha de caju, castanha do Brasil, farinha de mandioca, feijão, milho, sorgo, trigo, leite em pó integral e farinha de trigo. A Conab a seu critério, poderá adquirir outros produtos processados/beneficiados, próprios para o consumo humano.

- **Formação de Estoque pela Agricultura Familiar denominado CPR – Estoque:** tem por finalidade a formação de estoques pelas organizações de agricultores familiares, por meio da aquisição dos produtos alimentícios oriundos de agricultores enquadrados nos grupos A ao E do Pronaf, visando a sustentação de preços e agregação de valor. Atende o mesmo público-alvo do instrumento anterior, devendo os agricultores estarem organizados em cooperativas, associações, agroindústrias familiares, condomínios ou consórcios. São amparados os produtos alimentícios da safra vigente, próprios para o consumo humano, cujo prazo de entrega é de 12 meses, a contar da data de assinatura da Cédula do Produtor Rural, podendo ser prorrogado a critério da Conab, após análise de pedido formal da organização dos participantes, justificando o pleito.

- **Compra da Agricultura Familiar com Doação Simultânea- CPR – Doação:** Objetiva o atendimento às populações em situação de insegurança alimentar e nutricional por meio da doação de alimentos adquiridos de agricultores familiares, em todo o território nacional, voltado para o mesmo público-alvo dos instrumentos anteriores, que também devem estar organizados em grupos formais (cooperativas ou associações). São amparados produtos alimentícios próprios para o consumo humano, observando-se: a) produtos *in natura* da safra vigente; b) produtos industrializados/beneficiados cujo prazo de validade não seja inferior ao da execução do projeto; c) produtos orgânicos, que observem a regulamentação contida no Decreto n.º 6.323, de 27 de dezembro de 2007; e d) a substituição do produto *in natura* por industrializados/processados/beneficiados poderá ser aceita, desde que sejam próprios para o consumo humano, de acordo com a conversão estabelecida pela Conab.

Nas operações de CDAF, os preços de referência são elaborados pela Conab, de acordo com os critérios propostos pelo Grupo Gestor do PAA, constantes da Resolução n.º 39, de 23 de maio de 2008, sendo que após a aprovação pelo Grupo Gestor são incluídos no Manual de Operações da Conab no Título 31 do MOC – Manual de Operações da CONAB.

a) Abrangência de Atuação do PAA

O Programa iniciou sua atuação em 2003, com ênfase no instrumento CAAF – Compra Antecipada da Agricultura Familiar, atendendo a 2.127 famílias de produtores rurais reduzindo-se, em 2011, para 650 famílias, com aquisição de 1.071 toneladas de diversos produtos agropecuários.

b) Recursos Aplicados

Para a operacionalização do PAA, a Conab celebra Termos de Cooperação com o MDA e o MDS, com descentralizações de recursos orçamentários/financeiros consignados nos Programas Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar.

Os recursos descentralizados para a Conab tem sido incrementados significativamente desde sua implantação, embora ainda sejam inferiores à demanda das organizações produtivas. Em sentido inverso os recursos aplicados na aquisição de produtos pela SUREG/TO apresentou baixa aplicação até o ano de 2009, quanto passou a apresentar taxas positivas, com maior aplicação na modalidade CPR-DOAÇÃO.

c) Aquisição de Produtos

Os produtos adquiridos dos agricultores familiares são destinados à formação de estoques públicos e são utilizados, preferencialmente, na distribuição gratuita às populações em situação de insegurança alimentar – geralmente residentes na própria região onde os alimentos foram produzidos, a exemplo dos acampados da reforma agrária, quilombolas, indígenas, atingidos por barragens e outros segmentos. São também distribuídos para programas sociais públicos, abastecendo creches, escolas, cozinhas comunitárias, restaurantes populares e entidades assistenciais e/ou beneficentes.

Compra Direta da Agricultura Familiar do Programa de Aquisição de Alimentos – PAA, neste instrumento, visando a formação dos estoques para atender os programas sociais, não houve a atuação da SUREG-TO, em virtude de que os preços de mercado na Região Sul do Estado, onde a produção de arroz se destaca, apresentaram-se superiores aos praticados pela CONAB, e desta forma, não houve nenhuma uma intervenção neste instrumento.

No instrumento CPR – Estoque, Devido ao fato da operacionalização da exigir melhor estruturação e maior planejamento da organização, sua procura tem sido baixa. A grande concentração desse instrumento se dá na região Sul do país, onde as Cooperativas e Associações apresentam maior experiência no acesso aos instrumentos de comercialização mais complexos.

No ano de 2012, não houve operações por meio do instrumento CPR – ESTOQUE, na Superintendência Regional do Tocantins.

Compra da Agricultura Familiar com Doação Simultânea – CPR Doação – Dos instrumentos operacionalizados pela Conab, a CPR – Doação é o que apresenta a maior demanda pois possibilita a comercialização de produtos característicos da Agricultura Familiar, tais como: hortaliças, frutas, doces e outros produtos caseiros.

Através do referido instrumento, com recursos orçamentários do exercício de 2012, foram formalizadas 15 Cédulas de Produtor Rural, no total de R\$2.418.842,21, entretanto, o volume operacionalizado no decorrer do exercício de 2012, totalizou 38 (trinta e oito projetos, sendo: 06 (seis) projetos, remanescentes de 2010 e 17 (dezessete) projetos remanescentes do exercício de 2011. Cabe ainda esclarecer que os projetos remanescentes foram em razão de termo aditivos no decorrer das execuções, por várias situações, tais como, problemas na produção dos alimentos por seca em determinadas épocas do ano e excesso de chuvas em outras, pragas nas plantações, incêndios, substituições de produtores e entidades beneficiárias, falta de transporte para as entregas, suspensão de entregas e outros transtornos da execução das CPR's.

Em relação ao exercício anterior houve um aumento de aproximadamente 21.40 % em relação ao volume de recurso aplicados. Verificou-se também, que em relação ao número de produtores familiares fornecedores houve um aumento de 26.58 % e principalmente na quantidade de pessoas atendidas um aumento de 11.10 %, e sobretudo, na quantidade adquirida de produtos, houve um acréscimo aproximado de 18.20 %, conforme quadro a seguir. O aumento na quantidade de produtos deve-se além do aumento de fornecedores, também à variedade de produtos ofertados pelos mesmos.

No rol de produtores beneficiários foram priorizados: a) aqueles dos municípios pertencentes aos Territórios da Cidadania: Território do Jalapão, da Região do Bico do Papagaio, do Sudeste, b) a participação de grupo de mulheres, atendendo o compromisso com o Programa de Apoio às Organizações Produtivas das Mulheres Rurais; c) povos e comunidades tradicionais como quilombolas, extrativistas, acampados da reforma agrária e agricultores familiares enquadrados no PRONAF, que, preferencialmente, organizados em cooperativas e associações.

Com os recursos disponibilizados pelo MDS, a SUREG/TO atendeu os familiares, onde foram adquiridas 799.131 kg de diversos produtos alimentícios de 519 produtores familiares e distribuídas à 80 instituições sociais.

Os produtos alimentícios adquiridos foram variados e típicos da pequena produção familiar, tais como: legumes, hortaliças, tubérculos, cereais, carne de frango, carne suína, carne de gado, alface, cheiro verde, couve, acelga, quiabo, mandioca, batata, cenoura, coentro, abóbora, tomate, milho verde, beterraba, frutas regionais, polpas de frutas, bolos e biscoitos, paçocas temperos, mel, doces, feijão e outros como ovos, peixes, e também alguns típicos como: murici, mangaba, cupuaçu, pequi, e ainda, outros oriundos do sócio biodiversidade como: azeite de babaçu, farinha de mesocarpo e derivados tipo bolos.

3.2.2. Contratos de Opção de venda

Aquisição seletiva onde o governo escolhe a região e o produto, beneficiando produtores rurais e cooperativas cadastrados em uma Bolsa credenciada, dando-lhe o direito de vender seu produto numa data futura, a um preço previamente fixado.

Observação: Não houve ocorrência na SUREG/TO.

3.2.3. Prêmio para o Escoamento de Produto – PEP (compra)

Prêmio concedido através de leilões àqueles que se dispõem a adquirir o produto indicado pelo governo diretamente do produtor rural e/ou sua cooperativa, promovendo seu escoamento para uma região de consumo previamente estabelecida.

Observação: Não houve ocorrência na SUREG/TO.

3.2.4. Prêmio Equalizador Pago ao Produtor Rural e/ou sua Cooperativa – PEPRO

Subvenção econômica concedida ao produtor rural e/ou sua cooperativa que se dispõe a vender seu produto pela diferença entre o Valor de Referência estabelecido pelo governo e o valor do Prêmio Equalizador arrematado em leilão. Desobriga o governo de adquirir o produto, viabilizando seu escoamento para as regiões consumidoras.

Observação: Não houve ocorrência na SUREG/TO.

Análise da efetividade das principais intervenções no mercado, avaliando as causas de eventuais insucessos e fatores de risco para o próximo exercício

A decisão de quais intervenções serão feitas no mercado, assim como a análise dos resultados dessas intervenções, dependem de fatores de esfera local, nacional e internacional, análise está feita pela SUGOF, na Matriz. Tais análises constam do Relatório de Gestão da Matriz.

Resultado financeiro geral

Encontra-se no final do capítulo 4, consolidando as informações sobre compras, vendas e subvenções ligadas à PGPM.

3.2.5. Programa de Aquisição de Alimentos – PAA

Programa interministerial voltado ao fortalecimento da segurança alimentar e nutricional do país, com recursos dos Ministérios do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS e do Desenvolvimento Agrário – MDA. É executado pelos governos estaduais e municipais e, em âmbito federal, pela Conab, por meio dos instrumentos de Compra Direta, Formação de Estoques da Agricultura Familiar e Doação Simultânea.

Quadro V – Aquisições por meio da CPR – Doação (MDS e MDA)

Ano	Nº de Agricultores	Nº de Municípios	QTD Toneladas	Nº de Pessoas beneficiadas	Nº Entidades beneficiadas	Recursos Gastos com Aquisições
2010	187	6	20.480	21.241	69	R\$ 725.896,63
2011	410	12	676.052	34.375	110	R\$ 1.992.338,00
2012	519	10	799.131	38.193	80	R\$ 2.418.842,21
Subtotal	1.116	28	1.495.663	93.809	259	R\$ 5.137.076,84
Total	1.116	28	1.495.663	93.809	259	R\$ 5.137.076,84

Fonte: Dipai/Supaf

Demonstrativo de Aquisição pela CPR – Doação/ MDS – Supervisão

Em 2012 a SUREG-TO realizou 10 etapas de supervisões nos projetos de CPR – Doação, que envolveu 12 (doze) municípios participantes. As despesas com esta ação, totalizou R\$25.169,68 (vinte e cinco mil, cento e sessenta e nove reais e sessenta e oito centavos), sendo 61 (sessenta e uma diárias), no valor de R\$11.468,00 (onze mil quatrocentos e sessenta e oito reais), 622,99 litros de combustível (gasolina/etanol), no valor de R\$1.806,00 um mil oitocentos e seis reais) e 61 (sessenta e uma) diárias de locação de veículos, no valor de R\$11.895,00 (onze mil oitocentos e noventa e cinco reais). As supervisões tiveram como objetivo averiguar in loco o andamento e o cumprimento das determinações constantes dos normativos das referidas Cédulas, bem como, no monitoramento e avaliação das operações do PAA, orientando os operadores, beneficiários fornecedores e consumidores e demais parceiros na correção de rumos, aperfeiçoamento, prevenção de desvios dos objetivos do programa ou na correta utilização dos recursos públicos.

Foram aplicados os questionários de avaliação das entidades representativas dos beneficiários fornecedores, ou seja, as entidades Proponentes (Associação e/ou Cooperativa), questionário de avaliação dos fornecedores (produtores) e questionário de avaliação das entidades representativas dos beneficiários consumidores (entidades beneficiárias).

Na ocasião das visitas houve ainda, as supervisões de instruções da operacionalização dos instrumentos, acertos nos cronogramas de entregas e orientações gerais referentes à qualidade e higiene dos produtos que são entregues, pesagem dos produtos, formato das embalagens com agregação de valor, preenchimento dos documentos de entrega e emissão das guias de remessa, entre outros. Houve ainda, no aproveitamento das viagens, o proferimento de palestras para fins de divulgação dos instrumentos do PAA e vistas de verificação da viabilidade de formalização de novos projetos.

Segue o quadro abaixo, que apresenta o demonstrativo das despesas que foram realizadas no âmbito da SUREG-TO, no exercício de 2012, correspondente ao item Supervisão das Operações e viabilidade técnica e operacional de novos projetos do PAA – PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS – no instrumento CPR – DOAÇÃO, que foram apresentados na SUREG-TO.

Quadro VI – Aquisições por meio da CPR – Doação Supervisão e Viabilidade

QTDE TÉCNICOS ENVOLVIDOS	PERÍODO	QTDE MUNICÍPIOS VISITADOS	DESPESAS						TOTAL
			DIÁRIAS		COMBUSTIVEL		LOCAÇÃO		
			QTDE	VALOR	QTDE (litros)	VALOR	QTDE (diárias)	VALOR	
1	27/02 a 1/03/12	5	3,5	R\$ 658,00	77,46	R\$ 224,63	3,5	R\$ 682,50	R\$ 1.565,13
1	26/03 a 31/03/12	1	5,5	R\$ 1.034,00	123,47	R\$ 358,07	5,5	R\$ 1.072,50	R\$ 2.464,57
2	11/06 a 16/06/12	2	5,5	R\$ 1.034,00	0,00	R\$ -	5,5	R\$ 1.072,50	R\$ 2.106,50
	11/06 a 16/06/12		5,5	R\$ 1.034,00	115,51	R\$ 334,99	5,5	R\$ 1.072,50	R\$ 2.441,49
2	25/06 a 29/06/12	1	4,5	R\$ 846,00		R\$ -	4,5	R\$ 877,50	R\$ 1.723,50
	25/06 a 29/06/12		4,5	R\$ 846,00	65,80	R\$ 190,81	4,5	R\$ 877,50	R\$ 1.914,31
2	17/09 a 22/09/12	1	5,5	R\$ 1.034,00	72,95	R\$ 211,55	5,5	R\$ 1.072,50	R\$ 2.318,05
	17/09 a 22/09/12		5,5	R\$ 1.034,00		R\$ -	5,5	R\$ 1.072,50	R\$ 2.106,50
2	19/11 a 29/11/12	2	10,5	R\$ 1.974,00	167,80	R\$ 486,63	10,5	R\$ 2.047,50	R\$ 4.508,13
	19/11 a 29/11/12		10,5	R\$ 1.974,00		R\$ -	10,5	R\$ 2.047,50	R\$ 4.021,50
10		12	61	R\$ 11.468,00	622,99	R\$ 1.806,68	61	R\$ 11.895,00	R\$ 25.169,68

FONTE: GEOSE/SEGE0

Fonte: Dipai/Supaf

Quadro VII – Dez Maiores Operações na CPR – Doação

MDS	TO	02.008.181/0001-28	ASSOC. DOS PEQ. PROD. RURAIS DO ASSENT. GLEBA COLORADO	407.965,55
MDS	TO	07.795.239/0001-44	ASSOCIAÇÃO DOS TRAB. E TRABALHADORAS RURAIS DO PACANOAS	383.949,80
MDS	TO	00.895.667/0001-08	ASSOCIAÇÃO DOS PEQ. PROD. RURAIS DO ASSENT. LOTE 06	259.169,99
MDS	TO	04.763.910/0001-87	ASSOCIAÇÃO DE PEQUENOS E MÉDIOS PRODUTORES DA REGIÃO DE BAIANÓPOL	229.795,09
MDS	TO	02.037.739/0001-01	ASSOCIAÇÃO DOS COLONOS DO CORREGO CAETITU	200.036,30
MDS	TO	02.839.748/0001-08	ASSOCIAÇÃO DOS TRABALHADORES RURAIS DO PA PRIMOGENITO	193.359,48
MDS	TO	12.658.872/0001-20	ASSOCIAÇÃO 1º DE MAIO DOS PRODUTORES RURAIS DO PROJETO DE ASSENTAM	143.986,22
MDS	TO	07.427.387/0001-06	ASS. DOS PEQUENOS PRODUTORES RURAIS DO DISTRITO GATO E MORRO LIMPC	141.256,15
MDS	TO	15.708.929/0001-47	ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES RURAIS DO VALE DO LANDI E REGIÃO	138.345,69
MDS	TO	02.481.192/0001-20	ASSOCIAÇÃO DOS PEQUENOS PRODUTORES RURAIS DE SANTA FE DO ARAGUAIA	87.481,90

PAA – RPGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS – DOAÇÕES – 2012

No decorrer de 2012, a SUREG-TO, doou 2.941.403 quilogramas de produtos, sendo 2.938.630 Kg de arroz beneficiado e 2.773 Kg de flocos de milho. Com exceção do flocos de milho, todo o arroz doado, foi proveniente de aquisição do PAA no Rio Grande de Sul, da safra 2006, e removido para a UA/FORMOSO em 2009, com a finalidade de abastecer a usina de beneficiamento daquela unidade, para ser beneficiado, empacotado e distribuído para as famílias carentes de instituições socioassistenciais em situação de insegurança alimentar e nutricional, bem como, nas situações de calamidade, objetivando atender ao Programa Fome Zero em conformidade com as instruções do MDS – MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO E COMBATE À FOME.

Como se observa no quadro abaixo, a maior das doações ocorreu para os estados do Nordeste, especificamente para os Estados da Bahia e Sergipe, em virtude dos efeitos da seca em toda a Região.

PRODUTOS	BENEFICIÁRIOS			
	ESTADO	Município	Secretarias de Ação Sociais, SESC-Mesa Brasil, Associações Assistenciais diversas, APAE's, Abrigos, Creches e outros, cadastrados junto ao MDS	TOTAL
Flocos de Milho	TO	Palmas e interior	SESC e Instituições	2.773
Arroz Benef.	TO	Palmas e interior	SESC, SETAS, Assoc.Abrigo e Creche	321.160
Arroz Benef.	SP	São Paulo e interior	Secretaria, Apae, Creche, Assoc. Abrigos	119.490
Arroz Benef.	BA	Salvador e interior	SESC e Secretarias	1.001.590
Arroz Benef.	SE	Aracajú e interior	SESC e Secretarias	543.220
Arroz em Casca	GO	Iporá - GO	Casa dos Deficientes	13.670
Arroz Benef	GO	Goiânia	Secretaria, Assoc.Creche e SESC	189.000
Arroz Benef	ES,PR,MS,MG,MT,PB,PE,RJ,RS e SC.	Vários	Banco de Alimentos Mesa Brasil - SESC	450.500
Arroz Benef.	GO	Goiânia	Remoção (sem Ônus)	250.000
Arroz Benef.	SP	Barueri	Remoção (sem Ônus)	50.000
Total Geral..				2.941.403

3.3. Principais indicadores de desempenho

1	Nome do Indicador: % de produtores atendidos pelo PEP em relação ao total de produtores no Estado															
	Objetivo do Indicador: Identificar o alcance desse instrumento de comercialização															
	Tipo: Eficácia															
	Área Responsável: Geose															
	Fórmula de cálculo e método de medição: $(PPEP/TP) * 100$ onde: PPEP=Produtores atendidos pelo PEP e TP=Total de Produtores PEP é Prêmio de Escoamento do Produto Base geográfica: UF e Brasil. Periodicidade: Anual															
	Fonte dos dados: Geose															
	Evolução dos resultados do Indicador:															
	<table border="1" style="width: 100%; border-collapse: collapse;"> <thead> <tr> <th colspan="2">Meta p/ o exercício de 2012</th> <th colspan="3">Resultado nos anos anteriores</th> </tr> <tr> <th>Prevista</th> <th>Realizada</th> <th>2011</th> <th>2010</th> <th>2009</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td style="text-align: center;">-</td> <td style="text-align: center;">-</td> <td style="text-align: center;">-</td> <td style="text-align: center;">-</td> <td style="text-align: center;">-</td> </tr> </tbody> </table>	Meta p/ o exercício de 2012		Resultado nos anos anteriores			Prevista	Realizada	2011	2010	2009	-	-	-	-	-
Meta p/ o exercício de 2012		Resultado nos anos anteriores														
Prevista	Realizada	2011	2010	2009												
-	-	-	-	-												
	Análise crítica do resultado do indicador em 2012:															
	Não houve operações de PEP durante o exercício 2012.															

2 Nome do Indicador: % de produtores atendidos pelo PEPRO em relação ao total de produtores no Estado				
Objetivo do Indicador: Identificar o alcance desse instrumento de comercialização				
Tipo: Eficácia				
Área Responsável: Geose				
Fórmula de cálculo e método de medição: $(PPEPRO/TP) * 100$ onde: PPEPRO=Produtores atendidos pelo PEPRO e TP=Total de Produtores PEPRO é Prêmio Equalizador Pago ao Produtor Rural e/ou sua Cooperativa				
Base geográfica: UF e Brasil.				
Periodicidade: Anual				
Fonte dos dados: Geose				
Evolução dos resultados do Indicador:				
Meta p/ o exercício de 2012		Resultado nos anos anteriores		
Prevista	Realizada	2011	2010	2009
-	-	-	-	-
Análise crítica do resultado do indicador em 2012:				
Não houve operações de PEPRO durante o exercício 2012.				

3 Nome do Indicador: N.º médio de documentos comprobatórios na subvenção PEP/PEPRO conferidos por dia				
Objetivo do Indicador: Verificar o volume de documentos conferidos por dia				
Tipo: Eficiência				
Área Responsável: Geose				
Fórmula de cálculo e método de medição: $NDCO/Nd$ onde: NDCO=Nº de DCO conferidos e Nd=Nº de dias utilizados para conferência. DCO=Documentos Comprobatórios da Operação apresentados tanto pelo arrematante quanto pelo produtor (declaração do produtor e do armazenador, declaração e comprovante de pagamento, NF de venda, Nota de Cargas, etc)				
Base geográfica: UF e Brasil.				
Periodicidade: Anual				
Fonte dos dados: Geose				
Evolução dos resultados do Indicador:				
Meta p/ o exercício de 2012		Resultado nos anos anteriores		
Prevista	Realizada	2011	2010	2009
-	-	-	-	-
Análise crítica do resultado do indicador em 2012:				
Não houve operações, conforme mencionado nos quadros acima.				

4 Nome do Indicador: Percentual de projetos do PAA com valores elevados (acima de R\$300 mil)				
Objetivo do Indicador: Monitorar a aprovação de projetos do PAA com valores mais elevados				
Tipo: Eficácia				
Área Responsável: Geose				
Fórmula de cálculo e método de medição: $(Pve/Pa) * 100$ onde: Pve=Projetos com valores elevados e Pa=Projetos aprovados.				
Projeto é a proposta de participação no PAA aprovada pela Conab e formalizada no SigPAA, que contém o plano de trabalho apresentado pelos agricultores familiares, constando informações sobre os agricultores participantes (nome, CPF, DAP), produtos, quantidades, preços e também, no caso da CPR-Doação, o detalhamento das instituições e público a ser beneficiado.				
Base geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Mensal e anual				
Fonte dos dados: Geose				
Evolução dos resultados do Indicador:				
Meta p/ o exercício de 2012		Resultado nos anos anteriores		
Prevista	Realizada	2011	2010	2009
23,00%	7,00%	-	-	-
Análise crítica do resultado do indicador em 2012:				
A aprovação de projetos com valores elevados, está condicionado a análise prévia das propostas e a oferta e demanda dos produtos.				

5	Nome do Indicador: Percentual de agricultores com menor renda atendidos pelo PAA			
Objetivo do Indicador: Avaliar a abrangência do PAA quanto ao atendimento a agricultores identificados com menor renda				
Tipo: Equidade				
Área Responsável: Geose				
Fórmula de cálculo e método de medição: $(Amr/Ta)*100$ onde: Amr=Agricultores de menor renda e Ta=Total de agricultores atendidos pelo programa. A classificação de menor renda se dá pela DAP, ou seja, aqueles agricultores que estão enquadrados nos grupos A, B ou A/C do Pronaf.				
Base geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Mensal e anual				
Fonte dos dados: Geose, SigPAA				
Evolução dos resultados do Indicador:				
Meta p/ o exercício de 2012				
Prevista	Realizada	2011	2010	2009
100,00%	100,00%	-	-	-
Análise crítica do resultado do indicador em 2012:				
Agricultores enquadrados nos grupos A,B ou A/C do Pronaf.				

6	Nome do Indicador: Percentual de recursos do PAA destinado ao atendimento de agricultores com menor renda			
Objetivo do Indicador: Avaliar o montante de recursos destinado ao atendimento de agricultores identificados com menor renda				
Tipo: Equidade				
Área Responsável: Geose				
Fórmula de cálculo e método de medição: $(RAmr/Rp)*100$ onde: RAmr=Recursos para Agricultores de menor renda e Rp=Recursos do Programa. A classificação de menor renda se dá pela DAP, ou seja, aqueles agricultores que estão enquadrados nos grupos A, B ou A/C do Pronaf.				
Base geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Mensal e anual				
Fonte dos dados: Geose, SigPAA				
Evolução dos resultados do Indicador:				
Meta p/ o exercício de 2012				
Prevista	Realizada	2011	2010	2009
100,00%	100,00%	-	-	-
Análise crítica do resultado do indicador em 2012:				
Todos os pequenos agricultores inscritos no programa são de baixa renda. Atuação do PAA Estado e PAA CONAB em conjunto.				

7	Nome do Indicador: Percentual de projetos supervisionados em relação ao total de projetos do PAA em execução			
Objetivo do Indicador: Avaliar a abrangência da supervisão dos projetos do PAA no Estado				
Tipo: Eficácia				
Área Responsável: Geose				
Fórmula de cálculo e método de medição: $(Ps/Pe)*100$ onde: Ps=Projeto supervisionado e Pe=Projeto em execução				
Projeto é a proposta de participação no PAA aprovada pela Conab e formalizada no SigPAA, que contém o plano de trabalho apresentado pelos agricultores familiares, constando informações sobre os agricultores participantes (nome, CPF, DAP), produtos, quantidades, preços e também, no caso da CPR-Doação, o detalhamento das instituições e público a ser beneficiado.				
Base geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Mensal e anual				
Fonte dos dados: Geose				
Evolução dos resultados do Indicador:				
Meta p/ o exercício de 2012				
Prevista	Realizada	2011	2010	2009
100,00%	77,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Análise crítica do resultado do indicador em 2012:				

8	Nome do Indicador: Percentual de municípios atendidos pelo PAA em relação ao n.º de municípios do Estado
Objetivo do Indicador: Identificar a abrangência do PAA no Estado	
Tipo: Eficácia	
Área Responsável: Geose	
Fórmula de cálculo e método de medição: $(Map/Tme)*100$ onde: Map=Municípios atendidos pelo programa e Tme=Total de municípios do Estado	
Base geográfica: UF e Brasil	
Periodicidade: Mensal e anual	
Fonte dos dados: Geose	
Evolução dos resultados do Indicador:	
Meta p/ o exercício de 2012	
Prevista	Realizada
36,00%	36,00%
Resultado nos anos anteriores	
2011	2010
9,00%	41,00%
2009	
59,00%	
Análise crítica do resultado do indicador em 2012:	
Existe a execução do PAA Estado nos diferentes municípios do Estado do Acre, ocasionando uma retração de projetos de 2009 à 2012.	

9	Nome do Indicador: Percentual de mulheres produtoras atendidas pelo PAA
Objetivo do Indicador: Identificar o quantitativo de mulheres agricultoras contempladas em relação ao total de beneficiários do Programa	
Tipo: Equidade	
Área Responsável: Geose	
Fórmula de cálculo e método de medição: $(Mp/Tp)*100$ onde MPb=Mulheres produtoras contempladas e Tp=Total de Produtores atendidos.	
Produtores atendidos integra mulheres e homens produtores.	
Base geográfica: UF e Brasil	
Periodicidade: Mensal e anual	
Fonte dos dados: Geose	
Evolução dos resultados do Indicador:	
Meta p/ o exercício de 2012	
Prevista	Realizada
100,00%	100,00%
Resultado nos anos anteriores	
2011	2010
-	-
2009	
-	
Análise crítica do resultado do indicador em 2012:	
A previsão é que aumente em 100% a inserção de mulheres nos projetos PAA.	

4. PROMOÇÃO DO ABASTECIMENTO

4.1 – Vendas dos Estoques Públicos

No que tange à política de abastecimento, a intervenção do governo na comercialização dos produtos se dá mediante operações como a Venda e o VEP, realizadas por meio do Sistema Eletrônico de Comercialização da Conab – SEC, com a participação de Bolsas de Cereais, de Mercadorias e/ou Futuros, e visa a suplementar a oferta e corrigir desequilíbrios de preços.

4.1.1 – Vendas em Leilões Públicos

No exercício de 2012, a SUREG-TO comercializou através de leilão, 700 toneladas de briquete, produto obtido do subproduto (casca de arroz) oriundo do beneficiamento de arroz em casca que se processa na unidade de armazenamento UA/FORMOSO, obtendo-se na venda do produto, R\$79.520,00 de resultado.

Quadro VIII – Demonstrativo da Comercialização de Vendas em Leilão Público

Produto	Vínculo do Produto	Quantidade (ton)		Valor da Operação c/ICMS (R\$)
		Ofertada	Negociada	
Briquete de Arroz	TO	877,8	700,0	79.520,00
Total		877,8	700,0	79.520,00

Fonte: SUREG/GEOSE

4.1.2 – Venda para Escoamento do Produto – VEP

O VEP é um valor pago a um segmento consumidor definido (avicultores, bovinocultores, caprinocultores, indústrias de ração e suinocultores), que adquire estoque governamental e se dispõe a escoá-lo para a região de consumo estabelecida no edital de venda. O adquirente arremata o produto em leilão público, efetua o pagamento integral de seu valor (valor do produto mais o valor da subvenção) e, posteriormente, após a comprovação obrigatória do escoamento para a região de consumo, é ressarcido do valor da subvenção definida no leilão.

Em 2011 não ocorreu intervenção nesta modalidade envolvendo a SUREG/TO.

4.2 – Vendas dos Estoques Públicos

A comercialização de produtos dos Estoques Governamentais neste Estado somente ocorreu na modalidade Vendas em Balcão, dos produtos milho em grãos ensacados, farelo e quirera de arroz destinados ao atendimento a criadores de pequeno porte em diversos seguimentos, conforme se verifica no quadro abaixo:

Quadro IX – Dez maiores operações de Vendas em Leilão Público

Ordem	Arrematante	Produto	Quantidade negociada (ton)	Total da Operação(R\$)
1	THAIS SILVA CUNHA	BRIQUETE	700	79.520,00
Total			700	79.520,00

Fonte: SUREG/GEOSE

4.2.2. Venda em Balcão

Permite o escoamento pulverizado de parte dos estoques públicos, favorecendo o acesso direto dos pequenos criadores rurais, agroindústrias de menor porte, entidades de classe e instituições de ensino e pesquisa aos produtos ofertados pela Conab, em igualdade de condições às obtidas pelos médios e grandes clientes, tradicionalmente usuários de compras por meio de pregões públicos.

A comercialização de produtos dos Estoques Governamentais neste Estado somente ocorreu na modalidade Vendas em Balcão, dos produtos milho em grãos ensacados, farelo e quirera de arroz destinados ao atendimento aos criadores de pequeno porte em diversos seguimentos, conforme se verifica no quadro abaixo:

Quadro X – Vendas em Balcão**UA/ ARAGUAÍNA - MILHO**

EXERCÍCIO	QTDE VENDIDA ANO (KG)	CLIENTES ATENDIDOS MÉDIA/MÊS	MUNICÍPIOS ATENDIDOS MÉDIA/MÊS	MÉDIA P/ MUNICÍPIO(KG)
2012	995.750	141	26	38.300

FONTE: UA/ARAGUAÍNA

UA/ FORMOSO

PRODUTOS EXERC. 2012	QTDE VENDIDA (KG)	CLIENTES ATENDIDOS	MUNICÍPIOS ATENDIDOS	MÉDIA KG P/ MUNICÍPIO
FARELO	122.640	349	3	40.880
QUIRERA	28.920	132	3	9.640
MILHO	81.020	186	3	27.007
	232.580	667	,	77.527

Dez maiores operações na modalidade**Quadro XI – Maior Operação de Venda em Balcão**

Ordem	Cliente	Produto	Quantidade negociada (ton)	Total da Operação(R\$)
1	Expedito Moreira de Oliveira	Milho	60.000	31.318,05
Total			60.000	31.318,05

Fonte: Dirab/Supab

Análise da efetividade das principais intervenções no mercado, avaliando as causas de eventuais insucessos e fatores de risco para o próximo exercício

Para o produto milho em grãos não ocorre intervenção por parte do Governo Federal, pois os preços praticados no mercado local estão acima dos preços mínimos. E não existe dificuldade de comercialização pois o mercado interno absorve a produção.

Resultado financeiro geral

Quadro XII – Demonstrativo Geral das Aquisições e Vendas dos Estoques

Comercialização	Instrumento	Produto	Quantidade (t)	Valor (R\$)
Aquisição	AGF	Arroz e trigo		
		Sacaria (mil unid)	8.008,0	7.915.050,30
	Contrato de Opção	Arroz	268.647,0	160.939.326,60
Subvenção	Leilões de PEP	Sisal e trigo	949.035,5	85.595.728,77
	Leilões de PEPRO	Laranja e trigo	87.766,1	4.251.201,52
Total das Aquisições e Subvenções			1.313.456,6	258.701.307,19
Venda	Venda em Leilão Público	Arroz, café, feijão, milho, trigo e sisal	1.133.713,0	580.370.994,39
	Venda em Balcão	Quirera, farelo de arroz e milho	374.855,6	135.919.075,23
Subvenção	VEP	Milho	34.387,1	4.298.913,17
Total das Vendas e Subvenção			1.542.955,7	720.588.982,79
Resultado Geral			229.499,1	461.887.675,60

Fonte: DIRAB/SUOPE

4.3. Principais indicadores de desempenho

1	Nome do Indicador: Percentual de cobertura do Programa Vendas em Balcão
	Objetivo do Indicador: Identificar o quantitativo de compradores dentre os pequenos criadores
	Tipo: Eficácia
	Área Responsável: Geose
	Fórmula de cálculo e método de medição: $(Nc/Npc)*100$ onde: Nc=Nº de compradores e Npc=Nº de pequenos criadores no Estado.
	Base geográfica: UF e Brasil.
	Periodicidade: Anual
	Fonte dos dados: Geose
Evolução dos resultados do Indicador:	
Meta p/ o exercício de 2012	
Prevista	Realizada
30,00%	30,00%
Resultado nos anos anteriores	
2011	2010
20,00%	15,00%
2009	
100,00%	
Análise crítica do resultado do indicador em 2012:	
No exercício 2012, o número de pequenos criadores cadastrados no programa vendas em balcão totalizava 322, tendo uma procura gradativa.	

5. ARTICULAÇÃO E ORGANIZAÇÃO DO ABASTECIMENTO

As ações direcionadas a esse objetivo, representadas pelo Prohort e pela Refap, embora executadas pela Conab, com a edição do PPA 2012-2015, passaram a ser de responsabilidade orçamentária do MDS.

5.1. Programa Brasileiro de Modernização do Mercado Hortigranjeiro – Prohort

Visa fomentar o desenvolvimento do setor hortigranjeiro, em articulação com os mercados atacadistas e demais entidades diretamente envolvidas, contando com um banco de dados integrado e com ações de modernização e aperfeiçoamento dos processos de gestão técnico-operacional e administrativa.

Observação: Não houve ocorrência na SUREG/TO.

5.2. Rede de Fortalecimento do Comércio Familiar de Produtos Básicos – Refap

A ação é coordenada pela Conab, com o objetivo de fortalecer as unidades varejistas filiadas, a partir da expansão e qualificação empresarial, ampliando o comércio local, com reflexo no aumento de arrecadação e emprego nos municípios brasileiros.

Observação: Não houve ocorrência na SUREG/TO.

5.3. Principais indicadores de desempenho

Observação: Não houve ocorrência na SUREG/TO.

6. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

6.1 – Serviços de Armazenagem de Produtos de Terceiros

A receita total de armazenagem de produtos de terceiros apresentou aumento em relação aos resultados apresentados no mesmo período do exercício de 2011, devido uma maior procura pelos produtores de grãos da região de Formoso do Araguaia – TO, em armazenar com a CONAB.

Demonstrativo Estoque Médio com Produtos de Terceiros

A SUREG-TO, durante o exercício de 2012, atuou especificamente com a sua unidade de Formoso do Araguaia – UA/FORMOSO, no recebimento da safra de grãos 2011/2012, desenvolvendo todas as etapas, desde o recebimento de arroz em casca das lavouras, limpeza, secagem do produto e armazenamento. Embora a safra de arroz da região sul do Estado, não tenha apresentado crescimento, ocorrendo até a diminuição de área plantada, o produto irrigado ainda representa um bom negócio para os produtores desta cultura, que procuram a CONAB para a estocagem de seus produtos, com confiança e segurança.

Quadro XIII – Estoque de Terceiros Armazenados nas Unidades Próprias

Unidade	Estoque Médio Armazenado (Em t)											
	2009			2010			2011			2012		
	Governo	Terceiro	Total	Governo	Terceiro	Total	Governo	Terceiro	Total	Governo	Terceiro	Total
Araguaína	813		813	759		759	406		406	850		850
Rio Formoso	470	13.099	13.569	1.123	13.099	14.222	6.857	5.084	11.941	6.047	2.360	8.407
Total	1.283	13.099	14.382	1.882	13.099	14.981	7.263	5.084	12.347	6.897	2.360	9.257

FONTE: GELOSE/SEOP/UA/FORMOSO

6.1.1 – Receita de Armazenagem de Produto de Terceiros

A receita total de armazenagem de produtos de terceiros apresentou aumento de 19.36% em relação aos resultados apresentados no mesmo período do exercício de 2011 e obteve Receita de armazenagem com Produtos de Terceiros de R\$395.172,49, detalhado por UA conforme quadro seguinte:

Quadro XIV – Resultado dos Serviços de Armazenagem

DEMONSTRATIVO DE RECEITA ARMAZENAGEM COM PRODUTOS DE TERCEIROS

Unidade	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Tio Formoso	258.276,36	86.467,68	28.412,92	263.749,51	331.065,85	395.172,49
Araguaína	0	0	0	0	0	0
Total-Sureg-TO	258.276,36	86.467,68	28.412,92	263.749,51	331.065,85	395.172,49

6.2. Leilões de Terceiros

Em 2012 não ocorreu intervenção de serviços de leilões de terceiros envolvendo a SUREG/TO.

6.3 – Análise sobre os principais resultados da prestação dos serviços de classificação de produtos agrícolas

A SUREG/TO não prestou serviço desta natureza no exercício de 2012.

6.4 – Principais Indicadores de Desempenho

Não se aplica a SUREG/TO

7. ADMINISTRAÇÃO DE ESTOQUES PÚBLICOS – ARMAZENAGEM, FISCALIZAÇÃO E MOVIMENTAÇÃO

7.1 – Rede Armazenadora

7.1.1 – Serviços de Manutenção (Ação Recuperação e Modernização da Rede Própria de Armazéns da CONAB).

A manutenção e modernização da rede armazenadora própria, aquisição, recuperação e adequação de imóveis, máquinas e equipamentos e a informatização das unidades, observada a legislação vigente e os requisitos de exigências do Sistema Nacional de Certificação das Unidades Armazenadoras, são atividades previstas no contexto da Programação da Alocação de Recursos Orçamentários para a Rede Armazenadora Própria, no exercício 2011, proposta por meio do VOTO PRESI 003/20011 e DIRAB 015/2011, respaldada na Lei Orçamentária Anual – LOA nº 12.381, de 09/02/2011, em que aprovou uma dotação orçamentária de R\$ 39.000.000,00, sendo R\$5.000.000,00 para Despesas Correntes e R\$ 34.000.000,00 para Despesa de Capital, tendo sido contingenciados por intermédio da Portaria MAPA nº 29, de 29/03/2011, os valores de Investimento de R\$ 22.100.000,00, e R\$ 1.400.000,00 de Despesas Correntes.

Assim, a Dotação resultante corresponde a R\$ 11.900.000,00 na rubrica de Investimento e R\$ 3.600.000,00, para Despesas Correntes.

Sendo que para SUREG – TO, para o exercício de 2011, a dotação orçamentária prevista foi de R\$ R\$ 383.000,00, e que por motivo de força maior, não foi utilizada, sendo R\$ 113.000,00 em Despesas Correntes e R\$ 270.000,00 em Despesas de Capital, representado dessa forma, cerca de 2,47% do total R\$ 15.500.000,00 do Orçamento previsto para toda Rede Armazenadora própria.

Ressalta-se que a dotação orçamentária aprovada para a SUREG-TO no exercício de 2011 não foi executada naquele exercício, e nem tampouco no exercício de 2012, por dificuldades de elaboração dos projetos técnicos e respectivos termos de referências, em razão da falta de pessoal qualificado (engenheiros) no quadro da SUREG-TO, bem como, no quadro da CONAB/Matriz para o desenvolvimento na elaboração dos projetos, quanto do acompanhamento e fiscalização.

No exercício de 2012, foram programadas e autorizadas despesas para a UA Rio Formoso no VOTO PRESI 003/20011 e DIRAB 015/2011, e executadas obras especificamente na adequação da estrutura da unidade armazenadora de Araguaína – UA/ARAGUAÍNA, e recuperação da termometria na Unidade de Formoso do Araguaia – UA/FORMOSO, conforme detalhadas no quadro seguinte:

Quadro XV – Acompanhamento dos Processo da Rede Armazenadora

SUREG: TO		Exercício: 2012						
Número do Processo	Assunto	Recurso Liberado		Licitado		Empresa Contratada	Valor (R\$)	Estágio do Processo
		sim	não	sim	não			
21214.000034/09-13	Contratação de serviços de engenharia para a elaboração dos projetos do SPDA e SPCIP da UA Rio Formoso.		X		X	Ainda não existe.	*60.000,00	Em desenvolvimento.
21214.000050/09-06	Reforma do armazém estrutural do (galpão) localizado ao lado da usina de beneficiamento da CONAB/UA Rio Formoso.	X			X	Ocorreu a compra/material	83.780,75	Obra/serviços em execução**.
21214.000119/11-16	Elabor. de projeto do sist. de captação e condução de pó e/ou material particulado-proces.-benef.de arroz/UA Rio Formoso.		X		X	Ainda não existe.	*35.000,00	Em desenvolvimento.
21214.000120/11-32	Reforma, adequação e ampliação dos banheiros existentes no escritório, para portad.necessid.especiais/UA Rio Formoso.		X		X	Ainda não existe.	*35.000,00	Em desenvolvimento.
21214.000121/11-87	Instalação de sistema de exaustão/ventilação forçada dos poços dos elevadores da UA Rio Formoso.		X		X	Ainda não existe.	*50.000,00	Em desenvolvimento.
21214.000122/11-21	Colocação de piso cerâmico, sala de controle operacional, depósito de embalagem-Usina Benef. Arroz/UA Rio Formoso.		X		X	Ainda não existe.	*95.000,00	Em desenvolvimento.
21214.000123/11-76	Execução de cercas (alamedado ou muro) e instalação de portões na UA Rio Formoso.		X		X	Ainda não existe.	*95.000,00	Em desenvolvimento.
21214.000122/12-11	Aquis.uma maquin.costura portátil/sacarias/UA Araguaína	*2.500,00	Suspendido/Aquis.SUARM.
21214.000107/12-64	Aquis.uma maquin.costura portátil/sacarias/UA Rio Formoso	*2.500,00	Suspendido/Aquis.SUARM.
21214.000116/12-55	Forn.Mat./Mão de obra p/substit.divisória. escrit./UA Araguaína		X		X	D.F.C. Construtora***	993,00	**Concluído.
21214.000117/12-08	Forn.Mat./Mão de obra p/ref.05 portas metal/UA Araguaína		X		X	D.F.C. Construtora***	3.325,00	**Concluído.
21214.000118/12	Forn.Mat./Mão de obra p/ref.um Sanit.Port.Def.F./UA Araguaína		X		X	D.F.C. Construtora***	5.235,00	**Concluído.
21214.000119/12	Forn.Mat./Mão de obra p/const.402,00 m² Calçad/UA Araguaína		X		X	D.F.C. Construtora***	17.565,00	**Concluído.
21214.000120/12	Forn.Mat./Mão de obra p/pint.externa/Caixa d'agua/UA Araguain		X		X	D.F.C. Construtora***	*8.800,00	Em desenvolvimento.
21214.000121/12	Forn.Mat./Mão de obra p/inst.vitrax/sanit.e escrit./UA Araguaína		X		x	D.F.C. Construtora***	6.101,00	**Concluído.
21214.000123/12	Aquis.de um girabrequim da Briquetadeira/UA Rio Formoso		X		X	Ainda não existe.	*28.700,00	Em desenvolvimento.
21214.000125/11-64	Manut.Sist. Termometria/UA Rio Formoso (Modernização).		X		X	Ainda não existe.	*85.735,00	Suspendido Temporariamente.
21214.000106/12-10	Manut. e Reparo no Sistema Termometria/UA Rio Formoso	X			X	Widitec***	16.000,00	Em desenvolvimento**.

Obs.: *valores estimados; **valores contratados; ***serviços contratados com dispensa de Licitação.

Fonte: SUREG/GEOS

7.1.2 – Rede Armazenadora Contratada

Para atendimento das necessidades de armazenagem dos estoques públicos, considerando a pequena capacidade estática dos armazéns próprios e um volume considerável estoques públicos existentes na área sob jurisdição desta SUREG/TO, necessariamente ocorre a utilização de serviços de armazenagem realizado pela rede privada, no momento não existe nenhum armazém contratado nesta SUREG/TO.

Todos os armazéns credenciados pela Companhia devem atender aos requisitos definidos TÍTULO 08 – ARMAZENAMENTO – Documento 4 – Cadastramento, Credenciamento, Impedimento, Desimpedimento e Descredenciamento de Unidades Armazenadoras – COMUNICADO CONAB/MOC N° 029, DE 28/12/2007, que tem como objetivo inicial identificar e cadastrar as unidades existentes no país, registrando suas características técnico-operacionais e suas capacidades estáticas, na conformidade estabelecida pelo Decreto n.º 3.855/2001.

Durante as operações de fiscalização, todos os armazéns que detém estoque de produto do Governo Federal são avaliados e aqueles que não atendem aos requisitos são impedidos e até descredenciados, ficando todas estas avaliações registradas nos relatórios de fiscalização e nos cadastros dos respectivos armazéns.

Os armazéns que prestam serviços de armazenagem para a Companhia, devem obrigatoriamente constar no Cadastro Nacional de Unidades Armazenadoras – Ação (4702), estarem devidamente credenciados e com Contrato de Depósito vigente. A relação dos armazéns credenciados e habilitados para operar com a Conab estão disponíveis para consulta no endereço <http://sisdep.conab.gov.br/consultaarmazemweb/>.

Quantidade física e financeira de produtos agrícolas estocados por tipo e por Estado em armazéns próprios da Conab (estoques públicos)

Quadro XVI – Posição dos Estoques Públicos Armazenados em Unidades Próprias

Unidade Armazenadora	Produto	Tipo 1	Tipo 2	Tipo 3	Quantidade (ton)	Valor (R\$)
UA RIO FORMOSO	Arroz Beneficiado		2		47.090	77.839,77
	Arroz em casca Natural longo		2		238.021	183.407,06
	Arroz longo fino beneficiado		2		97.820	185.613,45
	Feijão anão cores		2		50.912	110.871,91
	Feijão comum preto(A)		2		50.000	92.699,86
	Arroz em casca Natural longo			3	21.510	10.782,96
	Arroz Beneficiado 1kg Tipo 5				37.670	42.689,16
	Arroz em casca				1.495.296	842.342,19
	Milho EM Tipo				1.335.108	1.111.357,19
Total					3.373.427	2.657.603,55

Fonte: GEOSE/SEOPI

Avaliação geral da situação física dos armazéns, considerando o disposto no Decreto nº 3.855/2001 (Lei de Armazenamento)**Quadro XVII – Obras realizadas nas Unidades Armazenadoras**

UA RIO FORMOSO	Aquisição cimento p/ construção do piso da Unidade	14.816,55				
	Aquisição materiais p/ reforma no armazém		44.400,00			
	Mão de obra de rebobinamento de motores na Unidade	9.046,80				
	Aquisição de material p/ reforma do armazém estrutural				44.490,05	44.490,05
	Mão de obra de máquinas e equipamentos			16.000,00		16.000,00
	Aquisição de 2 chaves revisoras trifásicas			9.510,00		9.510,00
	Aquisição de peças de reposição p/ rebobinamento de motores	1.181,32				1.181,32
Total	25.044,67	56.303,22	25.510,00	44.490,05	151.347,94	

Fonte: Siafi

d) Plano de investimentos para colocar os armazéns próprios da Conab em conformidade com os critérios de habilitação descritos na IN Mapa 12/2009

FORMOSO DO ARAGUAIA – TO			
Capacidade estática: 32.000		Modalidade: Granel	
		Enquadramento: Coletora	
Obras		Custos	Obrigatoriedades
Sanitário de Clientes e Deficientes		45.000	O4
Sinalização de trânsito		3.000	O3
Sistema de combate a incêndio		390.000	O4
Sistema ventilação ambientes confinados/semiconfinados		20.000	O1
TOTAL		458.000	

Capacidade estática dos armazéns cadastrados pela Conab, comparando com a demanda anual por armazenagem, por produto e por Estado

Quadro XVIII – Capacidade Estática de Armazenagem x Demanda

127	1.198,4	Algodão	13,3	197,8
		Amendoim	9,4	
		Arroz	442,3	
		Feijão	38,0	
		Milho	447,6	
		Soja	1.382,9	
		Sorgo	37,3	
		Total Produção	2.370,8	

Fonte: Dirab/Suarm e Boletim do 12º Levantamento de Safras (set/12)

7.2 – Fiscalização dos Estoques Públicos

Na SUREG/TO foram realizadas em 2012 três etapas de fiscalizações em 02 unidades armazenadoras próprias.

Quadro XIX – Despesas com Fiscalização de Estoques Públicos

QTDE TÉCNICOS ENVOLVIDOS	ETAPA	DESPESAS						TOTAL
		DIÁRIAS		COMBUSTÍVEL		LOCAÇÃO		
		QTDE	VALOR	QTDE (litros)	VALOR	QTDE	VALOR	
2	2ª etapa	5,5	1.034,00				1.072,50	2.106,50
		5,5	1.034,00	151,07	438,11	5,5	1.072,50	2.544,61
2	6ª etapa	5,5	1.034,00				1.072,50	2.106,50
		5,5	1.034,00	122,53	355,34	5,5	1.072,50	2.461,84
2	9ª etapa	5,5	1.034,00	137,93	400,00	5,5	1.072,50	2.506,50
		5,5	1.034,00					
6		33	6.204,00	411,53	1.193,45	16,5	5.362,50	11.725,95

FONTE: GEOSE/SEOPI

No exercício de 2012, além das fiscalizações do Estoques Públicos programadas pela DIRAB/SUARM para o Estado do Tocantins, ocorreram 03 (três) supervisões, sendo uma etapa da programação das Supervisões Técnicas e Agrônômicas e mais 02 (duas) visitas nas unidades de Araguaína e Formoso, para levantamento dos dados, avaliação das características técnicas com vista à montagem dos editais e termos de referência para as obras que foram aprovadas para as respectivas unidades. Para estas visitas foram disponibilizadas 12. Diárias, envolvendo a participação de três técnicos, perfazendo um total de despesas no valor de R\$4.324,81, conforme demonstrado no quadro abaixo:

Quadro XX – Supervisão Técnica e Agrônômica na Unidade UA Formoso

QTDE TÉCNICOS ENVOLVIDOS	PERÍODO	QTDE MUNICÍPIOS VISITADOS	DESPESAS						TOTAL
			DIÁRIAS		COMBUSTÍVEL		LOCAÇÃO		
			QTDE	VALOR	QTDE (litros)	VALOR	QTDE (diárias)	VALOR	
2	09/04 a 11/04/12	1	2,5	R\$ 470,00	77,46	R\$ 224,63	2,5	R\$ 487,50	R\$ 1.182,13
	09/04 a 11/04/12		2,5	R\$ 470,00	0,00		2,5	R\$ 487,50	R\$ 957,50
30/07 a 31/07/12	1,5		R\$ 282,00	0,00		1,5	R\$ 292,50	R\$ 574,50	
2	30/07 a 31/07/12	1	1,5	R\$ 282,00	65,58	R\$ 190,18	1,5	R\$ 292,50	R\$ 764,68
1	27/11 a 01/12/12	1	4,5	R\$ 846,00					R\$ 846,00
		1	12,5	R\$ 2.350,00	143,04	R\$ 190,18	8	R\$ 1.560,00	R\$ 4.324,81

7.2.1 – Quadro de Fiscais da Regional

Para realização das fiscalizações são formados equipes com dois fiscais, da Sureg. A SUREG/TO possui 07 empregados habilitados para operações de fiscalização, destes apenas, 04 empregados estão disponíveis para as operações de fiscalização, vistoria e acompanhamento de remoções, 01 ocupa atualmente cargos de encarregado, restando, portanto, apenas 03 que exerce outras atividades.

Quadro XXI – Fiscais da Regional na Ativa

EMPREGADO	LOTAÇÃO
Otoniel Siqueira Campos de Abreu Rocha	GEOSE/SEOPI
Raimundo Brito Rodrigues (*)	GEOSE/SEOPI
Antônio Adelço da Conceição (*)	GEOSE/SEOPI
Roosevelt Caetano da Silva (*)	GEOSE/SEOPI
Juarez Pereira da Silva (*)	UA-ARAGUAÍNA
Francisco Luiz Maciel	CEDIDO - AGU
Raimundo Nonato Rodrigues Alves	CEDIDO - IBAMA
(*) Fiscais na ativa.	

7.2.2.1 – Fiscalização dos Estoques Públicos

A fiscalização periódica, o acompanhamento e a avaliação quanto à integridade dos estoques públicos de produtos agropecuários e a inspeção das condições técnico operacionais das unidades armazenadoras depositárias, foram fundamentais para a manutenção qualitativa dos estoques depositados em armazéns de terceiros.

No calendário de fiscalização elaborado pela Superintendência de Fiscalização de Estoques – SUFIS estavam previstas fiscalizações em armazéns localizados no âmbito da SUREG/TO nos meses de fevereiro, julho, outubro/novembro e dezembro.

Nas unidades armazenadoras vistoriadas na região sob jurisdição da SUREG/TO foram fiscalizadas cumulativamente 15.069.958 kg de produtos conforme detalhado no quadro seguinte.

Na apuração das condições de qualidade e quantidade dos estoques governamentais e avaliação da situação técnico-operacional das unidades armazenadoras depositárias, conforme as orientações contidas no Manual de Fiscalização dos Estoques Governamentais e demais normativos constantes do MOC ou em orientações específicas estabelecidas pela Companhia, foram constatadas diferenças entre os estoques contabilizados e estoques físicos, sendo parte considerada como desvio (diferenças acima de 8%) e parte como perda de armazenagem. E ambos os casos, as quantidades de produto deverão ser igualmente ressarcidas em espécie ou em produto, conforme prevê o Contrato de Depósito.

Se considerado o volume de estoques fiscalizados em 2012, observa-se que as perdas identificadas se referem apenas para o produto milho em grãos dos estoques da PGPM, para fins de abastecimento do programa vendas em balcão, no encerramento das respectivas safras, que já foram analisadas e constatadas que são inferiores à perda máxima admitida, devendo ser absorvida pela CONAB, conforme as normas da Organização 30.101 do MOC.

Referente ao produto Feijão Preto da PGPM, encontra-se DESCLASSIFICADO e impróprio para consumo humano, e sob guarda da SUREG-TO, no aguardo de decisões da CONAB/Matriz sobre a sua destinação.

O referido produto foi inicialmente doado ao SESC Mesa Brasil de Palmas pela SUREG-PA, saindo dos estoques da unidade de Ananindeua-PA, contudo, ao ser armazenado no depósito do SESC, apresentou odor estranho, e por esta razão o SESC solicitou o apoio da SUREG-TO, que adotou as providências de classificação e demais providências junto à SAF do Estado. Para abrigar o produto, em local apropriado e com segurança, foi transferido para a UA/FORMOSO e lá se encontra no aguardo das providências quanto à destinação do produto para fins de ração animal e/ou descarte.

Quadro XXII – Fiscalização dos Estoques Públicos

ETAPA	UNIDADE	PRODUTOS	VINCULO DO ESTOQUE	QTDE VISTORIADA	PERDAS
1ª	UA - ARAGUAÍNA	MILHO EM GRÃOS	C. OPÇÃO	1.141.150	
	UA - ARAGUAÍNA	MILHO EM GRÃOS	PGPM	279	279
	UA - ARAGUAÍNA	FARINHA MANDIOCA	ESTRATÉGICO	21.624	
	UA - ARAGUAÍNA	ARROZ BENF.	PAA	103.070	
	UA - ARAGUAÍNA	AÇUCAR	ESTRATÉGICO	20.454	
	UA - ARAGUAÍNA	MACARRÃO	ESTRATÉGICO	10.227	
	UA - ARAGUAÍNA	ÓLEO DE SOJA	ESTRATÉGICO	20.454	
	UA - ARAGUAÍNA	FLOCO DE MILHO	ESTRATÉGICO	10.227	
	UA - ARAGUAÍNA	EMBAL. PLASTICA	ESTRATÉGICO	1.000	
	UA - ARAGUAÍNA	FEIJÃO	PAA	32.587	
	UA - ARAGUAÍNA	LEITE EM PÓ	PAA	10.554	
	UA - ARAGUAÍNA	SACARIA	PGPM	3.935	
	UA - RIO FORMOSO	ARROZ EM CASCA	PAA	4.080.476	
	UA - RIO FORMOSO	ARROZ BENF.	PAA	827.960	
	UA - RIO FORMOSO	QUIRERA DE ARROZ	PAA	10.070	
	UA - RIO FORMOSO	FARELO DE ARROZ	PAA	108.160	
	UA - RIO FORMOSO	SACARIA	PAA	5.137	
	UA - RIO FORMOSO	SACARIA	C. OPÇÃO	1.533	
	UA - RIO FORMOSO	EMBAL. PLASTICA	PAA	168.580	
	UA - RIO FORMOSO	BRIQUETE DE ARROZ	PAA	877.810	
UA - RIO FORMOSO	MILHO EM GRÃOS	PGPM	670	670	
			6.080.396	949	
2ª	UA - ARAGUAÍNA	MILHO EM GRÃOS	C. OPÇÃO	656.400	
	UA - ARAGUAÍNA	SACARIA	PGPM	23.935	
	UA - ARAGUAÍNA	EMBAL. PLASTICA	ESTRATÉGICO	1.000	
	UA - RIO FORMOSO	ARROZ EM CASCA	PAA	2.566.806	
	UA - RIO FORMOSO	ARROZ BENF.	PAA	254.810	
	UA - RIO FORMOSO	QUIRERA DE ARROZ	PAA	8.750	
	UA - RIO FORMOSO	FARELO DE ARROZ	PAA	27.280	
	UA - RIO FORMOSO	SACARIA	C. OPÇÃO	8.550	
	UA - RIO FORMOSO	SACARIA	PAA	5.137	
	UA - RIO FORMOSO	EMBAL. PLASTICA	PAA	130.243	
	UA - RIO FORMOSO	BRIQUETE DE ARROZ	PAA	291.950	
UA - RIO FORMOSO	MILHO EM GRÃOS	C. OPÇÃO	304.334		
			3.597.860		
3ª	UA - ARAGUAÍNA	MILHO EM GRÃOS	C. OPÇÃO	1.068.648	
	UA - ARAGUAÍNA	SACARIA	PGPM	12.440	
	UA - ARAGUAÍNA	EMBAL. PLASTICA	ESTRATÉGICO	1.000	
	UA - ARAGUAÍNA	ARROZ BENF.	PAA	79.670	
	UA - ARAGUAÍNA	AÇUCAR	PAA	15.960	
	UA - ARAGUAÍNA	LEITE EM PÓ	PAA	7.967	
	UA - ARAGUAÍNA	FARINHA MANDIOCA	PAA	15.934	
	UA - ARAGUAÍNA	FEIJÃO	ESTRATÉGICO	23.925	
	UA - ARAGUAÍNA	MACARRÃO	ESTRATÉGICO	7.967	
	UA - ARAGUAÍNA	ÓLEO DE SOJA	ESTRATÉGICO	15.950	
	UA - ARAGUAÍNA	FLOCO DE MILHO	ESTRATÉGICO	7.967	
	UA - RIO FORMOSO	ARROZ BENF.	PAA	930	
	UA - RIO FORMOSO	ARROZ EM CASCA	PAA	1.611.806	
	UA - RIO FORMOSO	QUIRERA DE ARROZ	PAA	710	3.660
	UA - RIO FORMOSO	FARELO DE ARROZ	PAA	2.520	
	UA - RIO FORMOSO	SACARIA	PAA	20.953	
	UA - RIO FORMOSO	EMBAL. PLASTICA	PAA	114.344	
	UA - RIO FORMOSO	BRIQUETE DE ARROZ	PAA	291.950	
UA - RIO FORMOSO	MILHO EM GRÃOS	C. OPÇÃO	233.151		
UA - RIO FORMOSO	ARROZ EM CASCA	PGPM	332.349		
			2.608.713	3.660	
FONTE: GEOSE/SEOPI					
Total Geral				12.286.969	

7.2.2 O número de ocorrências registradas nas fiscalizações realizadas no Estado foi de 02(duas), com o produto milho na quantidade de tonelada de 0,9(zero vírgula nove) toneladas.

7.2.2.2 – Perdas

Para as ocorrências classificadas como Perda em Armazenagem (diferenças até 8%), referem-se exclusivamente indenização de perdas de produtos armazenados em unidades armazenadoras próprias, assim não sendo necessário a emissão de TVN.

7.2.2.3 – Desvios

Nesta SUREG/TO, no exercício de 2012, não foi registrado nenhuma falta considerada como desvio de produtos.

7.2.3 – Fiscalizações das Operações de Garantia e Sustentação de Renda

a) Fiscalização dos Instrumentos de Apoio à Comercialização

Objetiva realizar a inspeção e o acompanhamento das operações referentes aos diversos instrumentos de garantia e sustentação de renda, averiguando o fiel cumprimento da finalidade das operações, das exigências regulamentares e dos normativos vigentes.

Em 2012, não houve operação de fiscalização voltada aos instrumentos de apoio à comercialização.

CI SUPAB/SUFIS N°s 406 E 533/12

ETAPA	QTDE TÉCNICOS ENVOLVIDOS	PERÍODO	QTDE MUNICÍPIOS VISITADOS	DESPESAS						OUTROS	TOTAL
				DIÁRIAS		COMBUSTÍVEL		LOCAÇÃO			
				QTDE	VALOR	QTDE(litros)	VALOR	QTDE	VALOR		
1ª	1	02/10 a 11/10/12	9	9,5	1.786,00	222,47	645,16	1	1.852,50	32,00	4.315,66
2ª	1	15/10 a 25/10/12	1	10,5	1.974,00	183,97	533,50	1	2.047,50		4.555,00
	2		10	20	3.760,00	406,43	1.178,66	2	3.900,00	32,00	8.870,66

FONTE: GEOSE/SEOPI

Atendendo recomendação dos Órgãos de Controle Externo, com o objetivo de padronizar os procedimentos operacionais, em acatamento às instruções da SUFIS e SUPAB foi providenciada no âmbito da SUREG-TO, a fiscalização do Programa de Abastecimento Social – Vendas em Balcão, abrangendo as duas unidades sob a jurisdição da SUREG-TO nas localidades de Formoso do Araguaia e Araguaína, onde são comercializados no referido programa os produtos, milho em grãos, quirera de arroz e farelo de arroz. Dada a abrangência dos cadastros e a limitação tanto de recursos, como de técnicos para o efetivo, as visitas foram realizadas por amostragem, atendendo 10 % do total de cadastrados. As visitas ocorreram dentro da normalidade, culminando com as alterações de plantel, e conseqüentemente, alteração nos limites de compra dos cadastrados. Registram-se como entraves, as distâncias a percorrer e as péssimas condições das estradas e difícil acesso aos empreendimentos rurais, e, portanto, necessita de um maior tempo, bem como, que estas operações sejam feitas em duplas de técnicos.

Para os demais instrumentos como: AGF, PEPRO, PEP, VEP, PROP, SEGURO RURAL e SUBVENÇÃO AOS EXTRATIVISTAS não houve execução na âmbito da SUREG-TO durante o exercício de 2012. Na execução da Ação, exclusivamente no programa Vendas em Balcão, a SUREG/TO gastou R\$9.327,09.

7.3 – Remoção de Produtos

7.3.1 – Remoção de Produtos dos Estoques Públicos

Atividade fundamental de apoio logístico aos diversos programas de abastecimento e armazenamento realizados pela CONAB. A movimentação dos estoques públicos tem por escopo principal a abertura de espaço em armazéns localizados em zonas de produção, de forma a permitir o recebimento e a estocagem de produtos de safras novas, além de posicionar estrategicamente esses estoques, abastecer regiões carentes e realizar outras operações para garantir a integridade física e qualitativa dos estoques.

Em 2012 foi contratada a remoção de 1.100,00 kg de milho em grãos na região sob jurisdição da SUREG/TO, vinculado à PGPM. A contratação ocorreu via Leilão Eletrônico, com participação das Bolsas de Cereais, de Mercadorias e/ou Futuros.

A realização das remoções teve como motivo principal o atendimento do Programa Vendas em Balcão.

As quantidades removidas estão detalhadas no quadro a seguir:

**Quadro XXIII – Demonstrativo das Remoções Contratadas
Remoções de Produtos dos Estoques Públicos - PGPM - Ano: 2012**

UF		Produto	Motivo	Aviso(Nº)	ATR (Nº)	Qunatidade (kg) Removido	CUSTO (R\$)
Origem	Destino						
TO	TO	milho	Vendas em Balcão	129/2012	00-634.6890-5	350.000	72.000,00
	TO	milho	Vendas em Balcão	379/2012	00-332.4629-7	750.000	241.444,74
		Total				1.100.000	313.444,74

FONTE: GEOSE/SEOPI

7.4. Principais indicadores de desempenho

1	Nome do Indicador: Percentual de atendimento às solicitações de cadastro				
Objetivo do Indicador: Identificar em que medida as solicitações de cadastro estão sendo atendidas, seja por produtores, armazenadores ou empresas que manufacturam/comercializam produtos alimentícios					
Tipo: Eficácia					
Área Responsável: Geose					
Fórmula de cálculo e método de medição: $(NSa/NS) * 100$ onde: NSa=Nº de solicitações de cadastro atendidas e NS=Nº de solicitações de cadastro.					
Base geográfica: UF e Brasil.					
Periodicidade: Mensal e anual					
Fonte dos dados: Geose					
Evolução dos resultados do Indicador:					
Meta p/ o exercício de 2012		Resultado nos anos anteriores			
Prevista	Realizada	2011	2010	2009	
0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%	
Análise crítica do resultado do indicador em 2012:					
No exercício 2012, não foi efetuado cadastro de armazéns.					

2 Nome do Indicador: Percentual de armazéns impedidos				
Objetivo do Indicador: Identificar a quantidade de armazéns cadastrados e que não podem operar com os estoques públicos por não cumprirem com as exigências estabelecidas em contrato.				
Tipo: Eficácia				
Área Responsável: Geose				
Fórmula de cálculo e método de medição: $(N_{Ai}/N_{Av}) \cdot 100$ onde: N_{Ai} = N° de Armazéns impedidos e N_{Av} = N° de Armazéns vistoriados. Situações de Impedimento: cadastro efetivado com impedimento, credenciado com impedimento, descredenciado, impedimento financeiro				
Fonte dos dados: Geose				
Evolução dos resultados do Indicador:				
Meta p/ o exercício de 2012		Resultado nos anos anteriores		
Prevista	Realizada	2011	2010	2009
Análise crítica do resultado do indicador em 2012:				
Dos 14(quatorze) armazéns cadastrados no SICARM, 93% não podem operar com serviço de armazenagem de estoques públicos.				

3 Nome do Indicador: Percentual de armazéns credenciados				
Objetivo do Indicador: Identificar a quantidade de armazéns cadastrados e aptos a operar com os estoques públicos, por cumprirem com as exigências contratuais.				
Tipo: Eficácia				
Área Responsável: Geose				
Fórmula de cálculo e método de medição: $(N_{Ac}/N_{cd}) \cdot 100$ onde: N_{Ac} = N° de Armazéns credenciados e N_{cd} = N° de Armazéns cadastrados. Base geográfica: UF e Brasil. Periodicidade: Mensal e anual				
Fonte dos dados: Geose				
Evolução dos resultados do Indicador:				
Meta p/ o exercício de 2012		Resultado nos anos anteriores		
Prevista	Realizada	2011	2010	2009
Análise crítica do resultado do indicador em 2012:				
Dos 14(quatorze) armazéns cadastrados, apenas 01(um) está apto a armazenagem de estoques públicos, corresponde a 7% dos armazéns.				

4 Nome do Indicador: Percentual de produto armazenado em relação a capacidade estática				
Objetivo do Indicador: Acompanhar a utilização da capacidade estática instalada visando otimizar a utilização da rede armazenadora própria				
Tipo: Eficácia				
Área Responsável: Geose				
Fórmula de cálculo e método de medição: $(Q_a/C_e) \cdot 100$ onde: Q_a =Quantidade armazenada (em ton) e C_e =Capacidade estática. Capacidade estática é a disponibilidade, em toneladas, para armazenamento de produtos. Base geográfica: UF e Brasil Periodicidade: Mensa				
Fonte dos dados: Geose				
Evolução dos resultados do Indicador:				
Meta p/ o exercício de 2012		Resultado nos anos anteriores		
Prevista	Realizada	2011	2010	2009
Análise crítica do resultado do indicador em 2012:				
A rede armazenadora própria corresponde a 2% da capacidade estática de armazenagem cadastrada no Estado do Acre.				

5 Nome do Indicador: Produtos armazenados para programas sociais em relação ao total de produtos				
Objetivo do Indicador: Identificar o percentual de produtos que são destinados para os programas sociais, na rede armazenadora própria.				
Tipo: Eficácia				
Área Responsável: Geose				
Fórmula de cálculo e método de medição: $(Qas/QA)*100$ onde: Qas=Quantidade armazenada para programas sociais e QA=Quantidade total Armazenada.				
Programas Sociais considerados: PAA, Fome Zero, Ajuda Humanitária...				
Base geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade:				
Fonte dos dados: Geose				
Evolução dos resultados do Indicador:				
Meta p/ o exercício de 2012		Resultado nos anos anteriores		
Prevista	Realizada	2011	2010	2009
Análise crítica do resultado do indicador em 2012:				
No exercício 2012, foram armazenados um total de 206,50 toneladas de produtos para composição de cestas de alimentos.				

6 Nome do Indicador: Custo médio para a fiscalização dos Estoques				
Objetivo do Indicador: Identificar o valor médio dispendido com a fiscalização em relação ao estoque fiscalizado				
Tipo: Eficiência				
Área Responsável: Geose				
Fórmula de cálculo e método de medição: Cf/Ef onde: Cf=Custo da fiscalização e Ef=Estoque fiscalizado (em ton).				
O custo envolve despesas correntes (diárias, material de consumo, passagens e despesa com locomoção e serviços de terceiros).				
Base geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Mensal e anual				
Fonte dos dados: Geose e Sifi				
Evolução dos resultados do Indicador:				
Meta p/ o exercício de 2012		Resultado nos anos anteriores		
Prevista	Realizada	2011	2010	2009
100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Análise crítica do resultado do indicador em 2012:				
Não houve custos para fiscalização de estoques públicos, já que a Unidade Armazenadora localiza-se em Rio Branco/AC.				

7 Nome do Indicador: Custo benefício potencial da fiscalização				
Objetivo do Indicador: O Custo benefício potencial consiste em ressaltar o benefício da atividade de fiscalização de forma que os estoques governamentais estejam compatíveis em termos de quantidade e qualidade. O benefício potencial corresponde ao valor de perdas e desvios ocorridos e detectados pela fiscalização e no aguardo de indenização ao governo.				
Tipo: Efetividade				
Área Responsável: Geose				
Fórmula de cálculo e método de medição: $(P+D)*Pme/Df$ onde: P=Perdas em armazenagem, D=Desvios, Pme=Preço médio do produto e Df=Total de Despesas com a fiscalização. A despesa com a fiscalização envolve despesas correntes (diárias, material de consumo, passagens e despesa com locomoção e serviços de terceiros).				
Base geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Mensal e anual				
Fonte dos dados: Geose e Sifi				
Evolução dos resultados do Indicador:				
Meta p/ o exercício de 2012		Resultado nos anos anteriores		
Prevista	Realizada	2011	2010	2009
100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Análise crítica do resultado do indicador em 2012:				
Foram realizadas 02(duas) fiscalizações de estoques, não sendo constatado desvio e/ou perda em armazenagem de produtos estocados.				

8 Nome do Indicador: Percentual de desvio de produtos armazenados				
Objetivo do Indicador: Acompanhar os desvios de estoques governamentais, visando adotar as medidas pertinentes				
Tipo: Efetividade				
Área Responsável: Geose				
Fórmula de cálculo e método de medição: $(Ed/Ef)*100$ onde: Ed=Estoque desviado e Ef=Estoque fiscalizado.				
Base geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Mensal e anual				
Fonte dos dados: Geose				
Evolução dos resultados do Indicador:				
Meta p/ o exercício de 2012		Resultado nos anos anteriores		
Prevista	Realizada	2011	2010	2009
100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Análise crítica do resultado do indicador em 2012:				
Não foi constatado desvio de produtos dos estoques públicos fiscalizados, os TVN's foram encaminhados à SUFIS/Matriz.				

9 Nome do Indicador: Percentual de alteração da qualidade dos produtos armazenados				
Objetivo do Indicador: Verificar a manutenção da qualidade do produto no armazém em decorrência da prática correta dos procedimentos técnicos de armazenamento				
Tipo: Efetividade				
Área Responsável: Geose				
Fórmula de cálculo e método de medição: $(Eaq/Ecf)*100$ onde: Eaq=Estoque com alteração da qualidade e Ecf=Estoque Contábil fiscalizado.				
Alteração de qualidade ocorre com a depreciação do produto, produto fora do padrão, desclassificado ou impróprio para o consumo.				
Base geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Mensal e anual				
Fonte dos dados: Geose				
Evolução dos resultados do Indicador:				
Meta p/ o exercício de 2012		Resultado nos anos anteriores		
Prevista	Realizada	2011	2010	2009
100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Análise crítica do resultado do indicador em 2012:				
Os produtos são estocados atendendo as orientações de armazenagem em ambiente natural.				

Nome do Indicador: Custo da remoção de produtos por tonelada				
Objetivo do Indicador: Acompanhar o custo da remoção de produtos				
Tipo: Eficiência				
Área Responsável: Geose				
Fórmula de cálculo e método de medição: Cr/Tr onde: Cr=Custo da remoção e Tr=Tonelada removida.				
Base geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Mensal e anual				
Fonte dos dados: Geose				
Evolução dos resultados do Indicador:				
Meta p/ o exercício de 2012		Resultado nos anos anteriores		
Prevista	Realizada	2011	2010	2009
100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Análise crítica do resultado do indicador em 2012:				
Os custos de remoção são estipulados por meio dos leilões de fretes realizados a nível da Matriz.				

8. GESTÃO TECNOLÓGICA

8.1. Informações sobre a gestão de tecnologia da informação (TI) da UJ

As ações de TI na Conab têm como diretriz básica o Projeto de Modernização da Tecnologia da Informação – PMTI, criado em 2004 e em execução desde então.

O PMTI é o carro-chefe da Superintendência de Gestão da Tecnologia da Informação da Conab e principal iniciativa de sustentação do objetivo – Prover a Companhia de Infraestrutura de TI Atualizada – constante no Mapa Estratégico da Conab. Além disso, é uma das iniciativas para suporte a boa parte de outros objetivos estratégicos, evidenciando assim o alinhamento das ações de TI e a importância destas como fator crítico de sucesso na execução de sua estratégia organizacional.

Tais ações, incluindo Segurança da Informação, Desenvolvimento e Produção de Sistemas, Contratação e Gestão de bens e serviços de TI, entre outras, são centralizadas na Matriz, tendo como diretriz o planejamento da área de TI para o respectivo exercício, obedecendo à legislação pertinente e aos procedimentos legais e observando a disponibilidade orçamentária e financeira para o período. Tanto que o Comitê formalmente designado para auxiliar nas decisões relativas à gestão e ao uso corporativo de Tecnologia da Informação funciona no âmbito da Matriz, a quem compete adotar providências e proceder as devidas orientações às Superintendências nos Estados.

Cabe à Regional apenas a manutenção dos equipamentos e eventuais aquisições de peças e acessórios desgastadas em função das intempéries climáticas da região. Temos também, uma carência específica no tocante a pessoal com habilidades para o desenvolvimento de atividades relacionadas à manutenção dos equipamentos do parque de informática, o que vem prejudicar em muito os trabalhos aqui realizados, por falta de uma assistência técnica que contemple todas as necessidades existentes.

9. GESTÃO ESTRATÉGICA

9.1. Análise da implantação do Plano de Gestão Estratégica da Empresa

Com a descontinuidade do planejamento estratégico, conforme abordado no capítulo 1, restou prejudicado o acompanhamento da gestão com base na metodologia anteriormente implantada e com o suporte de ferramenta de informática atualizada, a qual permitiria explicitar os resultados por meio de indicadores apurados e a respectiva visualização de metas atingidas .

Contudo, em 2012, a Conab foi inserida no processo de planejamento estratégico do MAPA, nosso Ministério supervisor, no bojo do Plano de Ação para a Agropecuária Sustentável-PAAS/MAPA, mediante a inclusão de um conjunto de resultados estratégicos a serem alcançados pela Companhia, tendo como respaldo o Plano Plurianual - PPA para o período 2012 a 2015.

Atendendo a esse propósito, os Superintendentes da Matriz foram mobilizados para a identificação de ações ou novos projetos que se caracterizassem como estratégicos, tendo em vista o alcance de resultados e desafios futuros, e tendo como suporte o Plano Plurianual. Desse esforço resultaram alguns projetos que, selecionados à luz das ações consignadas no PPA, com respectiva previsão orçamentária, buscaram alinhar-se a 3 macro-resultados daquele Ministério, com previsão para monitoramento concomitante às reuniões de análises estratégicas do MAPA.

Os macro-resultados nos quais a Conab buscou inserir-se foram: Excelência Administrativa; Formulação e Implementação das Políticas Públicas para o Agronegócio; Agregação de Valor na Produção Agropecuária.

A partir da definição de um conjunto de 6 resultados e 14 projetos, associados aos citados macroprocessos, a Conab optou por 3 Resultados Estratégicos, compostos por 7 projetos correspondentes, para efeito de acompanhamento e monitoramento por aquele Ministério. Os demais resultados foram acompanhados em nível interno, por serem considerados de gestão ou

ainda por necessitarem de definição mais clara quanto ao vínculo orçamentário, embora todos concorram para a implementação da estratégia organizacional.

Para os três resultados escolhidos – Quadro de Pessoal Redimensionado; Armazéns Próprios Ampliados e Certificados; Subsídios à Formulação das Políticas Agrícolas e de Abastecimento Aperfeiçoadas – foram definidos os objetivos estratégicos relacionados, os projetos que a eles se vinculam, os responsáveis, os impactos e riscos para sua implementação, os produtos, assim como os indicadores de desempenho específicos.

Alguns desses projetos contam com a participação das Regionais para sua implementação, sendo eles: Ampliação da Capacidade Estática da Rede Armazenadora; Certificação de Unidades Armazenadoras Próprias; Aperfeiçoamento e Disponibilização de Informações sobre Safras; Nova Metodologia de Coleta de Preços Agropecuários; Estudo das Perdas Qualitativas e Quantitativas no Transporte e na Pós-Colheita de Grãos; Apoio às Centrais de Unidades Varejistas; Implantação de Unidades de Serviço de Abastecimento Móvel Fluvial.

O monitoramento desses projetos, contudo, esteve restrito à Matriz, que foi quem conduziu e implementou as etapas iniciais, demandando informações das Suregs ou devendo envolvê-las no processo oportunamente, tendo em vista que a maioria dos projetos é de médio prazo, variando de 3 a 5 anos, cujos resultados serão evidenciados mais à frente e para os quais deverá ocorrer o devido acompanhamento.

10 – GERAÇÃO E DIFUSÃO DE INFORMAÇÕES

10.1- Levantamento de Safras

Buscando ser referência como provedora de informações e conhecimento do setor agropecuário e de abastecimento, a Conab tem o compromisso de infundir, sistematicamente, as informações demandadas pelo setor. Nesse sentido, possui e mantém atualizado um dos maiores bancos de dados sobre o segmento agropecuário e vem disponibilizando parte desse acervo, desde 1992, por meio de publicações que contemplam estatísticas referentes a: Estimativas de Safras (principais grãos, café e cana-de-açúcar); Importações e Exportações Brasileiras; Balança Comercial da Agricultura; Oferta e Demanda dos principais produtos; Preços da Agropecuária (produtor, atacado e varejo); Preços Mínimos (PGPM) e Preços de Referência para a Agricultura Familiar (PGPAF); Preços dos Insumos Agropecuários; Índices Econômicos; Impostos de Importação; Indicadores Econômicos e outros. Também divulga dados relativos às operações da Companhia, tais como Aquisições – AGF, Vendas, Contrato de Opção, Programa de Escoamento do Produto – PEP, Valor do Escoamento do Produto –VEP, Programa de Venda Balcão e, dados referentes à Agricultura Familiar.

Destacam-se as estimativas de produção, cujo volume e complexidade dos trabalhos pertinentes têm aumentado, em razão da crescente safra brasileira e da exigência cada vez maior dos usuários.

O acompanhamento e a quantificação da produção agrícola brasileira pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, mediante os levantamentos de Safras Agrícolas realizados pela Conab, são de extrema relevância para a formulação e execução da Política Agrícola, pois permite aos gestores de políticas públicas conhecer a produção brasileira de grãos, antecipando-se aos eventuais problemas de abastecimento, adotando as ações corretivas proativa e tempestivamente, possibilitando, ainda, informar ao mercado sobre o volume a ser produzido, de forma a viabilizar seu planejamento. Ou seja, tais levantamentos, ao mesmo tempo em que subsidiam a elaboração de políticas agrícolas e de abastecimento, dão a necessária transparência aos agentes que interferem no mercado, nas decisões de produção e comercialização. Revela-se, portanto, de fundamental importância para as atividades de acompanhamento conjuntural dos produtos e para as de comercialização e movimentação das safras.

Os Levantamentos de Safras Agrícolas, atividade que vem sendo desenvolvida regularmente pela Conab desde a sua criação, fornecem dados estatísticos de área, produção e

produtividade dos principais grãos e fibras que compõem a safra agrícola nacional, provendo o Governo de informações sobre a evolução dos produtos agrícolas destinados ao consumo humano, animal e industrial, obedecendo a um calendário divulgado previamente para cada ano safra. O conceito de ano safra adotado significa o intervalo de tempo entre o início do plantio à colheita e até o fim da comercialização (12 meses) que melhor agrega estas safras e que não necessariamente coincidem com o ano civil. Para efeito deste trabalho, considera-se que o Brasil possui safras distintas, a saber:

Safra de Verão, Safra da Região Norte/Nordeste e Safra de Inverno.

O levantamento de dados é realizado nas principais áreas de produção do País, consultando-se informantes que atuam no segmento agro-produtivo, tais como agrônomos, técnicos de cooperativas, agentes financeiros, revendedores de insumos, Secretarias de Agricultura e órgãos de assistência técnica e extensão rural. Os roteiros compõem uma amostra intencional, definida a partir da área plantada de cada uma das principais culturas amparadas pela PGPM, representando o universo das mais diferentes regiões produtoras, sob os aspectos de solo e clima, levando em conta a distribuição espacial e temporal das colheitas.

Durante o ano safra a Conab realiza doze pesquisas, sendo seis de campo intercaladas por outras seis realizadas à distância. No caso de ocorrências de situações climáticas anormais são realizadas pesquisas de campo nas áreas afetadas.

Essas informações são balizadoras do mercado e têm sido exaustivamente utilizadas pelos operadores do agronegócio e pelo governo como suporte na tomada de decisões. As estimativas de safras influenciam diretamente no comportamento dos preços internos e externos dos produtos agrícolas primários e seus derivados. O conhecimento do volume da produção e da sua distribuição no espaço geográfico propiciam ao governo aprimorar as ações nas políticas públicas para o setor agrícola, possibilitando estabelecer uma melhor logística de atuação nas mais diversas situações. O governo pode ainda planejar com maior segurança as atividades que envolvem os principais elos da cadeia produtiva, sobretudo nos pontos mais vulneráveis onde estão produtores e consumidores.

Para a iniciativa privada, os benefícios permeiam todo o ambiente do agronegócio: setor produtivo, armazenagem, manutenção de estoques, transporte, industrialização, comercialização, exportação e importação. Portanto, ao aperfeiçoar sua forma de atuação nessa área, a Conab tem procurado cumprir seu compromisso de prestar serviços de qualidade na geração e difusão de informações agrícolas.

As atividades para realização do levantamento de safra são desenvolvidas contemplando Pesquisa, Acompanhamento e Avaliação de Safras e são coordenadas pela SUINF – Superintendência de Informações do Agronegócio, subordinada a Diretoria de Política Agrícola e Informações – DIPAI.

Após a coleta e consolidação dos dados, o resultado é divulgado pelo MAPA e disponibilizado em meio eletrônico (Internet – com versões em português, inglês e espanhol) e publicações técnicas.

Como resultado final dos levantamentos, o resumo das informações dos principais produtos da região agrícola sob jurisdição da SUREG/TO, a título de registro, compõem o quadro seguinte:

PRODUTOS	AREA (mil ha)					PRODUÇÃO (mil t)					PRODUTIVIDADE (kg/ha)			
	SAFRAS			Variação		SAFRAS			Variação		SAFRAS			Variação (%)
	2010/11 (a)	AVALIAÇÕES (2011/2012)		(%) (c/a)	ABSOL (c-a)	2010/11 (a)	AVALIAÇÕES (2011/2012)		(%) (c/a)	ABSOL (c-a)	2010/11 (a)	AVALIAÇÕES (2011/2012)		(%) (c/a)
	JUL (b)	AGO (c)				JUL (b)	AGO (c)				JUL (b)	AGO (c)		
Algodão Caroço	5,33	9,98	7,50	40,7%	2,17	17,06	37,29	22,55	32,2%	5,49	3.201	3.736	3.007	-6,1%
Amendoim	1,70	2,50	2,50	47,1%	0,80	4,93	9,35	9,35	89,9%	4,43	2.897	3.741	3.741	29,1%
Arroz Sequeiro	69,28	56,21	55,96	-19,2%	-13,32	134,70	110,48	110,74	-17,8%	-23,96	1.944	1.965	1.979	1,8%
Arroz Irrigado	66,49	63,93	63,93	-3,8%	-2,56	333,64	332,30	332,30	-0,4%	-1,34	5.018	5.196	5.196	3,6%
SOMA/MÉDIA	135,76	120,14	119,89	-11,7%	-15,87	468,34	442,78	443,04	-5,4%	-25,30	3.450	3.686	3.688	6,9%
Feijão 1ª Safra	5,61	6,68	6,07	8,3%	0,47	3,91	5,18	4,47	14,2%	0,55	698	775	735	5,4%
Feijão 2ª Safra	12,12	15,13	13,76	13,6%	1,64	13,67	15,56	12,92	-5,5%	-0,75	1.128	1.028	939	-16,7%
Feijão 3ª Safra	12,16	14,16	15,05	23,8%	2,89	20,00	20,44	20,27	1,3%	0,27	1.645	1.443	1.347	-18,1%
SOMA/MÉDIA	29,88	35,97	34,88	16,7%	5,00	37,58	41,18	37,66	0,2%	0,08	1.258	1.145	1.080	-14,2%
Milho 1ª Safra	68,71	67,65	59,22	-13,8%	-9,49	251,82	291,95	261,46	3,8%	9,65	3.665	4.316	4.415	20,5%
Milho 2ª Safra	28,30	43,14	44,41	56,9%	16,11	132,28	183,25	187,17	41,5%	54,90	4.674	4.248	4.215	-9,8%
SOMA/MÉDIA	97,01	110,78	103,63	6,8%	6,62	384,10	475,20	448,64	16,8%	64,54	3.959	4.289	4.329	9,3%
Soja Sequeiro	367,92	405,57	414,45	12,6%	46,53	1.120,05	1.255,20	1.275,89	13,9%	155,84	3.044	3.095	3.075	1,1%
Soja Subirrigada	37,95	36,37	36,71	-3,3%	-1,24	110,59	105,93	106,92	-3,3%	-3,67	2.914	2.913	2.912	-0,1%
SOMA/MÉDIA	405,87	441,94	451,16	11,2%	45,29	1.230,64	1.361,13	1.382,81	12,4%	152,17	3.032	3.080	3.065	1,1%
Sorgo 1ª Safra	0,50	0,20	0,20	-60,0%	-0,30	1,36	0,40	0,40	-70,6%	-0,96	2.720	2.000	2.000	-26,5%
Sorgo 2ª Safra	19,95	22,60	21,25	6,5%	1,30	35,22	39,17	36,84	4,6%	1,62	1.766	1.733	1.734	-1,8%
SOMA/MÉDIA	20,45	22,80	21,45	4,9%	1,00	36,58	39,57	37,24	1,8%	0,66	1.789	1.735	1.736	-2,9%
TOTAIS	696,00	744,11	741,01	6,5%	45,01	2.179,23	2.406,49	2.381,28	9,3%	202,06				

10.2 – Geração e Difusão de Informações da Agropecuária e do Abastecimento Agroalimentar - SIAGRO

No exercício de 2012, a SUREG-TO no atendimento desta ação, com o objetivo de identificar e acompanhar as situações e dificuldades de mercado, abrangendo os locais de produção, estrutura de comercialização, gargalos da cadeia produtiva, bem como, novos locais relevantes de pesquisa, realizou duas visitas in loco, visando o estreitamento nos laços de confiança e a obtenção de fontes de informação seguras para a captação de preços nos municípios representativos, tanto em volume de produção quanto a financiamentos do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF, com posterior lançamento no SIAGRO.

Nos dois deslocamentos, foram visitados 40 (quarenta) municípios, representado despesas no total de R\$5.441,37, com diárias, locação de veículos e aquisição de combustível, conforme o quadro abaixo:

GERAÇÃO DA DIFUSÃO AGROPECUÁRIA - SIAGRO / 2012

QTDE TÉCNICOS ENVOLVIDOS	PERÍODO	QTDE MUNICÍPIOS VISITADOS	DESPESAS						TOTAL
			DIÁRIAS		COMBUSTÍVEL		LOCAÇÃO		
			QTDE	VALOR	QTDE	VALOR	QTDE	VALOR	
1	11/06 a 16/06/12	20	5,5	1.034,00	217,73	631,42	1	1.072,50	2.737,92
1	13/08 a 18/08/12	20	5,5	1.034,00	205,84	596,95	1	1.072,50	2.703,45
2		40	11	2068	423,58	1.228,37	2	2.145,00	5.441,37

FONTE: GEOSE/SEGEO

11. GESTÃO DE PESSOAS

11.1. Alocação de Servidores

Conforme estabelecido no Regulamento de Pessoal, o ingresso nos quadros da Companhia se dá por meio de concursos públicos. Neste sentido, e desde sua criação, a Companhia realizou nos exercícios de 2005 e 2006 concursos públicos para provimento de pessoal e, na medida da necessidade, tem realizado nomeações para os cargos de livre provimento.

Não obstante, tem ocorrido nos últimos exercícios o ingresso de pessoal por meio de decisões judiciais e ou por força da Lei de Anistia, n.º 8.878, de 11 de maio de 1994, materializada por meio de portarias do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – MPOG. Em 2011 foram editadas as portarias de n.ºs 172, de 20 de junho, 205, de 07 de julho e 385, de 22 de setembro, anistiou 17 empregados. Em decorrência da pouca governabilidade sobre esse processo, a Companhia permitiu o ingresso de empregados sem observar o quadro de pessoal ideal na sua estrutura organizacional.

Para a alocação dos empregados é observada a necessidade da área demandante, as competências regimentais do cargo e a experiência e aptidões do empregado. No exercício de 2012, não foi realizada nenhuma alocação no âmbito da Sureg/TO.

11.2. Comunicação na Instituição

Público interno

A comunicação de informações importantes para a companhia, aos seus empregados se dá por meio dos seguintes veículos:

Notícias do Dia – informativo diário com uma média de três informações, abordando temas diversos como programas e ações da Companhia, realização de cursos e palestras, avisos e atividades voltadas para os empregados. Além das cópias impressas afixadas nos murais, o informativo também está presente diariamente na intranet e nos murais das superintendências regionais e unidades armazenadoras. Circula de segunda a sexta-feira e as notícias são produzidas, diagramadas e ditadas pela equipe de jornalistas da Matriz, em parceria com estagiários de comunicação das superintendências regionais. Com o mesmo leiaute, é produzida uma edição em cada regional (Notícia do Dia Regional) com informações de exclusivo interesse dos empregados locais. Este informativo é a forma mais rápida de comunicação impressa da Empresa com seus Empregados.

Correio Eletrônico – divulgação de informações de interesse geral, de forma tempestiva e alcançando todos os empregados (em atividade, cedidos e licenciados etc). Utilizado com maior frequência pelas áreas de benefícios, capacitação e assistência médica.

Intranet – este veículo está em operação desde o ano de 2000 e tem grande utilização pelo corpo funcional. São disponibilizadas informações necessárias à Companhia, tais como: regulamentos e normativos, conjunturas agropecuárias, relatórios, avisos e resultados de leilões, licitações, legislação etc.

Público externo

A Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB, possui uma página na internet, cujo endereço é www.conab.gov.br, onde faz divulgação de todas as atividades desenvolvidas, e está acessível ao público em geral.

Ainda é importante, destacar, que a CONAB produz informativos escritos na forma de Folders, Revistas, Jornais de grande circulação e Diário Oficial da União.

11.3. Clima Organizacional e Ambiente de Trabalho

O clima Organizacional da Superintendência Regional do Estado do Tocantins, busca estabelecer uma relação de confiança, mantendo-se disponível em atender aos pleitos dos empregados, demandando, se necessário, providências das áreas/chefias envolvidas. Por entender que a satisfação pessoal, do corpo funcional, é fundamental para um bom desempenho profissional.

Apresentar a estratégia de atuação e descrição dos principais resultados referentes às ações destinadas a melhorar o clima organizacional da Instituição e o ambiente de trabalho

Para a melhoria e bem-estar do corpo funcional da Regional, está sendo finalizada a construção da sede própria, com novas instalações adequadas ao ambiente de trabalho desejável, com climatização nova, mobiliários novos, e com a recuperação de alguns em bons estados de conservação, bem como uma excelente localização para o acesso de todos os empregados partindo dos diversos locais de suas residências, o que sem sombras de dúvida será de fundamental importância para a melhoria do clima organizacional da SUREG/TO.

11.4. Ações de Conhecimento e Aprendizagem

Apresentar a estratégia de atuação e descrição dos principais resultados referentes às ações de disseminação de conhecimento, aprendizagem, entre outras

Como estratégia a SUREG/TO promoveu ao longo do ano de 2012 a especialização de diversos empregados das áreas em que atuam; Administrativa, Operacional e das Unidades Armazenadoras, sendo encaminhados à Matriz/DF para treinamentos de acordo com as necessidades específicas de suas atividades, sendo estes responsáveis pela disseminação dos conhecimentos aos quais lhes foram agregados, e cujo acompanhamento foi demandado pela Matriz/SUDEP/GECAP.

Quadro XXIV – Ações de Conhecimento e Aprendizagem

Treinamentos	Treinandos	Homens Hora		
Administrativo	2	64:00:00		
Auditoria				
Comunicação Social	9	100:00:00		
Educação e Desenvolvimento				
Financeira	5	184:00:00		
Gerencial				
Informática				
Jurídica	2	40:00:00		
Operacional	1	48:00:00		
Planejamento	3	60:00:00		
Qualidade				
4. Total de Servidores (1+2+3)	22	496:00:00	0	0

11.5. Informações sobre recursos humanos da Conab

Composição do quadro de servidores ativos

Quadro XXV – Força de Trabalho da UJ – Situação apurada em 31/12

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)	0	54	0	1
1.1. Cargos de Carreira		54		
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	0	0	0	0
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão				
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado				
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório				
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas				
2. Servidores com Contratos Temporários				
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública				
4. Total de Servidores (1+2+3)	0	54	0	1

Fonte: Digep/Sugep

Quadro XXVI – Situações que Reduzem a Força de Trabalho da UJ – Situação em 31/12

Tipologias dos afastamentos	Quantidade de Pessoas na Situação em 31 de Dezembro
1. Cedidos (1.1+1.2+1.3)	8
1.1. Decreto nº 4.050 de 12/12/2001	1
1.2. Lei nº 10.470 de 25/06/2002	7
2. Afastamentos (2.1+2.2+2.3+2.4)	
2.1 Para Exercício de Mandato Eletivo	
2.3. Aposentadoria – Invalidez Temporária	
3. Licença Remunerada (4.1+4.2)	0
3.1. Licença Maternidade – 120 dias	
4.2 Licença Maternidade – Empresa – Cidadã – 60 dias	
4. Licença não Remunerada (5.1+5.2+5.3+5.4+5.5)	1
5. Outras Situações (Especificar o ato normativo)	
6. Total de Servidores Afastados em 31 de Dezembro (1+2+3+4+5)	9

Fonte: Digep/Sugep

Quadro XXVII – Estrutura de Cargos em Comissão e Funções Gratificadas da UJ

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Funções Gratificadas	-	14	2	2
1.1. Empregado em Cargo de Carreira		14	2	2
1.2. Empregado com Contrato Especial/ Conselheiros				
1.3. Empregado Requisitado				
2. Total de Empregados com Função Gratificada	-	14	2	2

Fonte: Digep/Sugep

Quadro XXVIII – Quantidade de Servidores da UJ por Faixa Etária

Tipologias do Cargo	Até 30 anos	De 31 a 40 anos	De 41 a 50 anos	De 51 a 60 anos	Acima de 60 anos
1. Provedimento de Cargo Efetivo	1	4	7	20	6
1.1. Membros de Poder e Agentes Políticos					
1.2. Servidores de Carreira	1	4	7	20	6
1.3. Servidores com Contratos Temporários					
2. Provedimento de Cargo em Comissão	0	2	4	10	0
2.1. Cargos de Natureza Especial					
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior					
2.3. Funções Gratificadas		2	3	10	
3. Totais (1+2)	1	6	11	30	6

Fonte: Digep/Sugep

Quadro XXIX – Quantidade de Servidores da UJ por Nível de Escolaridade

Tipologias do Cargo	Quantidade de Pessoas por Nível de Escolaridade													
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14
1. Empregado de Cargo Efetivo	0	1	0	5	0	1	14	2	8	7	0	0	0	0
1.1. Em Cargo de Carreira		1		5		1	14	2	8	7				
2. Empregado em Função Gratificada	0	0	0	0	0	0	7	1	4	4	0	0	0	0
2.1. Cargos de Carreira							7	1	4	4				
2.2. Contrato Especial (Diretor, Assessor, Conselheiro)														
2.3. Requisitado														
3. Totais (1+2)	0	1	0	5	0	1	21	3	12	11	0	0	0	0

LEGENDA - Nível de Escolaridade: 1 - Analfabeto; 2 - 4ª série incompleta; 3 - 4ª série completa; 4 - 5ª a 8ª incompleta; 5 - 1º grau completo; 6 - 2º grau incompleto; 7 - 2º grau completo; 8 - superior incompleto; 9 - superior completo; 10 - Pós-Graduação; 11 - Mestrado; 12 - Doutorado; 13 - PHD; 14 - mestrado s/ defesa de tese.

Fonte: Dige/Sugep

Quadro XXX – Composição do Quadro de Estagiários

Nível de Escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Despesa no Exercício (em R\$1,00)
	1.º Trimestre	2.º Trimestre	3.º Trimestre	4.º Trimestre	
1. Nível Superior	9	11	11	12	98.893,21
1.1 Área Fim	2	3	3.º Trimestre	2	
1.2 Área Meio	7	8	8	10	
2. Nível Médio	2	1	1	1	
2.1 Área Fim	2				
2.2 Área Meio					
3. Total (1+2)	11	12	12	13	98.893,21

Fonte: SEADE

Custos associados à manutenção dos recursos humanos

Quadro XXXI – Quadro de Custos de Pessoal no Exercício de Referência e nos dois anteriores

Tipologias/ Exercícios	Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis (em R\$)						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total	
		Rebribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários	Demais Despesas Variáveis				
Servidores de Carreira que não Ocupam Cargo de Provisão em Comissão											
Exercícios	2010	2.999.256,18	-	-	-	72.318,00	502.208,70	-	226.769,60	-	3.800.552,48
	2011	3.306.396,04	-	-	-	86.758,00	458.190,26	-	-	-	3.851.344,30
	2012	4.183.604,96	-	-	-	17.324,00	528.696,26	-	114.342,14	-	4.843.967,36
Servidores Cedidos com Ônus ou em Licença											
Exercícios	2010	288.220,25	-	-	-	-	47.619,52	-	7.435,40	-	343.275,17
	2011	317.288,26	-	-	-	-	51.132,99	-	-	-	368.421,25
	2012	351.481,36	-	-	-	-	52.255,06	-	9.480,40	-	413.216,82
Servidores Ocupantes de Cargos de Natureza Especial (Assessores / Diretores / Jetons)											
Exercícios	2010	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,00
	2011	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,00
	2012	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,00
Servidores Ocupantes de Funções Gratificadas											
Exercícios	2010	2.286.765,22	-	827.055,30	-	30.829,00	256.536,10	-	130.237,80	-	3.531.423,42
	2011	2.789.268,74	-	890.646,34	-	26.379,00	281.484,20	-	-	-	3.987.778,28
	2012	2.814.729,68	-	860.709,84	-	10.175,00	249.024,60	-	82.035,52	-	4.016.674,64
Pensão Vitalícia											
Exercícios	2010	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,00
	2011	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,00

Fonte: Dige/Sugep

Locação de mão de obra mediante contratos de prestação de serviços

Quadro XXXII – Contratos de prestação de serviços de Limpeza e Vigilância Ostensiva

Unidade Contratante															
Nome: Companhia Nacional de Abastecimento															
UG/Gestão: 135337 – 22211										CNPJ: 26.461.699/0197-95					
Informações sobre os contratos															
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigidos dos trabalhadores contratados						Sit.	Quantidade de Trabalhadores	
					Início	Fim	F		M		S			P	C
							P	C	P	C	P	C			
2007	V	O	V.A	03.601.036/0003-80	24/12/07	23/12/12			13	13			A	13	13
2011	L	O	LH	00.588.541/0004-25	13/07/11	12/07/16			5	5			A	5	5

Observações:
 Legenda: Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.
 Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.
 Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.
 Situação Contratual: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado/(E) Encerrado
 Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente Contratada

Fonte:

Quadro XXXIII – Contratos de Prestação de Serviços com Locação de Mão de Obra

UG/Gestão: 135337/22211										CNPJ: 26.461.699/0197-95				
Informações sobre os Contratos														
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.	
					Início	Fim	F		M		S			
							P	C	P	C	P	C		
2007	1	O	014/2007	03.601.036/0003-80	24/12/07	23/12/12			13	13			A	
2011	5	O	003/2011	00.588.541/0004-25	13/07/11	12/07/16			5	5			A	
2009	12	O	004/2009	04.829.840/0001/12	15/07/09	14/07/14			16	16			A	

Observações:
LEGENDA
Área:
 1. Segurança;
 2. Transportes;
 3. Informática;
 4. Copeiragem;
 5. Recepção;
 6. Reprografia;
 7. Telecomunicações;
 8. Manutenção de bens móveis;
 9. Manutenção de bens imóveis;
 10. Brigadistas;
 11. Apoio Administrativo – Menores Aprendizes;
 12. Outras

Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.
Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.

Demonstrativo de admissão, desligamento, concessão de aposentadoria e pensão praticados no exercício

SISTEMA DE APRECIÇÃO E REGISTRO DE ATOS DE ADMISSÃO E CONCESSÕES – SISAC

REGIÃO	UNIDADE	EXERCÍCIO			
		2012		TOTAIS	
		ADMISSAO	DEMISSÃO	ADMISSAO	DEMISSÃO
MATRIZ		0	37	0	37
NORTE	AC	0	0	0	0
	AM	0	0	0	0
	AP	0	0	0	0
	PA	0	1	0	1
	RO	0	0	0	0
	RR	0	1	0	1
NORDESTE	AL	0	3	0	3
	BA	0	2	0	2
	CE	0	2	0	2
	MA	0	0	0	0
	PB	0	0	0	0
	PE	0	5	0	5
	PI	0	1	0	1
	RN	0	1	0	1
C. OESTE	GO	0	3	0	3
	MS	0	1	0	1
	MT	0	4	0	4
	TO	0	1	0	1
SUDESTE	ES	0	1	0	1
	MG	0	1	0	1
	RJ	0	2	0	2
	SP	0	0	0	0
SUL	PR	0	1	0	1
	RS	0	0	0	0
	SC	0	0	0	0
TOTAIS		0	67	0	67

FONTE: Sugep, Sutin e Sistema Sênior

Quadro XXXIV – Atos Sujeitos à Comunicação ao TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)

Tipos de Atos	Quantidade de atos sujeitos ao registro no TCU		Quantidade de atos cadastrados no SISAC	
	2012	2011	2012	2011
Admissão				
Concessão de aposentadoria				
Concessão de pensão civil				
Concessão de pensão especial a ex-combatente				
Concessão de reforma				
Concessão de pensão militar				
Alteração do fundamento legal de ato concessório				
Totais	0	0	0	0
Desligamento				
Cancelamento de concessão				
Cancelamento de desligamento				
Totais	0	0	0	0

Fonte: Digep/Sugep

Obs.: A Conab está sujeita ao regime CLT, não havendo ocorrência de concessão de aposentadoria e pensões.

Quadro XXXV – Regularidade do Cadastro dos Atos no SISAC

Tipos de Atos	Quantidade de atos de acordo com o prazo decorrido entre o fato caracterizador do ato e o cadastro no SISAC			
	Exercício de 2012			
	Até 30 dias	De 31 a 60 dias	De 61 a 90 dias	Mais de 90 dias
Atos Sujeitos ao Registro pelo TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)				
Admissão				
Concessão de aposentadoria				
Concessão de pensão civil				
Concessão de pensão especial a ex-combatente				
Concessão de reforma				
Concessão de pensão militar				
Alteração do fundamento legal de ato concessório				
Total	0	0	0	0
Atos Sujeitos à Comunicação ao TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)				
Desligamento				
Cancelamento de concessão				
Cancelamento de desligamento				
Total	0	0	0	0

Fonte: Dige/Sugep

Obs.: A Conab está sujeita ao regime CLT, não havendo ocorrência de concessão de aposentadoria e pensões.

Informações da Atuação do Órgão de Controle Interno (OCI) Sobre os Atos**Quadro XXXVI – Atuação do OCI sobre os Atos Submetidos a Registro**

Tipos de Atos	Quantidade de atos com diligência pelo OCI		Quantidade de atos com parecer negativo do OCI	
	2012	2011	2012	2011
Admissão				
Concessão de aposentadoria				
Concessão de pensão civil				
Concessão de pensão especial a ex-combatente				
Concessão de reforma				
Concessão de pensão militar				
Alteração do fundamento legal de ato concessório				
Totais	0	0	0	0

Fonte: Dige/Sugep

Obs.: A Conab está sujeita ao regime CLT, não havendo ocorrência de concessão de aposentadoria e pensões.

Perspectivas de aposentadorias e estratégia de recomposição de pessoal

Os empregados da CONAB são contratados pelo regime da CLT, não havendo portanto, idade limite para o desligamento do quadro de pessoal da Companhia, podendo, inclusive, serem aposentados pela Previdência Social e permanecerem em atividade.

Indicadores gerenciais sobre recursos humanos

Nome do Indicador: Rotatividade ou Turnover total	2012	2011	2010
Objetivo do Indicador: Monitorar indícios de problemas relacionados a: processo seletivo, sistema de remuneração e benefícios, clima organizacional, perda da cultura organizacional e de capital intelectual, mercado de trabalho aquecido.	24	24	24
Análise: Nos exercício de 2010 a 2012, não houve nenhuma rotatividade de empregados.			
Nome do Indicador: Percentual de realização de exames médicos periódicos	2012	2011	2010
Objetivo do Indicador: Demonstrar o cumprimento das Normas Regulamentadoras. Acompanhar a realização do Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional- PCMSO.	18	13	8
Análise: Foram realizados 90% dos exames médicos periódicos previsto para o exercício de 2012.			
Nome do Indicador: Ocorrências de Acidentes de Trabalho e Doenças Ocupacionais em relação ao Quadro de Lotação Médio	2012	2011	2010
Objetivo do Indicador: Demonstrar o cumprimento das Normas Regulamentadoras. Acompanhar a realização do Programa de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA). Monitorar os processos e atividades voltadas à prevenção dos riscos laborais inerentes às atividades	0	0	0
Análise: Nenhuma ocorrência de acidente de trabalho			
Nome do Indicador: Percentual de empregados com nível superior	2012	2011	2010
Objetivo do Indicador: Identificar a evolução desse grupo no conjunto do corpo funcional da Companhia	5	3	3

11.6. Acúmulo de Cargos, Funções e Empregos Públicos

Informações sobre as providências adotadas para identificar eventual acumulação remunerada de cargos, funções e empregos públicos vedada pelo art. 37, incisos XVI e XVII, da Constituição Federal (nas redações dadas pelas Emendas Constitucionais nºs 19/98 e 34/2001) relativamente aos seus empregados, assim como sobre as medidas adotadas nos casos identificados de acumulação, nos termos do art. 133 da Lei nº 8.112/93.

Observação: Conforme o comentário acima, não se aplica a SUREG/TO.

11.7 Análise operacional e orçamentária da entidade de previdência complementar patrocinada pela Conab – Instituto Conab de Seguridade Social – CIBRIUS:

Todos os atos de gestão, controle e acompanhamento da entidade de previdência complementar patrocinada pela CONAB, são realizados no âmbito da CONAB/MATRIZ e serão objeto de avaliação pelo órgão central de Controle Interno (CGU – Brasília).

Identificação da Unidade (Entidade)

Nome	
	CIBRIUS
Razão Social	Instituto Conab de Seguridade Social – CIBRIUS Entidade Fechada de Previdência Privada, sem fins lucrativos, constituída pela Conab (Patrocinadora Principal) em 08 de março de 1979, sob a forma de sociedade civil.
CNPJ	00.531.590/0001-89
Endereço	SCHGN 706/7 Bloco D nº 42 – Brasília-DF-70740-704 – www.cibrius.com.br
Plano de Benefícios	Plano de Benefício Definido–Registrado no CNPB sob o n.º 19.790.007-19

Valor total das contribuições pagas pelos empregados participantes – 2012 (com valores referentes ao mês de competência)

Unidade Orgânica	Quantidade de Participantes Ativos	Valor da Contribuição dos Empregados	Participação %
TO	16	189.900,48	1,25%
Conab Nacional	1.539	15.179.741,18	-

Valor total das contribuições pagas pela patrocinadora CONAB – 2012 (com valores referentes ao mês de competência) Fonte Siafi/Sisdre contas Contábeis 331900703 e 331900701

Unidade Orgânica	Quantidade de Participantes Ativos	Valor das Contribuições PATRONAIS	Participação %
TO	16	189.900,48	1,25%
Conab Nacional	1.537	15.173.095,79	-

Demonstrativo do valor pago de benefícios pelo CIBRIUS

UF	Quantidade de Participantes Assistidos	Valor Pago dos Benefícios	Participação %
TO	2	39.753,54	0,17%
Conab Nacional	1.317	22.824.464,73	-

Resultado financeiro do CIBRIUS

(objeto de avaliação pelo órgão central de Controle Interno (CGU – Brasília)).

Rentabilidade por Segmento e Carteira Geral Plano de Benefício Definido – Dezembro 2012

RENDA FIXA			
Rentabilidade			
		No Mês	No Ano
Rentabilidade		0,91%	15,51%
Meta Atuarial	TR + 6% a.a	0,49%	6,32%
Meta de Rentabilidade	INPC + 6% a.a	1,23%	12,55%
Benchmark	INPC + 6% a.a	1,23%	12,55%
Resultado			
		No Mês	No Ano
Rentabilidade x Meta Atuarial		0,42%	8,66%
Rentabilidade x Meta de Rentabilidade		-0,32%	2,61%
Rentabilidade x Benchmark		-0,32%	2,61%

RENDA VARIÁVEL			
Rentabilidade			
		No Mês	No Ano
Rentabilidade		4,35%	10,60%
Meta Atuarial	TR + 6% a.a	0,49%	6,32%
Meta de Rentabilidade	INPC + 11% a.a	1,62%	17,92%
Benchmark	IBr-X	5,05%	11,84%
Resultado			
		No Mês	No Ano
Rentabilidade x Meta Atuarial		3,84%	4,04%
Rentabilidade x Meta de Rentabilidade		2,69%	-6,20%
Rentabilidade x Benchmark		-0,66%	-1,10%

INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS			
Rentabilidade			
		No Mês	No Ano
Rentabilidade		28,35%	130,70%
Meta Atuarial	TR + 6% a.a	0,49%	6,32%
Meta de Rentabilidade	INPC + 4% a.a	1,07%	10,45%
Benchmark	INPC + 4% a.a	1,07%	10,45%
Resultado			
		No Mês	No Ano
Rentabilidade x Meta Atuarial		27,73%	117,02%
Rentabilidade x Meta de Rentabilidade		27,00%	108,86%
Rentabilidade x Benchmark		27,00%	108,86%

IMÓVEIS			
Rentabilidade			
		No Mês	No Ano
Rentabilidade		0,41%	27,92%
Meta Atuarial	TR + 6% a.a	0,49%	6,32%
Meta de Rentabilidade	INPC + 6% a.a	1,23%	12,55%
Benchmark	INPC + 6% a.a	1,23%	12,55%
Resultado			
		No Mês	No Ano
Rentabilidade x Meta Atuarial		-0,08%	20,33%
Rentabilidade x Meta de Rentabilidade		-0,81%	13,65%
Rentabilidade x Benchmark		-0,81%	13,65%

OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES			
Rentabilidade			
		No Mês	No Ano
Rentabilidade		1,58%	16,46%
Meta Atuarial	TR + 6% a.a	0,49%	6,32%
Meta de Rentabilidade	INPC + 6% a.a	1,23%	12,55%
Benchmark	INPC + 6% a.a	1,23%	12,55%
Resultado			
		No Mês	No Ano
Rentabilidade x Meta Atuarial		1,09%	9,55%
Rentabilidade x Meta de Rentabilidade		0,34%	3,45%
Rentabilidade x Benchmark		0,34%	3,45%

Fonte: Carta/Cibrius/Sup/n.º 007, de 29/01/2013

Fonte: Carta/Cibrius/Sup/nº 007, de 29/01/2013.

CARTEIRA GERAL			
Rentabilidade			
		No Mês	No Ano
Rentabilidade		1,53%	16,76%
Meta Atuarial	TR + 6% a.a	0,49%	6,32%
Benchmark	INPC + 6% a.a	1,23%	12,55%
Resultado			
		No Mês	No Ano
Rentabilidade x Meta Atuarial		1,04%	9,84%
Rentabilidade x Benchmark		0,30%	3,72%

Os resultados da Carteira Geral alcançaram 9,84% em relação a meta atuarial de TR+6% dentro de um cenário de uma TR abaixo de 1% e 3,72% quando comparados com INPC+6%.

Demonstrativo da Posição das aplicações do CIBRIUS (objeto de avaliação pelo órgão central de Controle Interno (CGU – Brasília).

Os Recursos Patrimoniais da Entidade são aplicados no estrito cumprimento de Políticas de Investimentos elaboradas e executadas na forma preconizada pela Resolução CMN n.º 3.792 de 24/09/2009 (estabelece as diretrizes de aplicação dos recursos garantidores dos planos de benefícios das EFPC e revoga a Resolução nº 3.456), alterações posteriores e demais instruções e resoluções dos órgãos regulador e fiscalizador das Entidades Fechadas de Previdência Privada, em consonância com as Leis Complementares nºs 108 e 109/2001.

Análise das conclusões do Parecer Atuarial Anual do CIBRIUS (objeto de avaliação pelo órgão central de Controle Interno (CGU – Brasília).

Analisando o parecer Atuarial da lavra da ATU-VERITA – Assessoria e Consultoria Atuarial, sobre o Plano de Benefícios em âmbito nacional, depreende-se que:

- em decorrência da NÃO contratação de dívidas e a não amortização das insuficiências o custo do serviço passado a amortizar AUMENTOU, de 255,54% para 294,08% sobre “folha de salários de participação dos ativos;
- em razão de alterações de hipóteses atuariais, o custo normal do plano para o exercício seguinte passou de 17,47% pra 19,93 sobre o total da folha de salários dos participantes, representando um aumento de 2,46%.
- a atualização das provisões matemáticas mediante aplicação do índice do plano (TR acrescida da taxa de juros de 6% aa.) apresenta descompasso em relação à meta atuarial ou ao reajuste (crescimento) dos salários dos participantes ativos, cujas negociações coletivas asseguram, no mínimo, a inflação do período medida pelo IPCA ou INPC;
- o grupo de custeio está exposto a riscos atuariais (risco de sobrevivência e retorno dos investimentos; crescimento real de salário; oscilação da média dos últimos 36 salários de participação que formam o SRB, além do teto que limita os salários de contribuição; risco do índice indexador do plano; redução do grupo pela falta de ingresso de novos participantes e conseqüente envelhecimento da massa de participantes e, maior esforço contributivo para fazer frente aos gastos administrativos; considerando os atuais 829 iminentes como se já estivessem aposentados, a maturidade do plano já está em seu grau máximo de capitalização, com índice de despesas previstas para o próximo ano de 344% das receitas de contribuição e caso o plano não tenha adesão de novos participantes, o patrimônio da Entidade se apresenta em fase de declínio;

além de riscos devido a fatos estruturais, a atual situação do plano quanto a reservas a amortizar, risco pelo atual grau de capitalização do plano com cobertura das Reservas, sendo que os Benefícios a Conceder a cobertura corresponde a apenas 28% das reservas matemáticas, ou seja, no momento o plano está insolvente.);

- o deficit técnico deve ser equalizado observando o valor apurado em 31/05/2000, R\$ 282.032.218,17, devidamente atualizado (INPC + 6%) devendo ser alterado o índice de correção dos benefícios concedidos por um índice que efetivamente represente a inflação, como também a aplicação de outro regime financeiro de capitalização, vez que o Crédito Unitário Projetado (PUC) tem perspectiva de evolução crescente de taxa de custeio, caso o plano não tenha ingresso de novos participantes;

Por conseguinte, sob pena de agravamento da situação de insolvência e em face do envelhecimento da massa, redução do grupo e da restrição de ingresso de novos participantes, o equacionamento das insuficiências se reveste de caráter prioritário, exigindo medidas efetivas e diligentes dos Gestores do Cibrius e da Conab quanto ao encaminhamento/ajustamento das posições da STN, já manifestada em Nota Técnica e, por outro lado do DEST, que até o encerramento do exercício não havia se manifestado formalmente, embora tenha participado de reuniões sobre o assunto.

Cabe acrescentar contudo, que por meio da Nota Técnica n.º 48/CGINP-MP, de 07/02/2013, o DEST se manifestou nos seguintes termos:

Item 27 - “Considerando que este Departamento, permanentemente, tem participado da condução do assunto em tela junto a STN/MF e, portanto, concordando com os encaminhamentos exarados em Nota Técnica daquele órgão, reafirmamos a necessidade de se promover a solução de consenso, até aqui debatida e acordada entre todos os órgãos envolvidos, quais sejam: DEST, STN, MAPA, PREVIC, CONAB e CIBRIUS, cuja finalidade, até o momento, foi evitar nova intervenção e possível liquidação do plano, quais sejam:

- a) fechamento imediato do atual plano de benefício;*
- b) implantação imediata de novo plano;*
- c) saldamento do atual plano, respeitando os limites exarados nesta Nota;*
- d) contratação do valor de responsabilidade exclusiva da Conab no prazo a ser acordado junto a Previc e a taxa de juros não superior a meta atuarial vigente; e*
- e) providências visando redução de custo administrativo, considerando a hipótese de transferência de gerenciamento dos planos de benefícios e extinção do Cibrius.”*

Item 28 - “Assim, sugerimos que este Departamento se manifeste favoravelmente ao encaminhamento dado pela STN/MF e corroborado nesta Nota Técnica, oficiando o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA, para as providências cabíveis.” Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA, para as providências cabíveis.”

A referida Nota Técnica foi aprovada pelo titular do citado Departamento, encaminhada à CONAB por intermédio do MAPA, encontrando-se, no momento (mai/13), em fase de estruturação/formalização dos instrumentos legais, com vistas a aprovação dos órgãos colegiados da EFPC e da Patrocinadora CONAB e posteriormente à PREVIC para ratificação.

Considerando os encaminhamentos e providências adotadas, o assunto deverá ser equacionado em 2013 e os problemas solucionados.

12. PLANEJAMENTO, EXECUÇÃO E CONTROLE ORÇAMENTÁRIO, PATRIMONIAL, FINANCEIRO E CONTÁBIL

12.1. Programas e Ações do PPA

Análise do cumprimento de metas físicas e financeiras dos programas e ações de responsabilidade da Conab no PPA

Quadro XXXVII – Ações Orçamentárias da UJ

Programa / Órgão Resp	Objetivo	Iniciativa	Ação	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
					Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
2014 (MAPA)	0350	0113	2130 - Formação de Estoques	Prod Adquirido(t)	20.760	-	1.000.000,00	602.615,79
		011F	2829 - Recuperação da Rede Própria	Unid Modernizada	1	1	212.153,26	81.347,89
		0119	2137 - Fiscalização dos estoques	Fisc realizada	75	78	50.000,00	28.630,22
	0623	02F5	4711 - Pesquisa de Safras	Pesq realizada	12	12	60.000,00	41.851,82
		02F9	8579 - Geração de Informações	Inform disponib	-	-	0,00	3.296,37
2105 (MAPA)	Não tem	Não tem	00H1 - Pagamento de Pessoal Ativo	Não tem	Não tem	Não tem	2.100.000,00	2.083.109,54
			2000 - Administração da Unidade	Não tem	Não tem	Não tem	2.800.000,00	2.691.057,94
			2004 - Assistência Médica	Pessoa benef	240	228	300.000,00	291.009,34
			2011 - Auxílio-Transporte	Servidor benef	40	51	5.000,00	4.539,00
			2012 - Auxílio-Alimentação	Servidor benef	52	53	315.000,00	313.227,36
			4572 - Capacitação de Servidores	Servidor benef	30	22	30.000,00	24.202,20

Fonte: Diafi/Supor/Geare e Siafi

Principais causas para grandes disparidades entre as metas planejadas e as executadas; comparativos com exercícios anteriores

Os produtos amparados pela PGPM apresentam de modo geral preços equilibrados, ou seja, igual ou acima dos preços mínimos fixados, não necessitando da intervenção do Governo.

Indicadores de desempenho institucionais

Contemplado nos capítulos 3, 4, 6 e 7 deste Relatório.

Ações orçamentárias de outros órgãos e executadas pela UJ através de Termos de Cooperação

Quadro XXXVIII – Ações de Outros Órgãos Executadas pela UJ

Programa	Ação	Valor
2069 (MDS)	2792 - Distribuição de Alimentos	759.817,94
	2798 - Aquisição de Alimentos AF	1.035.474,23
	2802 - Operação Aquisição alimentos	108.233,90
Total R\$		1.903.526,07

Fonte: Diafi/Supor/Geare e Siafi

Fiscalização do Seguro Rural

Termo de Cooperação entre a Conab e a Secretaria de Política Agrícola do MAPA para a fiscalização das apólices de Seguro Rural.

Foram realizado 06(seis) fiscalizações físicas por fiscais da Sufis, sendo que 5 apólices foram feitas na primeira etapa, quando o empregado se deslocou também para o Oeste da Bahia, Sul do Piauí e Sul do Maranhão, e 1(Uma) apólice realizada na segunda etapa por um único fiscal da Sufis.

Levantamento da Safra de Café

A atividade acima não se aplica a SUREG/TO.

Termo de Cooperação entre a Conab e o MAPA para levantamento da safra de Café 2012/2013.

http://www.conab.gov.br/OlalaCMS/uploads/arquivos/12_12_20_16_01_51_boletimcafe_dezembro_2012.pdf

Ações do MDS e do MDA

As ações 2792, 2798 e 2802 são ações orçamentárias do MDS e as ações 2B81 e 2B83 do MDA, porém executadas pela Conab através de Termos de Cooperação.

A execução destas ações está detalhada no item 3.2.5 – Programa Aquisição de Alimentos – PAA.

Desenvolvimento Quilombo e Matrizes Africanas

A atividade acima não se aplica a SUREG/TO.

Termo de Cooperação realizado entre a Conab e a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República para distribuição gratuita de cestas de alimentos às comunidades tradicionais de matriz africana.

12.2. Restos a Pagar

Análise das inscrições em restos a pagar no exercício e saldos de restos a pagar de exercícios anteriores

Quadro XXXIX – Situação dos Restos a Pagar de Exercícios Anteriores

Fonte: Diafi/Sucon

RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS 2011					
UG	PROCESSADOS INSCRITOS	NÃO PROCESSADOS INSCRITOS	CANCELADOS	PAGOS	A LIQUIDAR
135337	20.238,68	2.545.683,23	13.540,96	241.321,53	2.552.380,95
135338	2.926,99	30.063,05	0,00	2.926,99	32.990,04
135339	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
135340	781,00	14.270,51	0,00	781,00	15.051,51
135417	0,00	61.589,48	30.674,28	25.452,20	30.915,20
135444	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
135560	14.311,57	651.653,70	0,00	14.311,57	665.965,27
TOTAL	38.258,24	3.303.259,97	44.215,24	284.793,29	3.297.302,97

RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS 2012					
UG	PROCESSADOS INSCRITOS	NÃO PROCESSADOS INSCRITOS	CANCELADOS	PAGOS	A LIQUIDAR
135337	167.043,82	2.817.230,47	11.453,91	2.593.879,66	378.940,72
135338	23.659,33	0,00	0,00	23.659,33	0,00
135339	342,27	0,00	0,00	0,00	342,27
135340	0,00	6.043,88	0,00	0,00	6.043,88
135417	123.877,20	0,00	0,00	0,00	123.877,20
135444	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
135560	2.046.672,62	0,00	77,76	651.571,94	1.395.018,92
TOTAL	2.361.595,24	2.823.274,35	11.531,67	3.269.110,93	1.904.222,99

12.3. Demonstrativo de Transferências recebidas e realizadas no exercício

A atividade acima não se aplica a SUREG/TO.

12.4. Transferências mediante Convênio

Informação sobre as transferências mediante convênio, contrato de repasse, termo de parceria, termo de cooperação, termo de compromisso ou outros acordos, ajustes ou instrumentos congêneres, vigentes no exercício de referência

A atividade acima não se aplica a SUREG/TO.

12.5. Demonstrações Contábeis

Demonstrações Contábeis previstas na Lei nº 6.404/76, incluindo notas explicativas

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Quadro XL – Balanço Patrimonial

ATIVO	2012	2011
CIRCULANTE	3.989.785.632,16	4.735.555.770,99
DISPONÍVEL	1.062.948,21	1.060.620,29
Aplicações Financeiras	1.062.948,21	1.060.620,29
CRÉDITOS EM CIRCULAÇÃO	1.257.680.697,73	1.049.032.903,78
CRÉDITOS A RECEBER	836.574.305,27	751.495.446,69
Devedores por Fornecimento	129.213.729,66	56.500.746,34
Créditos Tributários	254.355.142,72	241.839.835,13
Recursos a Receber	294.015.714,76	255.652.866,06
Créditos Diversos a Receber	158.989.718,13	197.501.999,16
DEVEDORES - ENTIDADES E AGENTES	415.358.599,17	292.645.279,10
Entidades Devedoras	14.332.120,28	9.357.615,19
Créditos Parcelados	300.036,20	333.691,76
Recursos da União	400.726.442,69	282.953.972,15
ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS	5.747.793,29	4.892.177,99
Adiantamentos a Pessoal	5.747.472,44	4.891.922,99
Adiantamento - Suprimento de Fundos	320,85	255,00
BENS E VALORES EM CIRCULAÇÃO	2.730.990.524,25	3.685.418.718,01
Estoques para Alienação	2.115.377.882,56	3.198.418.642,31
Estoques de Distribuição	238.923,69	833.496,89
Estoques Internos - Almoxarifado	2.131.162,27	2.361.623,43
Títulos e Valores em Circulação	726.894,10	297.510,99

Materiais em Trânsito	14.012.129,18	10.953.770,27
Compra Antecipada - Entrega Futura	598.503.532,45	472.553.674,12
VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	51.461,97	43.528,91
Valores Pendentes	51.461,97	43.528,91
ATIVO NÃO CIRCULANTE	690.052.429,58	573.912.136,02
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	440.680.922,16	317.083.667,52
DEPÓSITOS REALIZÁVEIS A LONGO PRAZO	138.972.505,18	131.473.814,53
Recursos Vinculados	138.972.505,18	131.473.814,53
CRÉDITOS REALIZÁVEIS A LONGO PRAZO	301.708.416,98	185.609.852,99
Devedores - Entidades e Agentes	859.260,58	18.009.747,77
Créditos Diversos a Receber	300.849.156,40	167.600.105,22
INVESTIMENTOS	78.259.470,34	80.222.308,20
Participações Societárias	27.803.290,88	27.803.290,88
Outros Investimentos	50.456.179,46	52.419.017,32
IMOBILIZADO	171.051.777,13	176.527.368,99
Bens Imóveis	291.652.350,92	283.851.400,50
Bens Móveis	81.451.507,83	78.406.481,55
Depreciações	(202.052.081,62)	(185.730.513,06)
INTANGÍVEL	60.259,95	78.791,31
TOTAL	4.679.838.061,74	5.309.467.907,01

PASSIVO	2012	2011
CIRCULANTE	4.273.054.852,68	4.952.025.232,72
DEPÓSITOS	51.147.069,88	117.196.011,03
CONSIGNAÇÕES	3.011.624,79	2.085.251,58
Pensão Alimentícia	0,00	7.857,41
Planos de Seguros	204.020,81	171.862,58
Empréstimos	434.452,25	318.626,29
Outros Tributos e Consignações	2.373.151,73	1.586.905,30
RECURSOS DA UNIÃO	20.586.329,15	17.168.338,92
Recursos Fiscais	8.101.192,65	3.992.906,67
Recursos Previdenciários	12.485.136,50	13.175.432,25
DEPÓSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	27.549.115,94	97.942.420,53
OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO	4.221.907.782,80	4.834.829.221,69
OBRIGAÇÕES A PAGAR	208.872.496,53	177.842.494,99
Fornecedores	86.641.055,71	141.725.112,72
Pessoal a Pagar	516.919,24	23.155,73
Encargos Sociais a Recolher	1.215.411,52	1.081.527,22
Obrigações Tributárias	35.080,16	5.514.065,85
Débitos Diversos a Pagar	103.952.529,90	22.014.777,50
Dividendos/Juros Sobre Capital Próprio a Pagar	16.511.500,00	7.483.855,97
PROVISÕES	234.073.968,59	242.630.604,68
Provisão para Férias	34.855.212,97	28.907.028,79
ICMS s/Mercadorias para Revenda	360.985,37	948.502,50
Provisão para ICMS	46.468.782,86	46.468.782,86
Provisão para Contingências	129.702.306,05	142.621.396,31
Provisão para o INSS	9.250.889,13	9.250.889,13
Provisão p/IRPJ e CSLL	373.022,36	3.631.971,12
Provisão para o PIS/PASEP	33.268,41	0,00
Encargos Sociais sobre Provisões	13.029.501,44	10.802.033,97
CREDORES – ENTIDADES E AGENTES	848.230.145,43	617.049.103,45
Entidades Credoras	848.230.145,43	617.049.103,45
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	2.910.549.179,90	3.790.672.956,65
Operações Especiais	2.910.549.179,90	3.790.672.956,65
ADIANTAMENTOS RECEBIDOS	20.119.426,21	6.606.203,92
Adiantamentos de Clientes	20.119.426,21	6.606.203,92
VALORES EM TRÂNSITO EXIGÍVEIS	38.207,12	3.899,48
OUTRAS OBRIGAÇÕES	24.359,02	23.958,52
PASSIVO NÃO - CIRCULANTE	1.639.318,35	18.228.235,37
DEPÓSITOS EXIGÍVEIS A LONGO PRAZO	69.420,00	69.420,00
Depósitos e Cauções	69.420,00	69.420,00
OBRIGAÇÕES EXIGÍVEIS A LONGO PRAZO	1.569.898,35	18.158.815,37

OBRIGAÇÕES A PAGAR	1.569.898,35	18.158.815,37
Entidades de Previdência Complementar	609.143,54	17.628.171,34
Entidades Federais	960.754,81	530.644,03
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	405.143.890,71	339.214.438,92
Capital	302.801.001,74	223.180.498,85
RESERVAS	102.342.888,97	92.323.612,21
Reservas de Capital	0,00	26.544.719,04
Reservas de Lucros	102.342.888,97	65.778.893,17
LUCROS A DESTINAR	0,00	23.710.327,86
TOTAL	4.679.838.061,74	5.309.467.907,01

RUBENS RODRIGUES DOS SANTOS
Presidente

JOÃO CARLOS BONA GARCIA
Diretor Administrativo, Financeiro e de Fiscalização

MARCELO DE ARAÚJO MELO
Diretor de Operações e Abastecimento

ROGÉRIO LUIZ ZERAIK ABDALLA
Diretor de Gestão de Pessoas

SILVIO ISOPO PORTO
Diretor de Política Agrícola e Informações

JOSÉ CARLOS DE ANDRADE
Superintendente de Contabilidade
Contador CRC/DF 005969/0-5 CPF: 086.930.721-53

Quadro XLI – Demonstração dos Fluxos de Caixa

DESCRIÇÃO	2012	2011
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro Líquido Antes do Imposto de Renda e da CSLL	69.894.883,89	35.142.943,63
Disponibilidades líquidas aplicadas nas atividades operacionais	(66.444.651,42)	(16.445.192,33)
Depreciações e Amortizações	16.340.099,92	16.748.494,11
Aumento nas Vendas a Vista e Fat/Dupl. a Receber	(167.449.753,47)	(47.196.622,59)
Redução (Aumento) nos Créditos Tributários	(14.576.303,05)	49.251.717,85
Redução (Aumento) nos Recursos a Receber do Tesouro Nacional	(38.362.848,70)	(166.221.687,16)
Aumento nos Valores a Receber de Entidades e Agentes Devedores	(122.151.749,90)	(173.023.690,24)
Aumento em Pessoal e Encargos	(193.659,85)	(320.418,61)
Redução nos Depósitos Realizáveis a Curto Prazo	0,00	0,00
Aumento nos Valores Pendentes a Curto Prazo	(7.933,06)	(19.450,94)
Redução nos Empréstimos – Estoques Públicos	74.304.417,01	65.743.977,21
Aumento (Redução) nas Consignações e Fornecedores	27.780.469,10	108.441.168,54
Aumento (Redução) nos Depósitos e Cauções	(70.393.304,59)	86.253.330,61
Aumento nos Dividendos a Pagar	0,00	0,00
Aumento (Redução) nas Provisões	(8.929.658,45)	(4.405.658,85)
Aumento nas Entidades Credoras	231.181.041,98	67.826.769,11
Aumento (Redução) nos Adiantamentos de Clientes	13.513.222,29	(8.797.876,80)
Aumento nos Recursos Vinculados	(7.498.690,65)	(10.725.244,57)
Redução nas Operações de Crédito Externa	0	0
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	3.450.232,47	18.697.751,30
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
Desincorporação de Outros Investimentos	1.962.837,86	40.532,10
Aplicações no Imobilizado e Intangível	(10.845.976,70)	(13.174.796,93)
Compras de Imobilizado	0	0
Recebimentos por Vendas de Ativos Permanentes	0	0
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	(8.883.138,84)	(13.134.264,83)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS		
Transferência p/Aumento de Capital	0	0
Reserva Legal	0,00	0,00
Dividendos/Juros Sobre Capital Próprio a Pagar	(16.511.500,00)	(7.483.855,97)
Aumento de Dividendos/Juros Sobre Capital Próprio a Pagar	9.027.644,03	5.044.603,76

Outras Reservas de Capital	0,00	0,00
Resultado de Exercício Anterior	12.919.090,26	0,00
Lucros a Destinar do Exercício	0,00	0,00
Lucros a Destinar de Exercícios Anteriores	0,00	(3.036.040,38)
Pagamentos de Empréstimos	0	0
Juros Pagos por Empréstimos	0	0
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS	5.435.234,29	(5.475.292,59)
FLUXO DE CAIXA DO EXERCÍCIO	2.327,92	88.193,88
VARIAÇÃO NAS DISPONIBILIDADES	2.327,92	88.193,88
No Início do Exercício	1.060.620,29	972.426,41
No Final do Exercício	1.062.948,21	1.060.620,29

RUBENS RODRIGUES DOS SANTOS
Presidente

JOÃO CARLOS BONA GARCIA
Diretor Administrativo, Financeiro e de Fiscalização

MARCELO DE ARAÚJO MELO
Diretor de Operações e Abastecimento

ROGÉRIO LUIZ ZERAIK ABDALLA
Diretor de Gestão de Pessoas

SILVIO ISOPO PORTO
Diretor de Política Agrícola e Informações

JOSÉ CARLOS DE ANDRADE
Superintendente de Contabilidade
Contador CRC/DF 005969/0-5 CPF: 086.930.721-53

Quadro XLII – Demonstração do Resultado do Exercício

DETALHAMENTO	2012	2011
RECEITA DE VENDAS E SERVIÇOS	1.161.925.365,90	1.512.002.937,51
RECEITA DE VENDAS DE MERCADORIAS	1.143.777.023,65	1.485.458.349,46
Vendas Estoques Estratégicos	709.832.816,18	1.045.067.566,87
Vendas Estoques Reguladores – PGPM	433.908.271,75	438.978.418,25
Vendas Abastecimento Social	131,98	3.345,00
Vendas Atacado e Outros	55.487,57	371.148,25
Adição a Receita de Vendas	-19.683,83	1.037.871,09
RECEITA DE SERVIÇOS	18.148.342,25	26.544.588,05
Serviços de Armazenagem	18.101.716,25	26.544.588,05
Outros Serviços	46.626,00	0,00
(-) DEDUÇÕES DAS RECEITAS DE VENDAS E SERVIÇOS	24.073.328,76	51.072.109,48
RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS E SERVIÇOS	1.137.852.037,14	1.460.930.828,03
CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS	1.788.252.026,05	1.802.447.120,83
CMV – Estoques Estratégicos	1.183.327.565,45	1.319.306.324,76
CMV – Estoques Reguladores – PGPM	604.378.143,98	481.717.944,83
CMV – Atacado e Outros	546.316,62	1.422.851,24
ARREDONDAMENTOS	-9.920,43	32.070,11
EQUALIZAÇÃO DE PREÇOS	-696.840.007,96	-554.555.037,22
LUCRO BRUTO OPERACIONAL	46.449.939,48	213.006.674,31
(-) DESPESAS OPERACIONAIS	764.468.149,53	717.158.725,56
(-) DESPESAS DE PESSOAL	509.924.223,30	413.343.157,13
Vencimentos e Vantagens Fixas	332.652.424,04	276.891.485,50
Obrigações Patronais	126.840.878,84	103.612.351,72
Outras Despesas Variáveis – Pessoal Civil	28.349.997,41	16.245.384,43
Sentenças Judiciais e Depósitos Compulsórios	22.080.923,01	16.593.935,48
(-) DESPESAS COMERCIAIS E ADMINISTRATIVAS	254.543.926,23	303.815.568,43
Despesas/Receitas Financeiras	346.700,78	118.982,68
Contribuição a Entidades Fechadas de Previdência	28.586.805,52	28.990.855,03

Transferências ao Exterior	6.084.264,14	3.218.477,00
Material de Consumo	9.810.860,28	41.494.679,08
Diárias – Pessoal Civil	8.056.470,40	5.820.317,04
Passagens e Despesas com Locomoção	3.611.585,46	2.201.320,55
Serviços de Consultoria	16.050,00	1.200,00
Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física	2.652.212,98	2.375.404,13
Locação de Mão de obra	19.417.652,25	18.151.435,12
Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	96.070.236,48	95.088.211,61
Obrigações Tributárias e Contributivas	34.519.289,44	68.490.307,90
Aquisições de Bens para Revenda	0,00	39.508,41
Outras Despesas Operacionais	45.371.798,49	37.824.869,88
(+)RECEITAS OPERACIONAIS DIVERSAS	726.199.545,59	530.120.796,49
Transferências Financeiras	622.661.615,28	426.349.899,66
Multas e Encargos de Outras Origens	2.842.321,40	3.859.028,14
Indenizações e Restituições	89.216.674,18	91.201.398,09
Receitas Imobiliárias	5.472.456,95	5.265.428,31
Receitas de Valores Mobiliários	7.620,65	13.525,42
Receitas Diversas	5.998.857,13	3.431.516,87
(-) MOVIMENTAÇÃO INTERNA	0,00	-188.982,97
RESULTADO OPERACIONAL	8.181.335,54	26.157.728,21
OUTROS RESULTADOS	61.713.548,34	8.985.215,42
RECEITA DE ALIENAÇÃO DE BENS	62.382.929,49	8.441.523,58
Alienação de Bens Móveis	-528.318,27	-195.251,94
Alienação de Bens Imóveis	62.021.722,58	8.328.321,75
Depreciação - Reversão	889.525,18	308.453,77
DESINCORPORAÇÃO DE ATIVOS	669.381,15	-543.691,84
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO	69.894.883,88	35.142.943,63
Provisão para Imposto de Renda	270.890,59	2.651.679,50
Provisão para Contribuição Social Sobre o Lucro	102.131,77	980.291,62
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	69.521.861,52	31.510.972,51
LUCRO POR AÇÃO	37,38	16,94

RUBENS RODRIGUES DOS SANTOS
Presidente

JOÃO CARLOS BONA GARCIA
Diretor Administrativo, Financeiro e de Fiscalização

MARCELO DE ARAÚJO MELO
Diretor de Operações e Abastecimento

ROGÉRIO LUIZ ZERAIK ABDALLA
Diretor de Gestão de Pessoas

SILVIO ISOPO PORTO
Diretor de Política Agrícola e Informações

JOSÉ CARLOS DE ANDRADE
Superintendente de Contabilidade
Contador CRC/DF 005969/0-5 CPF: 086.930.721-53

Quadro XLIII – Demonstração do Valor Adicionado

DESCRIÇÃO	2012	%	2011	%
1. RECEITAS	1.223.638.914,24	175,98	1.520.987.917,36	244,72
1.1 – Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	1.161.925.365,90	167,11	1.512.002.701,94	243,27
1.2 – Outros Resultados	61.713.548,34	8,88	8.985.215,42	1,45
2. INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	1.237.000.179,82	177,90	1.412.640.897,96	227,29
2.1 – Custo das Mercadorias e Serviços Vendidos	1.092.608.112,80	157,14	1.250.111.215,84	201,14
2.2 – Materiais, Energia, Serviços de Terceiros e Outros	144.392.067,02	20,77	162.529.682,12	26,15
3. VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2)	-13.361.265,58	-1,92	108.347.019,40	17,43
4. RETENÇÕES	17.608.598,02	2,53	17.050.037,05	2,74
4.1 – Depreciação	17.608.598,02	2,53	17.050.037,05	2,74
5. VALOR ADICIONADO LÍQUIDO (3-4)	-30.969.863,60	-4,45	91.296.982,35	14,69
6. VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSF	726.295.187,03	104,45	530.230.886,20	85,31

6.1 - Receitas/Despesas Financeiras	726.295.187,03	104,45	530.230.886,20	85,31
7. VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR(5+6)	695.325.323,43	100,00	621.527.868,55	100,00
8. DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	695.325.323,43	100,00	621.527.868,55	100,00
8.1 - Pessoal e Encargos	564.854.207,35	81,24	466.503.587,64	75,06
8.2 - Impostos, Taxas e Contribuições	58.103.893,70	8,36	117.452.488,38	18,90
8.3 - Juros e Aluguéis	2.472.338,49	0,36	2.428.848,90	0,39
8.4 - Resultado Antes do IR e CSLL	69.894.883,89	10,05	35.142.943,63	5,65
8.5 - Provisão p/Imposto de Renda	270.890,59	0,04	2.651.679,50	0,43
8.6 - Provisão p/Contribuição Social sobre o Lucro	102.131,77	0,01	980.291,62	0,16
8.7 - Resultado Líquido do Exercício	69.521.861,53	10,00	31.510.972,51	5,07
8.8 - Dividendos/Juros sobre Capital Próprio	16.511.500,00	2,37	7.483.855,97	0,01
8.9 - Destinação para Reserva Legal	3.476.093,08	0,50	1.575.548,63	0,00
8.10 - Lucros Retidos	49.534.268,45	7,12	22.451.567,91	3,61

RUBENS RODRIGUES DOS SANTOS
Presidente

JOÃO CARLOS BONA GARCIA
Diretor Administrativo, Financeiro e de Fiscalização

MARCELO DE ARAÚJO MELO
Diretor de Operações e Abastecimento

ROGÉRIO LUIZ ZERAIK ABDALLA
Diretor de Gestão de Pessoas

SILVIO ISOPO PORTO
Diretor de Política Agrícola e Informações

JOSÉ CARLOS DE ANDRADE
Superintendente de Contabilidade
Contador CRC/DF 005969/0-5 CPF: 086.930.721-53

Quadro XLIV – Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DISCRIMINAÇÃO	RESERVAS DE CAPITAL				RESERVAS DE LUCROS			
	Capital realizado	Correção Monetária do Capital	Transferências p/ aumento de Capital	Outras reservas de Capital	Reserva legal	Reservas de Retenção do Lucro	Lucros Acumulados	Patrimônio Líquido
SALDO EM 01/01/2011	223.180.498,85	25.373.084,13	443.496,71	728.138,20	12.386.320,64	11.570.455,95	44.541.368,28	318.223.362,76
RESERVAS DE RETENÇÃO DO LUCRO						40.246.567,95	-40.246.567,95	0,00
AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES							-3.036.040,38	-3.036.040,38
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO							31.510.972,51	0,00
LUCROS A DESTINAR DO EXERCÍCIO								22.451.567,91
CONSTITUIÇÃO DE RESERVA					1.575.548,63		-1.575.548,63	1.575.548,63
DIVIDENDOS PROPOSTOS							-7.483.855,97	0,00
SALDO EM 31/12/2011	223.180.498,85	25.373.084,13	443.496,71	728.138,20	13.961.869,27	51.817.023,90	23.710.327,86	339.214.438,92
CAPITAL SOCIAL SUBSCRITO	79.620.502,89							0,00
LUCROS A DESTINAR DO EXERC ANT							-23.710.327,86	0,00
AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES								12.919.090,26
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO							69.521.861,53	0,00
RES. DE CORREÇÃO MONET.DO CAPITAL		-25.373.084,13						0,00
RES. DE TRANSF.P/AUM.DE CAPITAL			-443.496,71					0,00
OUTRAS RESERVAS DE CAPITAL				-728.138,20				0,00
RESERVAS DE RETENÇÃO DO LUCRO						32.000.160,89	-49.534.268,45	49.534.268,45
CONSTITUIÇÃO DA RESERVA					4.563.834,91		-3.476.093,08	3.476.093,08
JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO							-16.511.500,00	0,00
SALDO EM 31/12/2012	302.801.001,74	0,00	0,00	0,00	18.525.704,18	83.817.184,79	0,00	405.143.890,71

RUBENS RODRIGUES DOS SANTOS
Presidente

JOÃO CARLOS BONA GARCIA
Diretor Administrativo, Financeiro e de Fiscalização

MARCELO DE ARAÚJO MELO
Diretor de Operações e Abastecimento

ROGÉRIO LUIZ ZERAIK ABDALLA
Diretor de Gestão de Pessoas

SILVIO ISOPO PORTO
Diretor de Política Agrícola e Informações

JOSÉ CARLOS DE ANDRADE
Superintendente de Contabilidade
Contador CRC/DF 005969/0-5 CPF: 086.930.721-53

Composição Acionária do Capital Social

O Capital Social da CONAB, apresentado no Balanço Patrimonial encerrado em 31 de dezembro de 2012, é de R\$ 302.801.001,74 (trezentos e dois milhões, oitocentos e um mil, um real e setenta e quatro centavos), dividido em 1.859.907 (um milhão, oitocentos e cinquenta e nove mil, novecentos e sete) ações ordinárias escriturais e sem valor nominal, integralmente subscritas pela União.

José Carlos de Andrade
Superintendência de Contabilidade
Superintendente
Contador CRC/DF 005969/0-5

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

Sumário

Nota	Descrição	Nota	Descrição
01	Contexto Operacional	13	Endividamento
02	Elaboração e Apresentação das Demonstrações Financeiras	14	Depósitos de Diversas Origens
03	Alterações na Legislação Societária	15	Contingências, Compromissos e Responsabilidades
04	Resumo das Principais Práticas Contábeis	16	Operações de Crédito
05	Créditos Tributários	17	Provisão para IRPJ e CSLL
06	Limite de Saque com Vinculação de Pagamento	18	Juros Sobre Capital Próprio
07	Recursos a Receber do Tesouro Nacional	19	Resultado do Exercício
08	Devedores por Fornecimento	20	Patrimônio Líquido
09	Contas a Receber	21	Diversos Responsáveis em Apuração
10	Devedores – Entidades e Agentes	22	Benefícios Concedidos aos Empregados
11	Recursos Vinculados	23	Remuneração e Salários Médios dos Dirigentes e Empregados
12	Bens de Estoques	24	Termos de Cooperação Técnica

Nota 1 – Contexto Operacional

A Companhia Nacional de Abastecimento – Conab, constituída nos termos da Lei nº 8.029/90, é uma empresa pública dotada de personalidade jurídica de direito privado, vinculada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA, com capital social totalmente subscrito e integralizado pela União, integrante do Orçamento Geral da União (Orçamento Fiscal e da Seguridade Social).

Sua missão institucional é a de “*contribuir para a regularidade do abastecimento e garantia de renda ao produtor rural, participando da formulação e execução das políticas agrícola e de abastecimento*”.

Quanto à sua estrutura física, esta é composta de unidades administrativas (Matriz e 25 Superintendências Regionais) e unidades operacionais, representadas por 97 complexos armazenadores, destinados à prestação de serviços de armazenagem de estoques públicos e privados.

Nota 2 – Elaboração e apresentação das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas e estão sendo

apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76), incluindo as alterações promovidas pela Lei nº 11.638/07, na Lei 11.941/09 e pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC. Como entidade da Administração Pública Federal, integra o Balanço Geral da União e utiliza o Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI.

Por força das Decisões Normativas – DN/TCU nº 124/2012, a Matriz e as Superintendências Regionais nos Estados do Amapá, Espírito Santo, Maranhão, Mato Grosso, Paraná, Piauí, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul e Tocantins, apresentam Processos de Contas individualizados, ficando as demais sujeitas apenas à elaboração do Relatório de Gestão.

Ainda com relação à elaboração das demonstrações financeiras, registre-se que certos ativos, passivos e outras transações, entre elas a constituição de provisões necessárias a riscos tributários, cíveis e trabalhistas, e perdas relacionadas às contas a receber e estoques, foram quantificados por meio de estimativas, as quais, apesar de refletirem o julgamento dentro de premissas fundamentadas, relacionadas à probabilidade de eventos futuros, podem, eventualmente, apresentar variações aos valores reais.

Nota 3 – Alterações na Legislação Societária

As Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, alteraram, revogaram, complementaram e introduziram dispositivos na Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76). Essas alterações e adaptações tiveram por escopo atualizar a legislação societária brasileira, de forma a viabilizar a convergência das práticas contábeis adotadas no Brasil e as preconizadas nas normas internacionais de contabilidade emitidas pelo “*International Accounting Standards Board (IASB)*”.

Nota 4 – Resumo das principais Práticas Contábeis

Os critérios mencionados a seguir referem-se às práticas e aplicações apropriadas dos Princípios Fundamentais de Contabilidade que estão refletidas nas Demonstrações Contábeis Consolidadas:

a) *Equivalente de Caixa*: Refere-se às aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez e baixo risco, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa. Atualmente, as aplicações, registradas pelo valor original acrescido dos rendimentos auferidos até a data do encerramento do exercício, concentram-se em Títulos Públicos Federais.

b) *Créditos a Receber*: As contas a receber decorrentes da comercialização de mercadorias e serviços são registradas no momento da entrega e aceite pelos clientes.

c) *Estoques Públicos*: A formação e manutenção de Estoques Públicos são executadas através do orçamento da União, mediante a transferência de recursos do Tesouro Nacional. A avaliação dos estoques públicos é feita com base no custo efetivo do produto, nos termos da Portaria Interministerial MF/MAPA nº 38, de 09/03/2004.

c.1) *Demais Estoques*: Os demais estoques foram avaliados pelo custo médio de aquisição, excluído o ICMS recuperável.

c.2) *Valor Presente dos Estoques*: Em face das mudanças introduzidas pela Lei nº 11.638/07, os Estoques de Mercadorias para alienação, foram comparados pela tabela de Cálculo da Sobretaxa da Conab, da 2ª quinzena de dezembro de 2012, constatando-se que o valor contábil é compatível com o valor presente dos estoques públicos sob a guarda da Conab, nos termos da Portaria Interministerial MF/MAPA nº 38, de 09/03/2004.

d) *Débitos de Prestadores de Serviços de Armazenagem*: Foram registrados pelo valor da sobretaxa na data da ocorrência, nos termos da Portaria Interministerial MF/MAPA nº 38, de 09/03/2004, representando as dívidas dos armazenadores em seus valores originais, decorrentes de perdas, desvios e alteração de qualidade de produtos pertencentes aos estoques públicos, sujeitos a

legislação específica.

e) *Almoxarifado*: Os estoques estão avaliados ao custo médio de aquisição, sem que estes excedam os valores de realização ou reposição.

f) *Investimentos*: Os investimentos estão registrados pelo custo de aquisição, acrescidos, até 31/12/1995, das atualizações monetárias correspondentes, ressaltando que a Conab não possui investimentos relevantes em outras sociedades.

Encontra-se provisionado o valor de R\$8.047 mil, destinado a cobrir possíveis perdas relativas aos investimentos em empresas que sofreram processo de liquidação, na sua maioria Estatal.

g) *Seguros*: A Companhia mantém cobertura de seguros em montante suficiente para cobrir eventuais riscos sobre seus ativos e/ou responsabilidades (mercadorias, bens patrimoniais, etc).

h) *Imobilizado*: Demonstrado pelo custo de aquisição e/ou construção, deduzido da depreciação acumulada. Os gastos incorridos com manutenção e reparo, que representam aumento da vida útil, são capitalizados em consonância com o regime de competência. A depreciação é calculada pelo método linear, às taxas que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens, em conformidade com os limites estabelecidos no Decreto nº 3.000/99 e Instrução Normativa nº 162/98.

i) *Redução ao Valor Recuperável de Ativos (“impairment”)*: No exercício de 2012, não houve avaliação dos elementos do Ativo Permanente, que resultasse em aumento ou diminuição do mesmo, decorrente de ajuste de avaliação patrimonial.

j) *Benefícios a Empregados*: O plano de previdência privada está estruturado na modalidade de Benefício Definido – BD. Seus regimes financeiros são os de capitalização para aposentadorias, pensões e pecúlios e de repartição para auxílio ou doença.

k) *Ajustes de Exercícios Anteriores*: Os ajustes de exercícios anteriores, na forma definida na Lei nº 6.404/76, das Sociedades Anônimas, representam retificações de resultados passados e são registrados contra a conta de lucros ou prejuízos acumulados; os ajustes efetuados no exercício de 2012, totalizaram R\$12.920 mil, e foram provenientes das baixas de provisão para contingências, dos valores relativos a liquidações de sentenças trabalhistas, ocorridas nos exercícios de 2010 e 2011.

l) Reconhecimento da Receita:

l.1) Apuração do Resultado: O resultado é apurado pelo regime de competência de exercícios para apropriação das receitas, custos e despesas correspondentes.

As receitas de vendas de produtos são reconhecidas quando os riscos e benefícios da propriedade dos bens são transferidos ao comprador e o montante da receita devidamente mensurado; por sua vez, as receitas de prestação de serviços são reconhecidas na ocasião da efetiva realização desses serviços e, no caso da Conab, restringe-se ao armazenamento de produtos em unidades operacionais próprias.

Os custos e despesas são reconhecidos quando há a redução de um ativo ou o registro de um passivo, e devidamente mensurados.

l.2) Diferimento de Receitas: O diferimento de receitas não realizadas, no montante de R\$17.957 mil, é decorrente dos registros de multas contratuais, em razão do elevado grau de insegurança do efetivo recebimento.

m) Provisões para Contingências: Encontra-se provisionado no Passivo Circulante, o valor de R\$129.702 mil, relativo às Contingências Praticamente Certas; a respectiva provisão encontra-se amparada pela Lei n.º 6.404/76, com as alterações promovidas pelas Leis n.º 11.638/2007 e n.º 11.941/2009 e em conformidade com a NPC/IBRACON n.º 22 e CPC n.º 23; no exercício de 2012,

após análise do Relatório de Contingências, fornecido pela área Jurídica, entendeu-se não haver necessidade de complementar a respectiva Provisão, por ser ela suficiente para cobrir as possíveis liquidações de sentenças que ocorrerem.

n) *Regime de Tributação*: Para fins de cálculo do IR e CSLL a Companhia adota o Regime de Tributação Trimestral, com base na apuração do Lucro Real. Os ajustes que implicam em adições ou exclusões da receita são escriturados no Livro de Apuração do Lucro Real, na parte “B” do LALUR.

Nota 5 – Créditos Tributários

Representam os créditos de impostos e tributos a serem compensados, a saber:

Descrição	Exercício	
	2012	2011
ICMS a Compensar	254.178	241.699
IRRF a Compensar	56	36
Contribuições Outros Impostos	121	105
Total de Créditos Tributários Circulante	254.355	241.840

Os valores registrados nas contas de ICMS a Compensar representam os créditos de ICMS decorrentes do pagamento do imposto nas aquisições de mercadorias e produtos, para os Estoques Reguladores, Estratégicos e Agricultura Familiar, por substituição tributária, conforme disposto nos Convênios ICMS 49/95 e 77/05.

Nota 6 – Limite de saque com vinculação de pagamento

O montante de R\$294.016 mil, refere-se ao limite de recursos para pagamentos em 2013, de despesas processadas e liquidadas, relativas a gastos com custeio e Termos de Cooperação Técnica.

Nota 7 – Recursos a Receber do Tesouro Nacional

Por meio do processo automático efetuado pela Secretaria do Tesouro Nacional, conforme procedimentos definidos no Manual de Contabilidade, macrofunção 02.03.18 – item 7.2 – Encerramento do Exercício, subitem 7.2.1.2, do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – Siafi, foi registrado o total de R\$221.547 mil, que contempla o saldo de Recursos a Receber do Tesouro Nacional por meio do Ministério Supervisor, relativo aos valores inscritos em Restos a Pagar processados e não processados, cujos recursos ainda não foram liberados, e valores inscritos em restos a pagar processados em exercícios anteriores, com a seguinte composição:

- R\$27.117 mil: referem-se aos valores inscritos em restos a pagar processados e não processados em 2012, decorrentes de despesas com encargos da folha de pagamento, custeio e aquisições de produtos da agricultura familiar, contratadas, a pagar no exercício seguinte;
- R\$28.342 mil: referem-se aos valores inscritos em recursos a receber em 2012, decorrentes das aquisições contratadas em exercícios anteriores para atendimento ao Programa de Distribuição Emergencial de Alimentos (PRODEA);
- R\$155.892 mil: referem-se aos recursos a receber decorrentes de operações com estoques públicos, representados por valores processados e não processados, inscritos em restos a pagar, com obrigações a vencer em 2013;

- R\$6.160 mil: referem-se aos valores inscritos em restos a pagar, fonte 0178, decorrentes de despesas com encargos da folha de pagamento, a pagar no exercício seguinte;
- R\$4.036 mil: referem-se aos valores inscritos em restos a pagar, fonte 0388, decorrentes de despesas com encargos da folha de pagamento, a pagar no exercício seguinte.

Os valores citados estão registrados por processamento automático efetuado pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN, nas contas “11216.22.00 – Recursos a Receber para Pagamento de RP – INSCRIÇÃO” e “11216.25.00 – Recursos a Receber para Pagamento de RP – RETIFICADORA”.

Nota 8 – Devedores por Fornecimento

O saldo da conta está representado pelo montante de R\$129.214 mil, correspondente aos direitos a receber, decorrentes de vendas de mercadorias, prestação de serviços de armazenagem e produtos enviados para beneficiamento, cuja baixa é processada na ocasião do retorno deles.

Nota 9 – Contas a Receber

O total de R\$459.658 mil, representa a composição dos Créditos a Receber no Curto e Longo Prazo, compostos por créditos de Alienações de Bens Patrimoniais, créditos por Cessão de Pessoal, com ônus, a Órgãos Estaduais e Municipais, créditos por Acertos Financeiros com Empregados e Ex-Empregados, alusivos aos reembolsos de Serviços de Assistência à Saúde – SAS, débitos de armazenadores, relativos aos desvios e perdas de produtos pertencentes aos estoques públicos, Títulos a Receber a Longo Prazo, referentes a prestação de serviços em armazenagem, aluguéis e outros.

Os créditos a receber em cobrança na justiça e ajuizados, pertencentes aos estoques públicos, após os desfechos favoráveis dos processos à Companhia, as receitas decorrentes das atualizações serão reconhecidas nas demonstrações contábeis e os recursos financeiros arrecadados, transferidos ao Tesouro Nacional. Os processos com desfechos desfavoráveis, serão baixados contabilmente e registrados na equalização, em conformidade com a Portaria Interministerial MF/MAPA nº 038/2004 e estão assim demonstrados:

a) Créditos Diversos a Receber de Curto Prazo

Descrição	Exercício	
	2012	2011
Créditos por Alienação de Bens	8.358	4.081
Créditos por Cessão de Pessoal	316	743
Créditos p/Acerto Financ. C/Servidores	14.827	12.497
Créditos por Infrações Legal/Contratual	135.489	180.181
Subtotal – Circulante	158.990	197.502

Em R\$ mil

b) Créditos Diversos a Receber de Longo Prazo

Descrição	Exercício	
	2012	2011
Créditos por Alienação de Bens	56.387	7.546
Títulos a Receber	15.298	30.188
Outros Créditos	975	635
Créditos a Receber em Poder da Justiça	46.310	129.051
Créditos a Receber Pend. de Decisão Judicial	158.006	0,00
Créditos por Infrações Legal/Contratual	23.692	180.181
Subtotal – Não Circulante	300.668	167.420
Total – (Circulante + Não Circulante)	459.658	364.922

Em R\$ mil

Nota 10 – Devedores – Entidades e Agentes

Correspondem aos saldos de curto e longo prazo a receber, referente a Dotação Global, do contrato e Termo Aditivo nº 01, de 07/10/1994, firmado com o Instituto Conab de Seguridade Social – Cibrius, que tratam das jóias pelas entradas dos empregados das empresas fusionadas COBAL e CFP, recursos a receber da União, relativos aos valores de equalização de preços dos Estoques Reguladores e Estratégicos, a serem repassados pelo Tesouro Nacional e outros, assim demonstrados:

a) Devedores – Entidades e Agentes – Circulante

Em R\$ mil

Descrição	Exercício	
	2012	2011
Entidades Devedoras – Federais	14.332	9.358
Créditos Parcelados	300	334
Recursos da União – Equalização	400.726	282.954
Total – Circulante	415.358	292.646

b) Devedores – Entidades e Agentes – Não Circulante

Em R\$ mil

Descrição	Exercício	
	2012	2011
Entidades Federais	609	17.628
Créditos Parcelados	188	307
Créditos a Recuperar	62	75
Total – Não Circulante	859	18.010

Nota 11 – Recursos Vinculados

Referem-se a depósitos judiciais e depósitos para recursos, efetuados por decisão judicial, de causas trabalhistas e cíveis em andamento, registrados no Não Circulante, totalizando R\$138.972 mil.

Nota 12 – Bens de Estoques

Correspondem aos estoques sob a responsabilidade da Companhia, oriundos das operações com Estoques Reguladores e Estratégicos, produtos para doação – Fome Zero, Compra Direta da Agricultura Familiar, e ainda adiantamento para Compra Antecipada da Agricultura Familiar (Compra Antecipada e Compra Antecipada Especial com Doação Simultânea e com Formação de Estoque).

O total de R\$598.503 mil representa o saldo a receber dos valores concedidos nos exercícios de 2003 e 2004, para Compra Antecipada da Agricultura Familiar (CAAF) – CPR Alimento; 2003 a 2006, para Compra Antecipada Especial da Agricultura Familiar (CAEAF) – CPR Especial; transformada em CPR Doação e CPR Estoque, a partir do exercício de 2007 até 2012; que serão quitados em produtos ou espécie, de acordo com o vencimento de cada cédula.

Relativamente às Cédulas de Produto Rural – CPRs Alimento vencidas, foi editada a Lei nº 11.420/06, que em seu art. 3º acrescenta o art. 15-b à Lei nº 11.322/06, por meio do qual autoriza a União a aditar as Cédulas de Produto Rural – CPR, realizadas em 2003 e 2004, no âmbito do Programa de Aquisição de Alimentos, sendo permitida a individualização das referidas cédulas efetuadas com aval solidário, e a ampliação do prazo em até 4 (quatro) anos para a sua quitação, contados a partir da data de publicação da Lei. Os estoques resultam nos seguintes saldos:

Em R\$ mil

Descrição	Exercício	
	2012	2011
Estoques de Mercadorias	2.115.378	3.198.419
Estoques de Almoxarifado	2.858	2.659
Materiais em Trânsito	14.012	10.954
Compra Antecipada - CPR	598.503	472.554
Estoques de Distribuição	239	833
Total	2.730.990	3.685.419

a) Equalização de Preços

A finalidade da Atividade de Formação de Estoques Públicos é de regular o mercado e evitar desabastecimento, totalmente amparada e mantida com os recursos previstos na Portaria Interministerial MF/MAPA nº 38/2004, sendo prevista a equalização para o equilíbrio das contas, tornando nulo o resultado em caso de prejuízo.

Quando a diferença entre a receita de venda e o custo com aquisição, manutenção e despesas com operacionalização, incluindo no custo as despesas que não puderam ser agregadas aos correspondentes estoques antes de seu encerramento, resultar em déficit, este é equalizado pelo Tesouro Nacional, sendo autorizada a amortização, por meio de lançamento contábil, desse prejuízo, na conta de Débito de Operações Governamentais, não havendo, portanto, repasse financeiro para cobertura do déficit.

A Receita obtida na venda e indenização de perdas dos estoques públicos é integralmente repassada ao Tesouro Nacional.

Todas as despesas amparadas pela Portaria Interministerial MF/MAPA, 38/2004, estão devidamente identificadas e contabilizadas no Sistema Integrado de Administração Financeira - SIAFI, hoje, disponibilizadas no Portal de Transparência do Governo Federal.

No exercício de 2012, as equalizações totalizaram R\$696.840 mil.

Nota 13 – Endividamento

A Companhia, periodicamente, informa ao Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, a posição do endividamento da empresa. Até o mês de dezembro de 2012, as obrigações circulantes, totalizavam R\$4.273.055 mil.

Nota 14 – Depósitos de Diversas Origens

Estão representados pelo montante de R\$27.549 mil, correspondentes aos valores recebidos a título de cauções, relacionadas à subvenção econômica à comercialização denominada de Valor de Escoamento do Produto – VEP e Outros.

Nota 15 – Contingências, Compromissos e Responsabilidades

Passivo Contingente – Provável

A Conab é parte passiva em processos das seguintes naturezas:

- *Trabalhistas*: Referentes a ações movidas por empregados, ex-empregados e entidades de classe, que na maioria, são representadas por pedidos de desvios de funções, cobranças de horas extras, equiparação salarial, adicionais de periculosidade e insalubridade, incorporações de diárias, funções gratificadas e outros.
- *Tributárias*: Decorrentes de autos de infrações lavrados pelo Instituto Nacional de Seguro

Social – INSS e autos fiscais, referentes a cobranças de ICMS, pelas Fazendas Públicas dos Estados.

- *Cíveis*: Com maior destaque para os processos de cobranças de indenizações de diferenças entre a inflação ocorrida no período e o índice utilizado para a correção de aplicações financeiras, durante os Planos Econômicos (Collor, Bresser e Verão), cobranças de armazenagens e outros.

As Contingências Passivas – Prováveis serão reconhecidas como provisão, após os desfechos desfavoráveis dos processos, que resultarem em obrigações a pagar, que certamente, desencadearão em desembolsos financeiros pela Companhia, de acordo com os itens 10, 11, 18 e 28, do Pronunciamento do IBRACON NPC N° 22, aprovado pela Deliberação CMV n° 489, de 03/10/2005 e estão demonstradas conforme quadro a seguir:

Descrição	Valor da Causa		Valor do Provável Desembolso	
	2012	2011	2012	2011
Cível	48.603	66.445	110.195	212.373
Trabalhista	326.408	348.328	323.877	350.788
Tributária	8.021	8.052	16.346	16.346
Total	383.032	422.825	450.418	579.507

Passivo Contingente – Possível

São ações de natureza Cíveis, Trabalhistas e Tributárias, com menor possibilidade de reconhecimento que as Provisões de Contingências Passivas – Prováveis. São compostas das seguintes ações:

- *Cíveis*: São representadas pelos processos judiciais que visam indenizações relativas as cobranças de diferença entre a inflação e planos econômicos, divergências de avisos de compra e venda de produtos, cobranças de prestação de serviços de armazenagens e outros.
- *Trabalhistas*: São ações judiciais movidas por empregados e ex-empregados e entidades de classe, que na maioria é constituída por ações oriundas de anistia administrativa (Lei n.º 8.878/94), licença-prêmio, anuênios, promoções por merecimento, promoções por antiguidade, ingressos no Instituto Conab de Seguridade Social - Cibrius, indenizações por danos morais e materiais, desvios de funções e outros.
- *Tributárias*: São demandas decorrentes de autos de infrações do INSS e do ICMS, lavrados por entes estaduais.

As ações estão assim demonstradas:

Descrição	Valor da Causa		Valor do Possível Desembolso	
	2012	2011	2012	2011
Cível	12.130	118.234	15.481	131.747
Trabalhista	48.603	115.478	64.350	111.007
Tributária	75.186	108.621	21.821	108.892
Total	135.919	342.333	101.652	351.646

Ativo Contingente – Provável

A Conab é parte ativa em processos judiciais das seguintes naturezas:

- *Cível*: Visando indenizações e cobranças por quebra de garantias ou infrações contratuais.
- *Trabalhista*: Visando reembolsos de depósitos judiciais e recursais, com desfechos dos processos favoráveis à Companhia.

- *Tributária*: Visando restituições de indébitos tributários (INSS/ICMS) com desfechos dos processos favoráveis à Companhia.

Os ativos Contingentes prováveis serão reavaliados periodicamente, para determinar se a avaliação continua válida. Após nova reavaliação, se ocorrerem mudanças na estimativa, tornando-se uma entrada de recursos, praticamente certa, os ganhos serão reconhecidos nas Demonstrações Contábeis, conforme o item 27 do pronunciamento do IBRACON NPC nº 22, aprovado pela Deliberação CVM nº 489, de 03/10/2005.

As ações estão assim demonstradas:

Descrição	Valor da Causa		Valor do Possível Recebimento	
	2012	2011	2012	2011
Cível	124.475	66.446	96.237	210.756
Trabalhista	8.429	348.328	7.089	350.768
Tributária	8.052	8.052	18.346	18.346
Total	140.956	422.826	121.672	579.870

Em R\$ mil

Nota 16 – Operações de Crédito

Referem-se ao registro das transferências, efetuadas pelo Tesouro Nacional à Conab, dos recursos destinados à formação e manutenção dos estoques vinculados à Política de Garantia de Preços Mínimos e dos Estoques Estratégicos, na forma estabelecida pela Portaria Interministerial MF/MAPA nº 38/04. O saldo da conta, em 31/12/2012, corresponde a R\$2.910.549 mil.

Nota 17 – Provisão para IRPJ e CSLL

As provisões relativas ao 4º trimestre do exercício findo em 31/12/2012, foram calculadas com base no Livro de Apuração do Lucro Real – LALUR, consoante legislação fiscal e tributária prevalecentes, no valor de R\$271 mil e R\$102 mil, respectivamente.

Nota 18 – Juros sobre Capital Próprio

Neste exercício, nos termos dos artigos 192 e 202 da Lei nº 6.404/76, do art.9º da Lei nº 9.249, de 26/12/1995 e em face da previsibilidade contida no art. 28 § 3º do Estatuto Social, a Conab está distribuindo a título de juros sobre o capital próprio, a importância de R\$16.512 mil, imputados ao total dos dividendos devidos.

Nota 19 – Resultado do Exercício

O resultado da Companhia é composto pelo conjunto da movimentação econômica das operações executadas pela Companhia, representada com maior relevância a atividade de prestação de serviços de armazenagem de produtos de terceiros, alienação de bens moveis/imóveis, gestão e armazenagem dos estoques públicos, envolvendo a execução da Política de Preços Mínimos e Operações de Contratos de Opção de Vendas e outros. No exercício de 2012, a Companhia apurou o lucro de R\$69.895 mil, cujo resultado líquido (Após CSLL e IRPJ) é de R\$69.522 mil.

Nota 20 – Patrimônio Líquido

a) *Capital Social*: O Capital Social é composto de 1.859.907 Ações Ordinárias escriturais e sem valor nominal, integralmente subscritas pela União.

b) *Reserva Legal*: Com base no parecer nº 1.113/STN/COPAR/GEAFE, de 20/09/2011, foi efetuado o complemento da Reserva Legal apurada sobre o resultado do exercício de 2009, no valor de R\$1.088 mil. Sobre o lucro líquido auferido no exercício de 2012, de acordo com o artigo 193 da Lei nº 6.404/76, foi constituída a Reserva Legal no valor de R\$3.476 mil.

c) *Reserva de Retenção do Lucro*: Em 31 de dezembro de 2012, foi constituída a reserva de retenção do lucro, no valor de R\$49.534 mil, nos termos do artigo 196 da Lei nº 6.404/76, com o objetivo de aplicação em futuros investimentos.

Nota 21 – Diversos Responsáveis em Apuração

Encontram-se registrados no ativo compensado, para fins de controle, os débitos em apuração, com destaque para as contas Débitos de Terceiros em Prestação de Serviços e Responsáveis por Danos ou Perdas, onde são registrados os débitos ainda em apuração, relativos às perdas/desvios em armazenagem de produtos dos estoques públicos, ocorridos em armazéns de terceiros, antes da vigência do contrato de quebra zero (sobretaxa), as perdas de produtos ocorridas em unidades próprias, aquelas relativas a alteração de qualidade de estoques de milho e feijão em sua maioria nos estados de Mato Grosso e Paraná, e os valores em apuração decorrentes da certificação irregular de qualidade dos estoques de algodão em pluma, da safra 1997/1998, objeto de Aquisições do Governo Federal – AGF, efetuadas em sua maioria no estado de Goiás. No exercício de 2012, ocorreram diversas apurações; entretanto, em razão de novas inscrições nas rubricas “1.9.9.1.3.04.00 – Débitos de Terceiros em Prest. de Serviços e “1.9.9.1.3.05.00 - Responsáveis por Danos ou Perdas”, o saldo do grupo aumentou para R\$61.637 mil.

Em R\$ mil	
Exercício	Saldo
2011	34.997
2012	61.637

Nota 22 – Benefícios concedidos aos Empregados

a) Plano de Previdência Complementar

O CIBRIUS é uma Entidade Fechada de Previdência Complementar, com natureza jurídica própria, que tem como objetivo administrar plano de benefício de caráter previdenciário propiciando ao participante uma aposentadoria mais digna no futuro, assegurar a sua família proteção em caso de falecimento, além de oferecer benefícios de caráter temporário em caso de doença.

O Plano de Benefícios Conab, inscrito no Código Nacional de Plano de Benefícios – CNPB sob o nº 19.790.007-19, está estruturado na modalidade de Benefício Definido. Seus regimes financeiros são o de Capitalização para aposentadorias, pensões e pecúlios e de Repartição para auxílio-doença.

São patrocinadores do Plano de Benefícios, a Companhia Nacional de Abastecimento – Conab, qualificada como Patrocinadora – Principal e o próprio Instituto Conab de Seguridade Social – Cibrius, qualificado como Patrocinador dos seus próprios empregados.

Para o alcance dos objetivos, o Plano de Benefícios recebe contribuições normais mensais das Patrocinadoras, dos Participantes e dos Assistidos, definidas anualmente pelo Plano de Custeio. A taxa de contribuição normal mensal da Conab, vigente para o exercício de 2012 é paritária com a dos Participantes, seguindo percentuais escalonados aplicados sobre o salário de participação e idade de entrada no Plano, de acordo com Tabela de Contribuições Normais, constante do Plano de Custeio proposto pelo Atuário.

A Conab, além das contribuições regulamentares, repassa mensalmente, a título de amortização de dívida, relativa ao serviço passado, contratado por meio do Termo de Adesão firmado em 07/10/1994 e do Termo Aditivo firmado em 12/12/2002. Até o mês de dezembro de 2012, foram amortizadas 225, de um total de 240 parcelas contratadas. O saldo corrigido da conta Contratos de Serviços nos exercícios de 2011 e 2012, respectivamente, foi de R\$26.986 mil e R\$14.941 mil.

As demonstrações contábeis do CIBRIUS são examinadas por Auditores Independentes, pela Auditoria Interna da patrocinadora Conab, estando sujeitas a fiscalização e controle da Superintendência Nacional de Previdência Complementar – Previc. A Avaliação Atuarial e o Plano de Custeio anuais são elaborados por empresa de Consultoria Atuarial. Ambos são contratados pela própria entidade, nos termos da legislação previdenciária.

b) Serviço de Assistência à Saúde – SAS

Em suplementação à assistência oferecida pela rede pública de saúde, a Conab oferece aos seus empregados e dependentes o Serviço de Assistência à Saúde – SAS, voltado para o atendimento das necessidades de natureza médica, hospitalar, odontológica e de assistência social.

A implementação do SAS é efetuada pelo atendimento médico/hospitalar, por meio da rede credenciada de médicos, dentistas, clínicas, laboratórios e hospitais, cujas regras e critérios estão definidos nas Normas da Organização, Código 60.105.

As despesas com o SAS são cobertas pela Conab e eventualmente pelo Tesouro Nacional, com a participação financeira do empregado, que pode ser de 20%, 30% ou 40%, de acordo com a faixa salarial, nos termos do Acordo Coletivo de Trabalho, 2011/2012, mediante desconto em folha de pagamento.

No exercício de 2012, a Conab gastou com o SAS, o montante de R\$26.340 mil, beneficiando 4.452 empregados e seus dependentes. O saldo a receber em 31/12/2012, referente à participação financeira dos empregados é de R\$15.137 mil

Nota 23 – Remuneração e Salários médios dos Dirigentes e Empregados

De acordo com a Resolução Nº 3, de 31 de dezembro de 2010, art. 1º, letra “e”, da Comissão Interministerial de Governança Corporativa e de Administração de Participações Societárias da União – CGPAR, nos exercícios de 2012 e 2011, as remunerações dos dirigentes e empregados, bem como os salários médios foram os seguintes:

Remunerações	Exercício	
	2012	2011
Maior Remuneração Dirigente	23.945,89	23.884,29
Menor Remuneração Dirigente	23.945,89	23.884,29
Maior Remuneração Empregado	27.220,73	25.170,39
Menor Remuneração Empregado	1.131,31	884,31

Salários Médios	Exercício	
	2012	2011
Dirigentes	23.945,89	23.884,29
Empregados	3.150,45	2.642,62

Nota 24 – Termos de Cooperação Técnica

a) Programa de Revitalização – PNUD

Desde 2003, a partir do acordo firmado com a Agência Brasileira de Cooperação - ABC/MRE e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD (Projeto BRA/03/34), vem sendo implementado o Programa de Revitalização da Conab objetivando, sobretudo, a capacitação da Companhia para os novos desafios, no sentido de atender às demandas do Governo Federal e, conseqüentemente, contribuir para a diminuição das desigualdades sociais, de forma a auxiliar na promoção do bem-estar social e do desenvolvimento do País.

Os projetos em desenvolvimento são os seguintes: a) implantação de Sistema de Avaliação Permanente do Desempenho da Companhia; b) modernização da Tecnologia da Informação da Conab (PMTI); c)aperfeiçoamento da Tecnologia de Previsão de Safras da Conab (Geo Safras); d)estruturação de Redes de Produção e Comercialização de Produtos Regionais oriundos da Agricultura Familiar e do Agro extrativismo, em Bases Econômica Social e Ambientalmente Sustentáveis; e) promoção da Eficiência das Cadeias de Produção de Pescados provenientes da Pesca Artesanal e da Aquicultura Familiar.

As ações do projeto, em 2011 e 2012, foram executadas com recursos próprios da Conab, da Secretaria de Produção e Agroenergia – MAPA/FUNCAFÉ e Coordenação Geral de Orçamento e Finanças/MAPA e os recursos repassados estão assim demonstrados:

Descrição	Exercícios	
	2012	2011
Repasse – Recursos Próprios	4.369	2.420
Repasse – Recursos FUNCAFÉ/MAPA	1.243	798
Repasse – Coord.-Geral de Orç. Fin./MAPA	472	0
Total de Repasses	6.084	3.218

b) Programa de Aquisição de Alimentos – PAA

A Companhia, por força dos “Termos de Cooperação Técnica” mantidos com os Ministérios do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS e do Desenvolvimento Agrário – MDA, atendeu 1.180 municípios e 128.804 mil produtores/famílias, sendo adquiridas 297 mil toneladas de produtos.

Os recursos transferidos foram aplicados na aquisição de produtos agropecuários produzidos por agricultores familiares, que se enquadram no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF e formação de estoques estratégicos. Esse programa foi instituído pelo art. 19 da Lei nº 10.696, de 02/07/2003, e regulamentado pelos Decretos nº 6.447, de 07/05/2008 e nº 6.959, de 15/09/2009. O programa envolveu recursos na ordem de R\$666.083 mil no ano de 2012.

Brasília – DF, 31 de dezembro de 2012.

RUBENS RODRIGUES DOS SANTOS
Presidente

JOÃO CARLOS BONA GARCIA
Diretor Administrativo, Financeiro e de Fiscalização

MARCELO DE ARAÚJO MELO
Diretor de Operações e Abastecimento

ROGÉRIO LUIZ ZERAIK ABDALLA
Diretor de Gestão de Pessoas

SILVIO ISOPO PORTO
Diretor de Política Agrícola e Informações

JOSÉ CARLOS DE ANDRADE
Superintendente de Contabilidade
Contador CRC/DF 005969/0-5 CPF: 086.930.721-53

12.6. Composição dos Investimentos da Empresa

Observação: Não se aplica a SUREG/TO.

12.7. Gestão do Patrimônio Imobiliário

Informações sobre a gestão do patrimônio imobiliário de propriedade da Empresa ou locado de terceiros

Quadro XLV – Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União

Localização Geográfica	Quantidade de imóveis de propriedade da União de responsabilidade da UJ		Observação
	Exercício 2012	Exercício 2011	
Tocantins			
Araguaína	1	1	
Formoso do Araguaia	1	1	
Palmas	1	1	
Total Brasil	3	3	
Total Exterior	0	0	
Total (Brasil + Exterior)	3	3	

Fonte: Diafi/Supad

Quadro XLVI – Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros

Localização Geográfica	Quantidade de imóveis locado de terceiros pela UJ		Observação
	Exercício 2012	Exercício 2011	
Tocantins			
Palmas	1	1	
Subtotal Brasil	1	1	
Subtotal Exterior	0	0	
Total (Brasil + Exterior)	1	1	

Fonte: Diafi/Supad

12.8. Parecer da Auditoria Independente

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

**AOS
DIRETORES E CONSELHEIROS
COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO - CONAB
Brasília - DF**

Examinamos as demonstrações contábeis da **Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB**; que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações de resultado do exercício, das mutações do patrimônio social e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira **Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB** em 31 de dezembro de 2012, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Examinamos, também, as demonstrações do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação, mesmo não sendo obrigatória, foi realizada como informação suplementar. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011 apresentados para fins de comparação foram anteriormente auditados por outros auditores independentes com relatório o relatório dos auditores emitido em 14 de maio de 2012, apresentando as ressalvas a seguir sintetizadas: “a Companhia não efetuou a análise detalhada dos impactos das alterações referentes às Leis 11.638/07 e 11.941/09 sobre as demonstrações contábeis do exercício findo em 31/12/11, (Medida Provisória 449/08)” e que “até a data deste parecer não havia recebido as informações requeridas através de procedimentos de circularização dos assessores jurídicos acerca das contingências existentes”.

Brasília, 18 de abril de 2013.



SOMA – AUDITORIA, MÉTODOS ORGANIZACIONAIS E SISTEMAS
CRC-DF nº 000378/O

13. GOVERNANÇA E CONTROLES

13.1. Controle Interno da UJ

Informações sobre o funcionamento do sistema de controle interno da UJ, contemplando os seguintes aspectos: a) Ambiente de controle; b) Avaliação de risco; c) Atividades de controle; d) Informação e Comunicação; e) Monitoramento.

Quadro XLVII – Avaliação do Sistema de Controles Internos da UJ

ELEMENTOS DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS A SEREM AVALIADOS	VALORES				
Ambiente de Controle	1	2	3	4	5
1. A alta administração percebe os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.					X
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.			X		
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.				X	
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.				X	
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.					X
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.				X	
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.				X	
8. Existe adequada segregação de funções nos processos e atividades da competência da UJ.					X
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.					
Avaliação de Risco	1	2	3	4	5
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.					X
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.				X	
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.					X
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.					X
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.				X	
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.					X
16. Não há ocorrência de fraudes e perdas que sejam decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.					X
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					X
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					X
Procedimentos de Controle	1	2	3	4	5
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.					X
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.				X	
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.				X	
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionadas com os objetivos de controle.					X
Informação e Comunicação	1	2	3	4	5
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.				X	
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.				X	

25. A informação disponível para as unidades internas e pessoas da UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.					X
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.					X
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.					X
Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.				X	
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.				X	
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.				X	
Escala de valores da Avaliação:					
(1) Totalmente inválida: Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente não observado no contexto da UJ.					
(2) Parcialmente inválida: Significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.					
(3) Neutra: Significa que não há como avaliar se o conteúdo da afirmativa é ou não observado no contexto da UJ.					
(4) Parcialmente válida: Significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.					
(5) Totalmente válido: Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente observado no contexto da UJ.					

13.2. Deliberações do TCU e CGU

Informações sobre as providências adotadas para atender às deliberações exaradas em acórdãos do TCU ou em relatórios de auditoria do órgão de controle interno a que a unidade jurisdicionada se vincula ou as justificativas para o não cumprimento.

Observação: Não houve deliberações por parte da CGU na SUREG/TO referente ao exercício 2012.

13.3. Auditoria Interna

Informações de como está estruturada a área de auditoria interna e de como é feito acompanhamento dos resultados de seus trabalhos

- a) a descrição das rotinas de acompanhamento das ações gerenciais de implementação das recomendações exaradas pela auditoria interna;
- b) a existência ou não de sistemática e de sistema para monitoramento dos resultados decorrentes dos trabalhos da auditoria interna;
- c) como se dá a certificação de que a alta gerência tomou conhecimento das recomendações feitas pela auditoria interna e a aceitação dos riscos pela não implementação de tais recomendações;
- d) a descrição da sistemática de comunicação à alta gerência, ao conselho de administração e ao comitê de auditoria sobre riscos considerados elevados, mas assumidos pela alta gerência ao decidir não implementar as recomendações da auditoria interna.

A Sureg não apresenta estrutura de Auditoria Interna. A seguir apresentamos a estrutura da Auditoria Interna da Matriz.

Estrutura da Auditoria Interna – Audin da Conab

Orientação Normativa e Supervisão Técnica

A Auditoria Interna da Companhia é hierarquicamente subordinada ao Conselho de Administração da Conab – Conad e administrativamente à Presidência, cabendo a esta última lhe prover os meios necessários e suficientes ao seu autônomo funcionamento, conforme rege o art. 12, § 2.º, do Estatuto Social da Companhia Nacional de Abastecimento – Conab, regulado e aprovado pelo Decreto n.º 4.514, de 13 de dezembro de 2002, e publicado no DOU de 16.12.2002, em consonância com a alínea “a” do art. 1º da Resolução/CGPAR n.º 2, de 31 de dezembro de 2010 (D.O.U de 28.03.2011, S. 1, p. 109), recepcionada pela Resolução/Conad n.º 04, de 28 de março de 2012. No desempenho de suas atividades específicas, a Audin atende e se relaciona com o Conselho de Administração da Conab e com os órgãos de Controle Interno e Externo, a exemplo da Secretaria Federal de Controle Interno – SFC/CGU e do Tribunal de Contas da União – TCU, na esteira da alínea “g” do art. 1º da referida Resolução/CGPAR n.º 2, de 31.12.2010. Isto ocorre, também, porque a Audin está sujeita à orientação normativa e à supervisão técnica do Órgão Central do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal, conforme art. 15, do Decreto n.º 3.591, de 6 de setembro de 2000, com a redação dada pelo Decreto n.º 4.440, de 25 de outubro de 2002, e a sua metodologia de trabalho guarda consonância com aquela adotada na esfera da SFC/CGU, por força do item 11, Seção I, Capítulo X, do Manual do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal, aprovado na forma de Anexo da IN/SFC n.º 01, de 6.4.2001 e, ainda, como o Manual de Auditoria Interna da Conab, em consonância com a PA/IPPF n.º 1000-1, do IIA, recomendada pelo Tribunal de Contas da União à guisa da boa prática internacional de auditoria interna conforme Acórdão n.º 1.233/2012 – TCU – Plenário.

Competências Regimentais e Estrutura Organizacional

O objetivo básico da Auditoria Interna é auxiliar os gestores no desempenho de suas funções, por meio do fornecimento de análises, apreciações, recomendações e comentários pertinentes aos atos e fatos examinados, de forma amostral. Nesse sentido, o trabalho dos auditores internos pode permear todas as atividades da Companhia, de forma a obter uma visão mais completa das operações e dos procedimentos administrativos.

As competências regimentais da Audin foram assim delineadas:

- I – Realizar, de forma amostral, consoante o “*Plano Anual de Atividades da Auditoria Interna*” e de acordo com as técnicas estabelecidas no “*Manual de Auditoria Interna*”, trabalhos de auditoria, de avaliação e de acompanhamento da gestão nas diversas unidades gestoras da Companhia;
- II – Avaliar, por meio do exame amostral dos registros e documentos pertinentes, os procedimentos administrativos e operacionais, no que se refere à conformidade com a legislação e normas a que se sujeitam;
- III – Realizar avaliações de natureza operacional nas ações, programas de governo, projetos e atividades da Companhia, com a finalidade de emitir opinião sobre sua gestão sob a ótica da eficiência, eficácia, economicidade, efetividade e equidade;
- IV – Realizar auditoria periódica na entidade fechada de previdência complementar em que a Conab figura como patrocinadora, assim como em empresas coligadas e controladas que, eventualmente, vierem a ser consideradas como tal;
- V – Desenvolver trabalhos de auditoria extraordinária, por demanda do Conselho de Administração ou por sugestão do Conselho Fiscal;
- VI – Emitir pareceres sobre as Demonstrações Contábeis e o Processo de Prestação de Contas da Conab;
- VII – Acompanhar a implementação das recomendações dos órgãos de controle interno e externo;
- VIII – Elaborar o Plano Anual de Atividade da Auditoria Interna e o Relatório Anual de Atividades da Auditoria Interna;
- IX – Definir as políticas e diretrizes da Auditoria Interna, mantendo a área atualizada quanto aos

procedimentos, métodos e técnicas de auditoria, inclusive de seu Manual de Auditoria Interna;
X – Elaborar e manter atualizados os Programas de Auditoria, de observância obrigatória por parte do corpo funcional de auditores internos;

XI – Analisar e emitir parecer final sobre Tomada de Contas Especial, no que se refere ao cumprimento dos normativos cabíveis à espécie.

Para cumprimento de seus objetivos e missões regimentais, a Audin conta com três Gerências: a Gerência de Desenvolvimento Técnico-Operacional – Gedop, a Gerência de Auditoria – Geaud e a Gerência de Riscos, que foi alterada para Gerência de Avaliação Operacional – Genop, a partir de 1º.01.2013.

Foi proposto por meio da Nota Técnica Audin n.º 15/2012 a descentralização das atividades de auditoria com o objetivo de fortalecer o quadro de auditores internos, pela redução do nível de rotatividade de pessoal técnico, e obter maior abrangência e economicidade na execução das atividades típicas de auditoria interna. Para tanto, seria de bom alvitre que fossem instituídos núcleos regionais de auditoria interna, contemplando as cinco regiões geográficas do País.

A proposta foi aprovada pela Diretoria Colegiada da Conab (Voto Presi n.º 005/2012) e pelo Conselho de Administração, conforme consignado na Ata n.º 231, de 05.09.2012 e Resolução Conad n.º 01/2013. Assim, no exercício de 2013 será implementado o Núcleo de Auditoria do Nordeste com sede em João Pessoa/PB.

Os núcleos regionais serão subordinados hierarquicamente à Gerência de Auditoria – Geaud.

Estrutura de Recursos Humanos da Audin

Em consonância com o estabelecido no inciso XII do art. 20 do Estatuto Social e no inciso XII do art. 123 do Regimento Interno da Conab, o chefe da Auditoria Interna é designado pelo Presidente da Companhia, sendo que a indicação deverá ser aprovada pelo Conselho de Administração, conforme disposto no inciso XII do art. 16 do Estatuto Social e inciso XII do art. 2.º do Regimento Interno da Conab.

Para a execução de suas atividades, a Audin conta com uma equipe composta por 4 gestores e 13 técnicos, cuja principal característica é a multidisciplinaridade, de forma a permitir que os conhecimentos específicos dos auditores internos sejam utilizados em áreas afins. A equipe conta com auditores com formação acadêmica em contabilidade, administração, economia, estudos sociais, direito e agronomia.

Apesar da constatação de avanços obtidos nos últimos anos no fortalecimento das atividades de auditoria interna, cujos resultados estão refletidos no aprofundamento das análises das ações de auditoria realizadas, a Audin enfrentou sérias dificuldades relacionadas à rotatividade de seus profissionais auditores internos, que culminou, em 2012, na perda de 28,6% da sua força de trabalho, relativamente a 31.12.2010.

Em razão desse cenário, foram adotadas medidas no intuito de revigorar a Auditoria Interna da Conab, como parte integrante das ações de fortalecimento da governança corporativa da Companhia, conforme explicitado nas Resoluções/CGPAR de n.ºs 2 e 3, de 31.12.2010.

Para tanto, a Audin apresentou ao Conselho de Administração, por meio da Nota Técnica Audin n.º 16/2012 (encaminhada pela CI Audin n.º 286, de 03.09.2012), uma proposta de fortalecimento, em níveis sustentáveis, da Unidade de Auditoria Interna da Companhia pela via do suporte necessário de recursos humanos multidisciplinares (no total de 40 profissionais) e materiais, conforme determina o art. 14 do Decreto n.º 3.591/2000, abrangendo ajustes necessários na estrutura orgânica e a formatação da carreira segregada de Auditor Interno da Companhia.

Espera-se a aprovação da referida proposta para a implementação, no próximo exercício, de uma Unidade de Auditoria Interna em bases sustentáveis, visando agregar valor à gestão a taxas crescentes.

Manual de Auditoria interna – MAI

As atividades de Auditoria Interna da Conab são realizadas em conformidade com o Manual de Auditoria Interna – MAI, aprovado pelo Voto Presi n.º 10, de 22 de dezembro de 2006. Esse manual é o principal normativo interno de auditoria e tem por finalidade a sistematização do arcabouço conceitual e estrutural em que se assentam os trabalhos da Audin, a definição de conceitos e de diretrizes gerais, assim como o estabelecimento de diretrizes e procedimentos aplicáveis, com ênfase nos aspectos relacionados ao planejamento, exame, avaliação, conclusão e relatoria.

Sistema de Auditoria Interna – Siaudi

Os procedimentos de relatoria e o acompanhamento de pendências são processados exclusivamente em meio digital por intermédio do Sistema de Auditoria Interna – Siaudi, que entrou em produção em janeiro de 2008. Os relatórios impressos foram eliminados e a utilização do sistema permitiu maior celeridade, maior segurança de dados, acessibilidade compartilhada, remota e *online*, com ganhos em eficiência e economicidade a partir da automação da área.

Diante estes benefícios, vários foram os órgãos e entidades federais já solicitaram a cessão do Siaudi (CEAGESP, FUNAI, INCRA, DPU/MJ, IFC, IF-SC, UFABC, UF-AM, UFRJ e UnB) para uso interno.

Em face destas demandas, a Conab encaminhou Ofício Dipai n.º 238, de 16.8.2012, no intuito de instituir grupo de trabalho interinstitucional entre a CGU, CONAB e FUNAI para promover a atualização do Siaudi para disponibilização no Portal de Software Público.

Em razão desta sinalização feita pela Companhia à CGU e da necessidade do aprimoramento contínuo do sistema, está em processo de desenvolvimento na Conab um novo Siaudi, que terá uma linguagem de programação mais moderna e novos módulos. Estes módulos se integrarão, dando maior celeridade ao processo auditorial, além de gerar informações gerenciais que poderão subsidiar a Alta Administração para a tomada de decisões.

Para este novo sistema serão desenvolvidos cinco módulos: Módulo de Risco, Módulo para Elaboração do PAINT, Módulo de Planejamento Específico, Módulo de Relatório e Módulo de Informações Consolidadas, que subsidiarão a elaboração do RAINT, inclusive.

Acompanhamento dos Resultados dos Trabalhos da Audin

Acompanhamento das Recomendações Exaradas nos Relatórios de Auditoria

Os relatórios de auditoria produzidos, via sistema Siaudi, são disponibilizados para a Unidade auditada, que dispõe de 20 dias úteis para a adoção das providências saneadoras, em face das recomendações formuladas pelos auditores internos. Os referidos relatórios são disponibilizados, também, para a Diretoria a qual a Unidade auditada está subordinada, à Presidência da Companhia, ao Conselho Fiscal e ao Conselho de Administração, para conhecimento e providências de suas alçadas. Ademais, os citados relatórios são remetidos à Controladoria Geral da União – CGU em cumprimento ao que dispõe a alínea “c”, inciso VIII, item 5, Seção I, Capítulo V do Manual do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal, aprovado na forma da IN/SFC n.º 01, de 6.4.2001.

As recomendações formuladas pela Audin recebem acompanhamento sistemático via sistema Siaudi. Por meio dele os auditores acompanham, em tempo real, as respostas dos auditados às recomendações de auditoria. Assim, avaliam não apenas as respostas, mas os documentos instruídos digitalmente no processo. Dessa forma, as recomendações exaradas em relatório de auditoria são catalogadas e verificadas em seus *status*, de forma periódica, por meio de *follow-up*.

Além disso, o sistema dispõe de relatórios gerenciais que produzem informações sobre as constatações e recomendações pendentes e aquelas sem manifestação do auditado. As situações consideradas críticas são informadas ao Conselho de Administração na esteira do que determina a Resolução Conad n.º 04/2012, ocasião em que são destacados os riscos considerados elevados pela não implementação das recomendações.

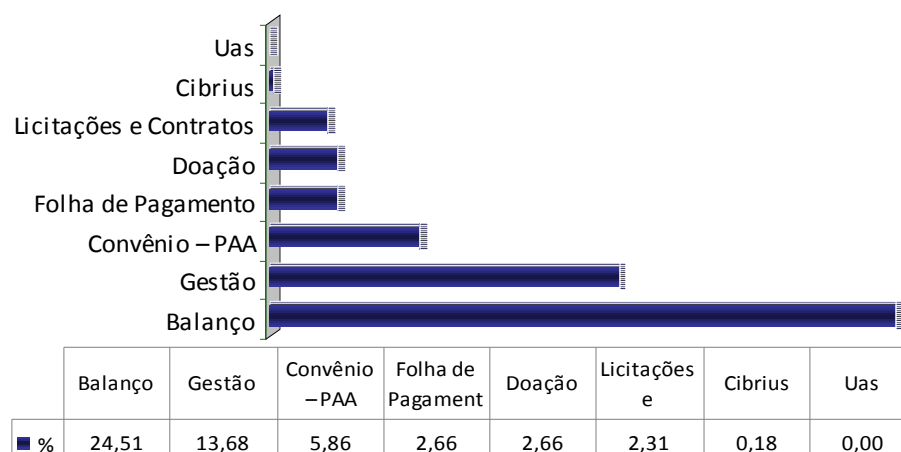
Além do acompanhamento via sistema, os auditores internos analisam as recomendações pendentes de implementação em seus planejamentos de trabalhos de campo, de modo a verificar *in loco* as impropriedades respectivas às unidades a serem auditadas.

O monitoramento das recomendações emitidas em 2012 permitiu que se fizesse o diagnóstico que foi apresentado no Relatório Anual de Atividades da Auditoria Interna – Raint 2012, que se entende oportuno reproduzir neste documento, a título ilustrativo.

Naquele exercício, verificou-se que 70% das recomendações foram solucionadas. Esta análise, não levou em conta as recomendações que ainda estão dentro do prazo estabelecido para solução. O gráfico 1 demonstra a distribuição das recomendações em termos percentuais, por ação de auditoria no exercício.

Figura I

Percentual das recomendações por ação de auditoria/2012



A análise das recomendações compreendeu os relatórios das auditorias ordinárias n.ºs 01 a 10/2012, a auditoria especial n.º 01/2012 e as auditorias extraordinárias n.ºs 01, 03 e 04/2012 (não houve recomendação para a de n.º 02), conforme tabela a seguir.

Tabela 1 – Relatórios de Auditoria do Exercício de 2012

Figura II

Tipo	N.º	Data	Local	Objeto Auditado
Ordinária	1	25.04.2012	Matriz	Balanço
Extraordinária	1E	26.07.2012	Sureg/PE	PAA – Programa de Aquisição de Alimentos
Especial	1AE	30.11.2012	Cibrius	Cibrius
Ordinária	2	25.04.2012	Sureg/RR	Balanço
Ordinária	3	08.05.2012	Sureg/PI	Contábil Financeira
Extraordinária	3E	01.11.2012	Sureg/SP	PAA - Programa de Aquisição de Alimentos
Ordinária	4	08.05.2012	Sureg/MS	Balanço
Extraordinária	4E	26.12.2012	Sureg/RR	Gestão
Ordinária	5	23.05.2012	Sureg/MG	Balanço
Ordinária	6	30.05.2012	Matriz	Licitações
Ordinária	7	12.06.2012	Sureg/MT	Balanço
Ordinária	8	12.06.2012	Sureg/BA	Balanço

Ordinária	9	20.12.2012	Sureg/TO	Gestão
Ordinária	10	27.12.2012	Matriz	Folha de Pagamento

As recomendações extraídas dos relatórios, por meio do sistema Siaudi, foram divididas em 2 tipos: AP – Adoção de Procedimentos e SI – Solicitação de Informações.

As impropriedades foram categorizadas, em função de sua natureza, conforme quadro 1. Por sua vez, as categorias foram subdivididas para permitir um melhor detalhamento das fragilidades identificadas.

Parte das recomendações emanadas são solicitações de informações dirigidas aos auditados para esclarecer dúvidas ou fundamentar algum posicionamento adotado pela unidade auditada, assim, não é possível categorizá-las, pois nem sempre essas solicitações de informações são, de fato, uma impropriedade.

Assim, para efeito de categorização, apenas foram levadas em consideração as recomendações que se referem à adoção de algum procedimento por parte do auditado, em face de uma impropriedade identificada pelos auditores internos, em campo.

Quadro XLVIII – Descrição das Categorias

CATEGORIA	DESCRIÇÃO	SUBCATEGORIAS
Gestão Técnica e Operacional	Compreende as fragilidades resultantes da execução das atividades/tarefas e processos executados no dia a dia, envolvem não somente os aspectos operacionais, mas também os administrativos e financeiros. Podem ser falhas de controles internos, falhas na execução das atividades de rotina, problemas no fluxo dos processos, entre outras.	Procedimentos de acompanhamento e controle inadequados; Falhas na execução das atividades; Falhas na documentação e instrução de processos; Outras.
Conformidade	Falta de aderência dos processos e atividades às normas, leis e regulamentos aplicáveis à Companhia e ausência de normativos que podem impactar negativamente a gestão.	Ausência de normas internas; Descumprimento de leis, normas ou regulamentos; Outras.
Recursos Humanos	Deficiências oriundas de problemas de estrutura organizacional, qualificação do corpo técnico, deficiências de capacitação e gestão de recursos humanos.	Deficiências de qualificação e capacitação; Estrutura Organizacional Outras.
Tecnologia	Problemas que podem comprometer a disponibilidade, integridade e segurança da informação, inexistência ou deficiência de sistemas, equipamentos, controles e suporte aos empregados.	Inexistência ou deficiência de sistemas; Infraestrutura (equipamentos); Outras.
Infraestrutura	Deficiências na estrutura física (operacional e administrativa) e falta de equipamentos e mobiliário para suporte às atividades.	Operacional; Administrativa.

A seguir, são apresentados os gráficos que demonstram a distribuição das recomendações por tipo, categorias e subcategorias.

Figura III – Quantidade de Recomendações por Tipo

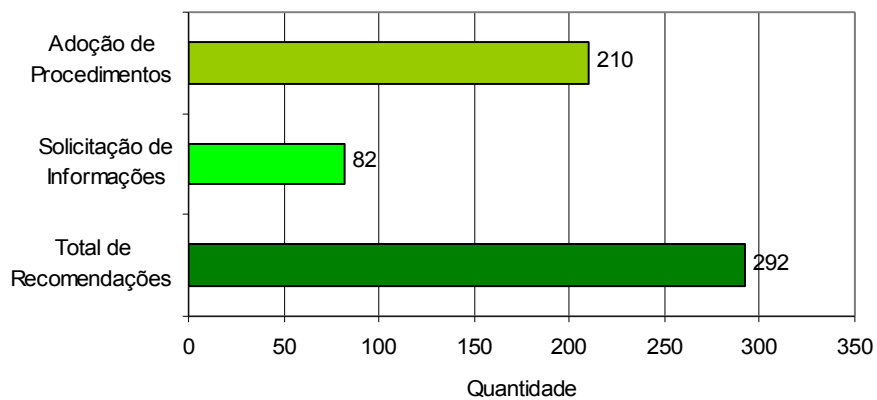


Figura IV – Quantidade de Recomendações por Categoria

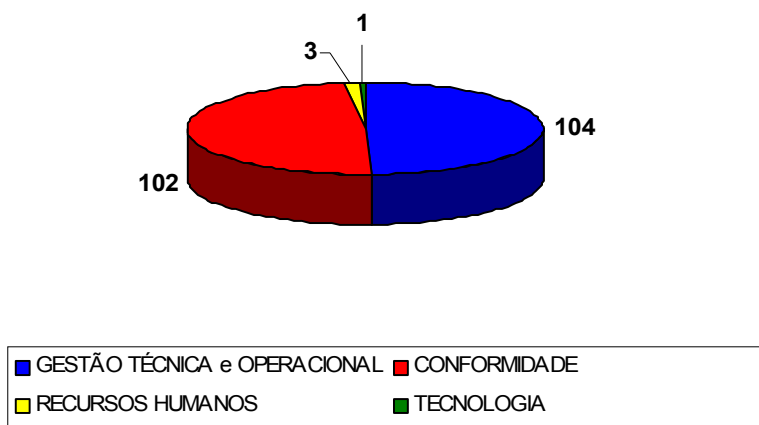
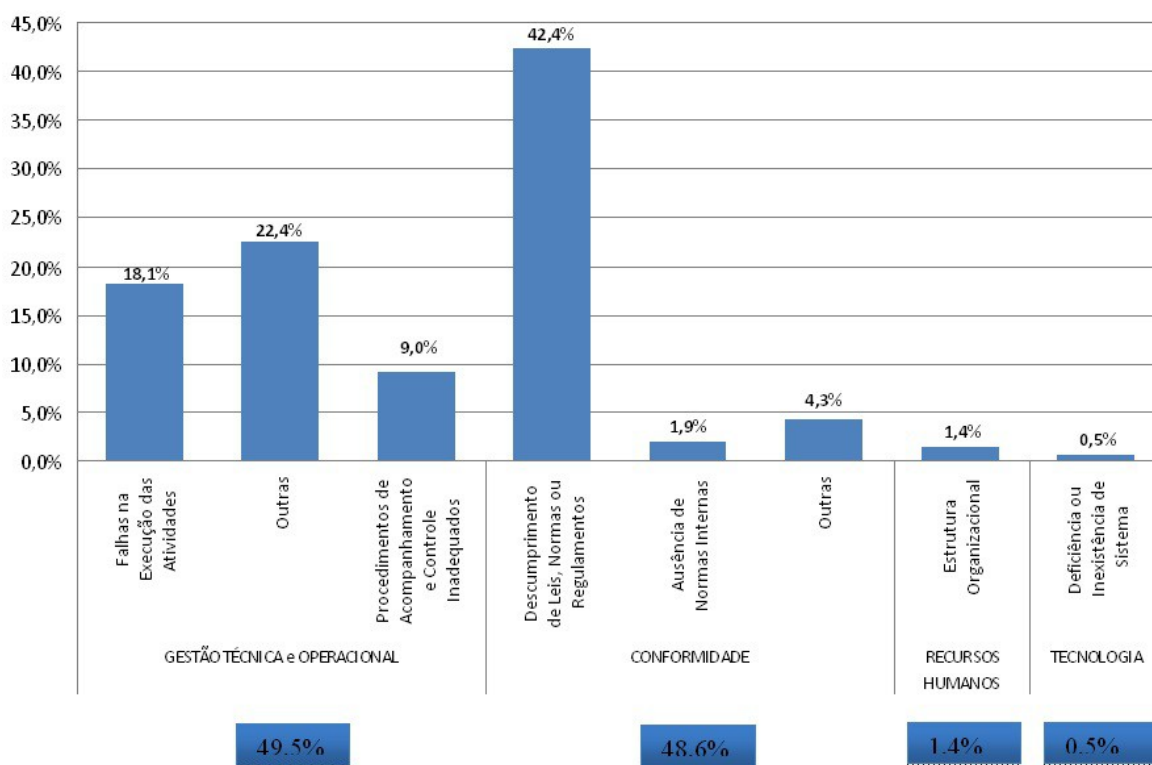


Figura V – Recomendações por Subcategorias



Acompanhamento dos Resultados Alcançados com a Implementação das Recomendações da Audin
 A avaliação quanto aos resultados obtidos com a implementação das recomendações da Audin é feita por ocasião de novas auditorias realizadas posteriormente, no mesmo objeto. Todavia, pretende-se que esta análise seja realizada em auditorias específicas de acompanhamento de forma segregada. Tal medida depende, entretanto, da adoção das ações de reestruturação da Audin (com crescimento quantitativo da equipe de auditores, inclusive) pleiteada à Alta Administração da Companhia por meio da Nota Técnica Audin n.º 16/2012.

Resultados e Conclusões

Diante do contido no presente Relatório, pode-se concluir que a Superintendência Regional de Tocantins, da Companhia Nacional de Abastecimento – Conab atuou no exercício de 2012, em consonância com os objetivos traçados para o período, observando os princípios e as regras que disciplinam os atos de gestão da Administração Pública Federal, atingindo a finalidade propugnada para os programas de governo.

As principais dificuldades encontradas para o pleno alcance das metas fixadas para o exercício, como já explicitado, decorreram da escassez crônica de recursos humanos decorrentes da perda de servidores e da reposição insuficiente, assim como dos limites orçamentários e para despesas com diárias e passagens impostos, decisões estas que não estão na alçada dos gestores da CGU. Ações junto aos órgãos competentes, para mitigar tais obstáculos são tomadas sistematicamente por esta Controladoria.

Palmas/TO, 31 de maio de 2013.